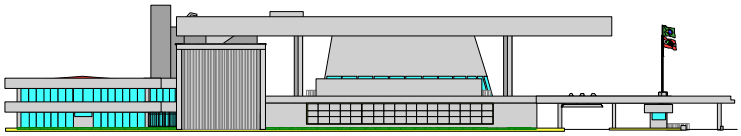
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII FLORIANÓPOLIS, 29 DE AGOSTO DE 2008 NÚMERO 5.932

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1232**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 035ª Sessão Solene da 16ª realizada em 06/08/2008.....2
Ata da 068ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 07/08/2008.....9
Ata da 036ª Sessão Solene da 16ª realizada em 11/08/2008...21

Atos da Mesa
Ato da Mesa Dl.....23
Atos da Mesa.....24

Publicações Diversas
Ata.....24
Ata da Procuradoria.....25
Aviso de Resultado.....25
Avisos de Resultado.....25
Extratos.....26
Mensagem Governamental.....
.....28
Portarias.....28
Redações Finais.....29

P L E N Á R I O

ATA DA 035ª SESSÃO SOLENE DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

COMEMORAÇÃO DOS 40 ANOS DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE IMPRENSA E DO CENTENÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA E LANÇAMENTO DO LIVRO *UM CATARINENSE VISIONÁRIO: GUSTAVO DE LACERDA E O CENTENÁRIO DA ABI*, DO JORNALISTA MOACIR PEREIRA
PROPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA
SUMÁRIO

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Em nome dos parlamentares, elogia a escolha do Parlamento para sediar a cerimônia de homenagem à imprensa e reconhece a importância da imprensa para uma sociedade mais justa e democrática.

ADEMIR ARNON - Relembra a trajetória da ACI; enaltece a realização de parcerias com instituições públicas e privadas e a promoção de campanhas de caráter social que elevam a cultura catarinense e congregam os que atuam na área.

MAURÍCIO AZEDO - Afirma que a ABI continua com a mesma concepção ao longo de seus 100 anos, defendendo o jornalismo, o livre acesso à informação, a liberdade de imprensa e o trabalho por um futuro com cidadania para o país.

GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Exalta a liberdade de imprensa e a ordem democrática, enfatizando que a democracia é exercida por um triângulo constituído pelo Parlamento, pela Imprensa e pela Justiça, soberanos e livres.

JORNALISTA MOACIR PEREIRA - Agradece o apoio da Alesc e a decisiva participação do deputado Julio Garcia na consecução do projeto de lançamento do livro: *Um catarinense visionário: Gustavo de Lacerda e o centenário da ABI.*

JAYME SIROTSKY - Procede à palestra com o tema: A Mídia em Transformação, uma Nova Relação com a Comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Herneus de Nadal e Reno Caramori para conduzirem à mesa as excelentíssimas autoridades a seguir nominadas:

Excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do egrégio Tribunal de Justiça do nosso estado;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Rubens Pereira Filho, prefeito municipal de Florianópolis, em exercício;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Sidney Bandarra Barreiros, procurador de Justiça, neste ato representando o Ministério Público Estadual;

Senhor jornalista Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI;

Senhor Jayme Sirotsky, membro do comitê executivo, ex-presidente da Associação Mundial de Jornais e vice-presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa;

Senhor jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista;

Excelentíssimas autoridades, senhores deputados, senhoras e senhores.

A presente sessão solene foi convocada a requerimento da Mesa Diretora, mereceu a aprovação unânime dos parlamentares que compõem esta Casa e tem como objetivo homenagear o centenário da Associação Brasileira de Imprensa e os 40 anos da Associação Catarinense de Imprensa.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do Hino Nacional pelo Quinteto da Escola Municipal de Músicos de Biguaçu, sob a coordenadoria de Jairo Fernandes.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Neste momento, teremos a apresentação do documentário histórico da imprensa em Santa Catarina, produzido pela equipe da TVAL.

(Procede-se à execução do documentário.)

(Palmas)

A Presidência registra a presença dos deputados Cesar Souza Júnior, Edison Andrino, Elizeu Mattos, Herneus de Nadal, Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Jorginho Mello, Marcos Vieira, Reno Caramori, Serafim Venzon e Valdir Cobalchini.

Registra ainda e agradece a presença das seguintes autoridades:

Senhor secretário de estado da Administração, Antônio Gavazzoni;

Senhor secretário de estado da Fazenda, Sérgio Alves;

Senhor presidente da Fiesc, Alcantaro Corrêa;

Senhor jornalista Moacir Pereira, autor do livro *Um Catarinense Visionário: Gustavo de Lacerda e o Centenário da ABI*;

Senhor Marcos Barboza, diretor institucional do Grupo RBS-SC;

Senhor Sérgio Sirotsky, membro do Conselho de Administração do Grupo RBS;

Senhor Cleiton Selistre, diretor de Telejornalismo da RBS;

Senhor Pedro Sirotsky, membro do Conselho de Administração do Grupo RBS;

Senhor Carlos Araújo Santos, diretor-geral da RBS TV/SC;

Senhor Carlos Kreuz, presidente da Fatma;

Senhor Vilson Rosalino da Silveira, superintendente da Fundação Franklin Cascaes;

Jornalista Cyro Barreto, presidente do Conselho Superior da Casa do Jornalista;

Senhor Moacir Benvenutti, presidente da Federação Brasileira de Colunistas Sociais e presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo;

Jornalista Paulo Arenhart, secretário municipal de Comunicação Social de Florianópolis;

Senhor Rolando Coto Varela, cônsul honorário da Costa Rica em Florianópolis;

Senhor Juarez de Magalhães Rigon, cônsul honorário do Chile;

Senhor Georgino Mello e Silva, procurador federal;

Senhor José Agenor de Aragão, presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses;

Senhor Fabiano Henrique Garcia, promotor de Justiça, neste ato representando a Associação Catarinense do Ministério Público;

Ex-deputado estadual Marcelo Rego;

Senhor Julio César Hess, presidente do Sindicargas, neste ato representando a Fetrancesc;

Senhor Miguel Minguillo, coordenador do escritório de Santa Catarina da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho;

Senhor Carlos Santos Martins, representando o Grupo Ponto Frio;

Senhor Antônio Koerich, representando o Grupo Koerich;

Senhor Rubens Szpoganicz, presidente do Rotary Club de Florianópolis;

Jornalista Roberto Alves;

Senhor José Augusto Gayoso, diretor de Imprensa do governo do estado;

Senhor Marino Tessan, presidente do Conselho Regional de Educação Física;

Senhor Walter da Luz, vereador de Florianópolis;

Senhor Cloir Dassoler, presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina;

Senhor Paulo Henrique Xavier de Souza, neste ato representando o Conselho Estadual de Esportes;

Senhor Josemar Senem, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina;

Senhor Romeiro Rosa, diretor técnico da RBS;

Senhor Paulo Centeno, diretor comercial da RBS TV;

Senhor João Arioli Mussi, membro do Tribunal de Ética, representando neste ato a OAB/SC;

Senhor Estevão Roberto Ribeiro, diretor-geral do Centro de Educação a Distância, representando neste ato a Udesc;

Tenente João José de Oliveira Júnior, neste ato representando a Base Aérea de Florianópolis;

Jornalista Paulo Clóvis Schmitz, neste ato representando o magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra, em nome das bancadas com assento nesta Casa, o eminente deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Excelentíssimo senhor presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia;

Excelentíssimo senhor governador do estado, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho;

Excelentíssimo senhor Rubens Bita Pereira, prefeito em exercício de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Sidney Bandarra Barreiros, procurador de Justiça, neste ato representando o Ministério Público de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor jornalista Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI;

Excelentíssimo senhor Jayme Sirotsky, membro do Comitê Executivo, ex-presidente da Associação Mundial de Jornalistas e vice-presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa;

Querido amigo, jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa;

Senhores deputados, jornalistas, profissionais de comunicação, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"A comemoração do 40º aniversário da Associação Catarinense de Imprensa e do centenário da Associação Brasileira de Imprensa não poderia ter um palco melhor e mais apropriado do que o plenário do Poder Legislativo de Santa Catarina. Fundadas pelos jornalistas Alírio Bossle, em 1968, e Gustavo de Lacerda, em 1908, respectivamente, contribuíram sensivelmente para a efetivação de uma sociedade mais justa, mais igualitária. Ressalta-se que Gustavo de Lacerda é catarinense de nascimento. Digo isso em nome de todos os deputados estaduais, pois entendemos que nada pode representar uma relação tão forte de legitimidade quanto às relações do Parlamento com a imprensa e desta com a sociedade.

Queremos também parabenizar os jornalistas Moacir Pereira, Mário Motta, Aldori Virtuoso, Antônio Carlos Mafalda, Nader Kalil e os profissionais da Rádio Guarujá, na pessoa de Sílvia Hoepeck da Silva, que na noite de ontem, na Câmara Municipal de Florianópolis, receberam, merecidamente, o Prêmio Dakir Polidoro, comenda que homenageia os profissionais que se destacam em diferentes áreas da mídia catarinense.

Assim, entendemos que ao comemorar os 40 anos da Associação Catarinense de Imprensa e o centenário da Associação Brasileira de Imprensa, precisamos fazê-lo na perspectiva do papel da mídia, de forma a reconhecer, mais uma vez, sua importância para o fortalecimento de uma sociedade, repito, mais justa, mais igualitária.

O Parlamento pode ser comparado a um templo consagrado à democracia, e o parlamentar, a seu guardião. Sendo assim, a prática da democracia implica, antes de tudo, em direitos de delegação: Parlamento livre e participação da sociedade. Para exercer seu controle - sem o que todas as outras premissas seriam letra morta -, a sociedade inventou um instrumento de mediação entre ela e o poder: a imprensa.

Todo homem público, em algum momento, em algum grau exposto ao controle social mediado pela imprensa, vai sofrer aquela dor provocada pelo direito irrestrito de livre expressão do pensamento.

Nem o jornalista, nem o político são o bem ou o mal, mas a liberdade e a necessidade de comportamento ético são inerentes aos dois. Suas relações, nesse sentido, não podem ser alteradas, mas, sim, compreendidas e discutidas nas suas complexidades e contradições. Do contrário, parece-nos que a compreensão pública sobre essas relações continuará prejudicada. O que é preciso é um debate maduro sobre essas relações. Ainda bem que a sociedade civil tem se mobilizado, organizado-se, sempre marcando presença efetiva, respaldando tanto o Legislativo quanto a imprensa.

O Parlamento analisa, debate e vota; a imprensa fiscaliza e reporta.

Insisto na tese segundo a qual as mazelas políticas atuais não são piores nem mais numerosas do que há 100 anos. A diferença é que hoje exercemos o direito de sabê-las. E por isso, senhoras e senhores, é que estendemos nossas homenagens a todos esses 'proletários intelectuais', na palavra do fundador da Associação Brasileira de Imprensa, o jornalista e libertário Gustavo de Lacerda.

Cumprimentamos também o ilustre presidente da Associação Catarinense de Imprensa, o jornalista Ademir Arnon, e levamos a todos os que militam no jornalismo nossas congratulações e nossas homenagens pelo admirável trabalho que realizam em favor de Santa Catarina."

E eu queria aqui quebrar um pouco o protocolo. Sr. presidente, nós assistimos a um vídeo com informações e imagens ricas, riquíssimas, que datam de dezenas de décadas anteriores. Por que Santa Catarina não tem o seu museu da imprensa? Amigo Ademir Arnon, seja o cabeça dessa idéia. Isso é história e daqui a 100 anos, neste Parlamento, com certeza nós estaremos comemorando também outro aniversário da Associação Catarinense de Imprensa e da ABI.

(Continua lendo.)

"Sem liberdade não há imprensa; sem imprensa não há informação; e sem informação não existe o exercício da cidadania.

Reiteramos que imprensa e Legislativo são, sem sombra de dúvida, dois dos principais pilares que sustentam a democracia do Brasil."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia - Convido para fazer uso da palavra o presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Ademir Arnon.

O SR. ADEMIR ARNON - Boa-noite a todos!

Excelentíssimo senhor deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa;

Excelentíssimo senhor governador do estado, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo senhor desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Rubens Pereira Filho, prefeito municipal de Florianópolis, em exercício;

Excelentíssimo senhor conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Sidney Bandarra Barreiros, procurador de Justiça, neste ato representando o Ministério Público estadual.

Jornalista Maurício Pasetto, nosso querido amigo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa;

Nosso palestrante, Jayme Sirotsky, membro do comitê executivo, ex-presidente da Associação Mundial de Jornais e vice-presidente da Associação Interamericana de Imprensa.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, destacamos a trajetória dos 40 anos da Associação Catarinense de Imprensa (ACI) e 100 anos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), de bons serviços prestados não só aos profissionais de comunicação, empresários e colaboradores, mas e sobretudo à população de Santa Catarina, abrindo sua sede para entrevistas de interesse público, realizando parcerias com instituições públicas e privadas, assinando e divulgando campanhas de caráter social, promovendo a cultura catarinense e congregando os que atuam na imprensa do nosso belo estado.

De certa forma, o que a Associação Catarinense de Imprensa (ACI) faz, hoje, pelo povo catarinense é fruto do idealismo de Gustavo de Lacerda, ao fundar a ABI (tema abordado pelo vice-presidente do Conselho Superior da ACI, jornalista Moacir Pereira), cujo centenário estamos comemorando este ano, para orgulho de todos os catarinenses.

Gostaria de ressaltar as parcerias que a entidade vem realizando com os poderes do estado: o apoio do governador Luiz Henrique da Silveira e do secretário Derly Anunciação durante as comemorações do bicentenário de nascimento de Jerônimo Francisco Coelho, e a parceria constante da Assembléia Legislativa nas decisões sempre positivas do presidente Julio Garcia, dando uma nova dinâmica ao Poder Legislativo e abrindo suas portas para incontáveis eventos.

Gostaria também de agradecer a parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na pessoa do desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, e do nosso presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, José Aragão, que tem feito um trabalho para que a associação, a imprensa catarinense e o Judiciário se aproximem ainda mais; a adesão dos companheiros de todo o estado; a estadualização da entidade com diretorias regionais (Laguna, Chapecó, Criciúma e, na sexta-feira, estaremos dando posse ao nosso diretor regional norte, em Joinville, Julio Franco); e, particularmente nesta noite de gala, a presença desse ícone, Jayme Sirotsky, a maior autoridade latino-americana na representação institucional da mídia gráfica, conferencista desta sessão e o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), jornalista Maurício Azedo.

E manifesto minha gratidão aos fundadores, ex-presidentes, diretores e conselheiros e o nosso maior patrimônio, os nossos associados; agradeço ao conferencista que se dispôs e acolheu prontamente o convite para proferir palestra nesta noite memorável. Estivemos ontem em Blumenau, em evento de extraordinário sucesso, que marcou os 40 anos da ACI e o centenário da ABI no vale do Itajaí e amanhã estaremos em Joinville cumprindo a mesma programação.

Não tenho palavras para expressar a profunda gratidão dos jornalistas e de todos os que atuam na imprensa catarinense.

Esta cerimônia e a fantástica repercussão dos magnos eventos comemorativos das duas entidades co-irmãs nos estimulam a formatar novos projetos que engrandeçam a atividade jornalística e que promovam o fortalecimento das instituições, cada qual cumprindo seus deveres, sempre em benefício da população de Santa Catarina.

Gustavo de Lacerda, o idealista fundador da ABI e Alírio Bossle, o destemido criador de nossa Casa do Jornalista, transformam-se em inspiradores de nossos atos futuros, identificados com outrospersonagens históricos, como Hipólito da Costa, patrono da imprensa brasileira, e Jerônimo Francisco Coelho, patrono da imprensa e da maçonaria de Santa Catarina.

Temos um futuro grandioso. Parceiros das instituições, voltados para o interesse público, haveremos de cumprir com nossas obrigações, engrandecendo este estado realizador e pioneiro e revelando as maravilhas concebidas e conquistadas por seu extraordinário povo.

Finalizando, senhoras e senhores, gostaria de agradecer, neste ato, aos nossos parceiros do *trade* da comunicação: Acaert, Sindejor, ADI, Sinapro, Adjori, Abap/SC, ACP e SJP/SC.

Em nome dessas pessoas, eu gostaria de fazer um agradecimento especial na pessoa desse diplomata da comunicação e meu querido e dileto amigo, Marcos Noll Barboza.

Muito obrigado a todos e boa-noite."

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

O SR. MAURÍCIO AZEDO - Ilustre presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Julio Garcia;

Excelentíssimo governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do egrégio Tribunal de Justiça do estado;

Excelentíssimo senhor Rubens Pereira Filho, prefeito municipal de Florianópolis, em exercício;

Excelentíssimo conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, com quem tive a oportunidade, em mais de um momento, de partilhar as preocupações com a eficácia dos controles externos no país, através do sistema de Tribunais de Contas;

Excelentíssimo senhor Sidney Bandarra Barreiros, procurador de Justiça, neste ato representando o Ministério Público Estadual;

Companheiro jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa;

Ilustre senhor Jayme Sirotsky, que é uma referência do jornalismo brasileiro pelo trabalho que desenvolveu na rede Brasil Sul de Comunicação, e pela projeção que deu ao nosso país nos fóruns da mídia internacional, o que culminou com o cargo honroso de presidente da Associação Mundial de Jornais, honraria jamais conferida a qualquer brasileiro.

Eu devo dizer de uma forma muito objetiva para não arrebatar tempo do ilustre conferencista, que ABI se sente muito confortada e comovida de participar desta cerimônia, que para nós tem um valor afetivo muito profundo, porque um dos ícones da Associação Brasileira de Imprensa, ao lado de figuras que chegaram à nossa convivência mais próxima, como Herbert Moses, Danton Jobim, Prudente de Moraes Neto e Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, está Gustavo de Lacerda, que foi o inspirador, no começo do século XX, da criação de uma instituição pioneira de defesa dos jornalistas, tanto do ponto de vista material e assistencial, como também do ponto de vista de proteção do acesso àquilo que é essencial para a vida coletiva, que é a liberdade de informação e a liberdade de opinião.

Para honra nossa esta comemoração se dá na terra em que Gustavo de Lacerda veio à luz no ano impreciso de 1853 ou 1854, data essa sobre a qual os pesquisadores ainda não chegaram a um acordo, mas sobre a qual, com certeza, teremos informações seguras graças à pesquisa de um eminente jornalista, escritor, historiador e pesquisador, que é o nosso digno companheiro, jornalista Moacir Pereira, honra e glória da imprensa de Santa Catarina.

Então, a ABI está muito comovida com esta manifestação e deseja reafirmar, em honra e em memória de Gustavo de Lacerda, que a entidade, a instituição continua naquele ponto em que ele a concebeu e criou, em uma reunião com a participação de oito companheiros que atenderam ao seu apelo para a realização da assembléia de formação da antiga Associação de Imprensa, nome original da entidade, que é a defesa do jornalismo, a defesa do livre acesso às fontes de informação, a defesa da liberdade de informação e de opinião e, sobretudo, a defesa de um futuro melhor para o nosso povo através das informações que os meios de comunicação possam proporcionar, para que ele exerça com competência e sabedoria, o que não ocorre sempre, os seus direitos de cidadania para a escolha de homens públicos que conduzam os nossos estados e o nosso país aos altos destinos que o nosso povo merece.

Muito obrigado, sr. presidente, deputado Julio Garcia; muito obrigado ilustres membros da Mesa; e muito obrigado especialmente a esse dileto e querido companheiro Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa; muito obrigado a todos pelo prestígio da presença neste ato memorável do centenário da ABI.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Julio Garcia) - Convido para fazer uso da palavra, neste momento, sua excelência, o governador do estado Luiz Henrique da Silveira.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Boa-noite a todos.

Quero saudar todas as autoridades aqui presentes, todos os dirigentes de organismos ligados à imprensa e a sociedade civil na pessoa de sua excelência, o senhor presidente da Assembléia Legislativa, deputado estadual Julio Garcia;

Ilustríssmo desembargador José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça do nosso estado;

Excelentíssimo prefeito municipal em exercício, Rubens Carlos Bita Pereira Filho;

Excelentíssimo conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do nosso estado;

Excelentíssimo procurador de Justiça, dr. Sidney Bandarra Barreiros, que representa aqui o Ministério Público;

Excelentíssimo jornalista Maurício Azedo, presidente da ABI;

Excelentíssimo jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa e da Casa do Jornalista.

E quero saudar toda a direção e equipe do Grupo RBS, na pessoa do conselheiro Jayme Sirotsky, ex-presidente da Associação Mundial de Jornais e vice-presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa, a quem saúdo como conferencista nesta noite.

Tenho mais de 40 anos de vida pública, ao longo dos quais eu me dediquei, de forma deliberada, de forma decidida e de forma entusiástica, à construção da democracia. Aqui mesmo, desta tribuna, como deputado e como líder do meu partido, tive a oportunidade, em memoráveis sessões, de exaltar a liberdade e a ordem democrática.

Como deputado federal, como presidente nacional e como líder do meu partido no Congresso Nacional, foi quase que cotidiana essa luta até que conseguíssemos instalar a Assembléia Nacional Constituinte, da qual resultaria a Constituição Cidadã da qual tanto se orgulhava Ulysses Guimarães.

A democracia é constituída, defendida, exaltada e exercida por um triângulo: Parlamento, imprensa e Justiça soberanos e livres.

A ABI tem uma longa trajetória, secundada pela nossa Associação Catarinense de Imprensa na luta por esses princípios e por esses valores.

Por essa razão, neste instante, como velho combatente da democracia, como velho exaltador da liberdade de imprensa, quero saudar as duas associações que são a vanguarda, a fronteira da liberdade de pensar, de dizer, de escrever e de proclamar.

Parabéns a ambas! Parabéns ao jornalista Moacir Pereira, que nos dá mais essa contribuição valiosa para a história do nosso estado, estabelecendo o resgate tão importante do criador, do fundador da Associação Brasileira de Imprensa.

Quero saudar também o jornalista Jayme Sirotsky, que, por certo, vai-nos brindar com uma extraordinária conferência, o que me induz a ser breve no meu pronunciamento para que esta sessão não se delongue e possamos ter o privilégio de ouvi-lo.

Parabéns à ABI e parabéns à ACI. Jayme, seja muito bem-vindo a Santa Catarina, mais uma vez. Estaremos ansiosamente atentos aos seus ensinamentos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste momento, o jornalista Moacir Pereira procederá ao lançamento do livro de sua autoria, *Um catarinense visionário: Gustavo de Lacerda e o Centenário da ABI.*

Com a palavra o sr. jornalista Moacir Pereira.

O SR. JORNALISTA MOACIR PEREIRA - Excelentíssimo senhor deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor governador do estado, doutor Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo senhor presidente do egrégio Tribunal de Justiça, desembargador Francisco José de Oliveira Filho, em nome dos quais peço vênia para saudar todas as eminentes autoridades que prestigiam esta cerimônia, participando desta sessão comemorativa.

Peço vênia também para dar os votos de boas-vindas especiais ao ilustre conferencista desta noite, Jayme Sirotsky, ao nosso querido amigo e ilustre presidente da ABI, Maurício Azedo, e à sua digníssima esposa, a nossa querida dra. Marilca. Sejam todos bem-vindos a Santa Catarina!

Srs. deputados, demais autoridades civis militares e eclesiásticas já mencionadas pelo protocolo; queridos companheiros de imprensa de Santa Catarina que prestigiam este evento magno; minhas senhoras e meus senhores.

Mais uma vez, com profunda emoção, sr. presidente, ocupo a tribuna da Casa do Povo catarinense, uma casa que me tem possibilitado exercer a minha função profissional, a minha atividade jornalística, eis que aqui compareço praticamente todos os dias para colher as informações de bastidores, para os debates, para as reuniões das comissões técnicas e assim poder comunicar à nossa população o que faz a representação do povo no Parlamento estadual.

Ao longo dos últimos anos tenho procurado exercer a profissão destacando as personalidades mais importantes de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina, o mais rico arquipélago econômico, técnico, ético, folclórico e cultural do Brasil, é um estado realmente privilegiado. E tem múltiplos e variados traços que formam essa pintura realmente excepcional, e um dos mais fortes é a presença destacada de sua gente criativa, talentosa e visionária.

Entre os visionários, projetam-se ao longo dos séculos empresários, pesquisadores, intelectuais e, para nosso orgulho, um visionário na imprensa nacional, um modesto repórter, filho de mãe escrava, mestiço, sem protetores, nascido na antiga Desterro, Gustavo de Lacerda, o fundador da ABI, cujo centenário hoje comemoramos com esta sessão solene que já escreve um capítulo importante na história da imprensa de Santa Catarina.

Esse resgate que se faz de Gustavo de Lacerda chega tarde, senhoras e senhores, mas ainda em boa hora, em tempo de reparação de uma injustiça histórica. A incorporação do governo do estado, da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça, com o simpósio Judiciário e Imprensa, de empresas jornalísticas e dos profissionais de imprensa do meu estado nos eventos comemorativos superou definitivamente todas as melhores expectativas e dá a devida projeção à ABI, à ACI e, sobretudo, ao homenageado.

Esta cerimônia, meus amigos, é única, indivisível, histórica pela honrosa presença do premiado e corajoso jornalista Maurício Azedo, o zeloso presidente da ABI, a quem todos nós transmitimos o fraternal abraço, de gratidão especialmente, pelo que tem realizado no comando da associação e pelo que tem produzido no trabalho de resgate da memória do fundador, nosso conterrâneo.

Cerimônia que se engrandece por essa feliz coincidência, para a qual chamo a atenção de todos: a prestigiosa participação de Jayme Sirotsky a brindar-nos com os seus ricos conhecimentos, o seu reconhecido talento, a sua extraordinária bagagem cultural e, sobretudo, a sua sabedoria, numa área em que desponta como magnífico paradigma no Brasil e, como brasileiro, a imagem da competência brasileira no exterior.

Gustavo de Lacerda fundou a ABI no Rio, que inspirou os gaúchos na fundação da ARI. Seu presidente, Alberto André, incentivou Alírio Bossle a criar a ACI, a Casa do Jornalista. Jerônimo Coelho nasceu aqui, mas governou também a província do Rio Grande do Sul. A República Juliana é a versão catarinense da Revolução Farroupilha. A colonização do oeste é obra da migração gaúcha. E há quase 30 anos temos a presença da RBS selando laços fortes com a comunidade catarinense, amalgamados pela história, a construir pontes entre os dois estados do sul do Brasil.

Ao longo dos últimos anos, meus amigos, tenho me dedicado a pesquisas, entrevistas e estudos sobre a vida e obra de Gustavo de Lacerda, esse desconhecido do povo catarinense. Quanto mais sei, mais horizontes se abrem e mais rico se torna o personagem. Estou apaixonado realmente pelas coisas que tenho descoberto nos últimos anos a respeito desse nosso conterrâneo.

Conviveu e viveu na mesma época com a mais iluminada constelação de estrelas da literatura e do jornalismo no Brasil. Os nomes falam por si: Ruy Barbosa, do jornal *A Imprensa*; José do Patrocínio, o abolicionista; Coelho Neto; Carlos de Laet; João do Rio; Artur Azevedo; Graça Aranha; Luiz Delfino; Lima Barreto; Silvio Romero; Olavo Bilac e o soberano de todos, Machado de Assis.

Na Casa de Ruy Barbosa, quando lá estive meses atrás, no Rio de Janeiro, entre os 137 livros escritos pelo 'Águia de Haia', pelo menos dois registros importantes encontrei com referências expressas a Gustavo de Lacerda.

Evaristo de Moraes, também fundador da ABI e destemido rábula que se formou em Direito aos 45 anos e notabilizou-se por absolver o assassino de Euclides da Cunha, deixou-nos depoimentos insuspeitos e absolutamente ricos sobre o idealismo, o espírito público e o caráter de visão de futuro do modesto jornalista que fundou a ABI.

Patrono da cadeira 14 da Academia de Letras, única homenagem prestada até hoje pelos catarinenses, Gustavo de Lacerda tem fatos e escritos de notáveis do jornalismo e da literatura que permanecem inéditos. Entre eles, por exemplo, uma carta de nosso poeta maior, Cruz e Sousa, indicando o nome dos intelectuais catarinenses e brasileiros que deveriam colaborar com a *Revista dos Novos*. E ali menciona também expressamente o nome do jornalista Gustavo de Lacerda.

Esse rico acervo já está disponível. Desejo que seja transformado em livro que retrate com fidelidade a vida e a obra do nosso conterrâneo, para lançá-lo, quem sabe após as eleições, no final do ano, ainda dentro das comemorações do centenário. Aí, sim, uma obra mais completa.

Um catarinense visionário: Gustavo de Lacerda e o Centenário da ABI, sr. presidente, é um resumo de sua biografia, um inventário da ABI e da ACI e, sobretudo, das comemorações, com dados históricos que permanecerão para sempre na memória de todos os catarinenses.

Está sendo lançado hoje, com o apoio cultural da Assembléia Legislativa e pela decisiva participação de v.exa., presidente Julio Garcia, apresentando esse trabalho que muito me honra, além de uma contribuição efetiva do grupo privado Suez Tractebel. Graças a esses apoios culturais esse livro será presenteado hoje às autoridades, a todos os convidados e a todos aqueles que hoje se fazem presentes para que conheçam melhor a obra de Gustavo de Lacerda, o trabalho da ABI e da ACI. será distribuído amanhã em Joinville, quando teremos outra palestra do eminente Jayme Sirotsky, em Blumenau e em Chapecó. E será entregue à Fapesc, sr. presidente, para que o encaminhe a todas as bibliotecas municipais do estado de Santa Catarina.

A todos os senhores, autoridades, ilustres presentes nesta sessão solene que tornaram possível esse projeto cultural e colaboraram para que tivéssemos essa verdadeira aula magma, com a conferência do presidente Jayme Sirotzky, o abraço sincero de gratidão."

Muito obrigado a todos por estarem aqui prestigiando a ABI, a ACI e Gustavo de Lacerda.

Boa-noite!

(Palmas)

Solicito ao presidente da ACI, Ademir Arnot, que entregue as eminentes autoridades um exemplar da obra em primeira mão aqui nesta sessão solene.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -Neste momento, convido o sr. Jayme Sirotzky, membro do comitê executivo, ex-presidente da Associação Mundial de Jornais e vice-presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa, para proceder à palestra intitulada A Mídia em Transformação, uma Nova Relação com a Comunidade.

O SR. JAYME SIROTSKY - Sr. deputado Julio Garcia, digníssimo presidente desta Casa; meu querido governador Luiz Henrique da Silveira deste maravilhoso estado de Santa Catarina, com quem tive a oportunidade, hoje à tarde, de desfrutar mais alguns minutos e de receber os seus entusiásticos comentários sobre o que está acontecendo e o que virá a acontecer neste estado. E ao mencionar essas duas autoridades, eu me permito, com o respeito que tenho a todos os demais que formaram esta mesa e a todos os demais que já foram nominados, cumprimentá-los e dizer o quanto eu me sinto honrado e feliz de estar aqui nesta noite.

Por um dever de afetividade, eu gostaria de registrar a presença de todos os jornalistas, mas quero mencionar dois de meus colegas da RBS, que tiveram a sapiência de vir para Santa Catarina, e foram mais sábios ainda porque resolveram ficar aqui. Eu estou referindo-me ao Pedro Sirotsky, o meu querido sobrinho e conselheiro da nossa empresa; e ao Sérgio Sirotsky, que espalha por aí que é meu filho, mas não sei muito bem se é verdade, e é conselheiro da nossa empresa também. O Pedro e o Sérgio vieram para cá atender suas atividades profissionais, aqui fincaram raízes, aqui fizeram família e aqui ficaram. Isso para nós é um orgulho porque demonstra o acerto de estarmos no estado de Santa Catarina.

Em nome de todos os jornalistas aqui presentes, eu quero saudar os nossos colegas que estão hoje sendo homenageados em função dos 100 anos da ABI e dos 40 anos da ACI.

Muito obrigado pelas referências tão carinhosas. Eu me sinto envolvido por amigos com as referências tão carinhosas que foram feitas aqui e, sobretudo, orgulho-me, deputado Marcos Vieira, concordando com suas palavras, de que esta homenagem esteja sendo feita nesta Casa, na Casa do Povo, no Legislativo de Santa Catarina.

Já fomos reiteradas vezes informados de que esta é uma noite de homenagens à ABI e à ACI. E juntamos a isso, como já foi referido também, os 200 anos do começo da imprensa no Brasil e a circunstância de Gustavo de Lacerda ser um dos fundadores da ABI.

E é por isso que estamos conversando hoje aqui, e é nessa condição, inclusive, de soldado da causa da liberdade de imprensa que aqui estou, hoje, na representação das entidades que também já foram exaustivamente mencionadas.

(Passa a ler.)

"Entre tantas celebrações, o que mais se destaca é a particularidade da imprensa brasileira estar cada vez mais integrada neste mundo novo da comunicação plena, contribuindo para a cidadania e democracia, como já foi dito por alguns que me antecederam.

Eu achei coerente, portanto, que falássemos, hoje, sobre este fenômeno novo: 'A mídia em transformação, uma nova relação com a comunidade'. E nós temos, portanto, que aprender a conviver com esses vertiginosos avanços tecnológicos. Nesse ambiente, como é que se vai comportar o futuro consumidor de informações? Entendê-lo é um dos desafios prementes da mídia."

Eu vou convidar vocês para assistirem, junto comigo, a um vídeo que dá uma idéia de que esse futuro já é presente.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Esta é a grande interrogação: como é que nós vamos interagir com essa nova geração que já está nascendo com esta convivência com os novos meios oferecidos pelo mundo digital?

Talvez alguns dos ilustres deputados desta Casa, que acabam de receber os seus novos *laptops*, aliás, de última geração, não os dominem, mas os seus filhos e netos certamente os dominam.

(Continua lendo.)

"Os ganhos registrados nos últimos anos no poder aquisitivo dos brasileiros de maneira geral, graças à estabilidade econômica, tiveram um impacto importante nos padrões de consumo. Ao mesmo tempo, o fenômeno fez com que aumentasse a demanda por produtos e serviços ofertados pela mídia. A maior procura por informação vem sendo favorecida por um processo acelerado de inovações tecnológicas. Cada vez mais a comunicação passa a acompanhar os usuários no dia-a-dia, por diferentes meios, que facilitam o acesso. Em conseqüência, os eleitores que irão às urnas neste ano contarão com um volume de informações sem precedentes para decidir o seu voto.

Bom para a mídia, ótimo para a democracia.

Mais de um terço dos brasileiros com idade superior a 16 anos, portanto aptos para votar, têm acesso à internet. A *web* é o meio pelo qual circulam hoje todas as mídias do jornal, que pode ser lido na tela do computador, à televisão.

Nem tudo o que está na internet pode ser considerado confiável. Mas basta um clique e é possível conhecer o currículo de um candidato. Dá até mesmo para saber como foi a prestação de contas da sua última campanha eleitoral.

Além de numeroso, o público da internet no Brasil está cada vez mais diversificado por faixa etária e por classe social. Não são mais apenas os jovens de classe média e alta que circulam pela rede. Metade dos navegadores da *web* no país pertence, hoje, às classes C e D/E."

Muito a propósito, hoje, a manchete de um dos jornais catarinenses, o jornal *Diário Catarinense*, informa: "Classe média já é 52% da população, segundo a Fundação Getúlio Vargas", mostrando como esse desenvolvimento econômico está relacionado com o processo de evolução da mídia e de outros comportamentos.

(Continua lendo.)

"A massificação dos usuários é uma tendência que poderá facilitar a definição de políticas públicas daqui para frente. Espero que em especial aquelas relacionadas com a área de ensino. Mais educação significa mão-de-obra melhor preparada para o país - e hoje à tarde falávamos sobre isso, governador - e ao mesmo tempo públicos mais numerosos, mais qualificados e mais exigentes para a mídia.

O Brasil é recordista em número de horas de acesso à internet por mês. No primeiro trimestre deste ano, cada brasileiro navegou em média quase 24 horas mensais pela rede. É como se todo mês cada um de nós ficasse um dia e uma noite inteiros sem sair da frente do computador, conectado à rede. O período de tempo supera o do Japão, o da França e o dos Estados Unidos.

A internet interativa é uma espécie de obsessão dos brasileiros. O Brasil é líder em número absoluto de usuários de redes sociais, como o Orkut. Os usuários criam uma página virtual e, a partir daí, dão origem a uma rede contatos, na maioria das vezes por afinidade. Muitos veículos de mídia vêm-se valendo dessa alternativa para interagir com seus públicos. Dão margem, assim, ao surgimento de novas redes de relacionamentos pessoais, profissionais, empresariais, científicas, culturais...

Só em maio deste ano, 18,5 milhões de pessoas circularam por *sites* de relacionamento e comunidades virtuais no Brasil. Cada vez mais o público quer consumir e produzir informação ao mesmo tempo. O interesse é facilitado pela popularização das câmeras fotográficas e filmadoras digitais, pela sofisticação dos aparelhos de telefone celular, pelo uso intensivo do *pen drive,* coisa que já não existia há dois ou três anos, que é uma memória de um computador do tamanho de uma pequena caneta, que hoje está aí, vulgarizado.

As redações das diferentes mídias em boa parte do mundo se adaptam a esse fenômeno, conhecido como jornalismo-cidadão. Um exemplo típico nos Estados Unidos é o *blog* Huffington Post, que surgiu em 2005. A intenção inicial era dedicar-se à política, contrapondo-se ao conservador Drudge Report. Mas cada vez mais o Huffington Post se volta para as questões locais e para a participação do público.

No Brasil, veículos de comunicação tradicionais, como o jornal, o rádio, a televisão, ampliam cada vez mais os espaços destinados aos seus públicos. O objetivo é permitir que participem, que defendam causas de seu interesse pessoal e das comunidades nas quais vivem.

A TV digital, outra revolução da era tecnológica, deve chegar até novembro em Santa Catarina, começando por Florianópolis e estendendo-se depois a outras cidades. Serão centenas de canais disponíveis, com uma série de ganhos para os telespectadores. A mobilidade permite que possa ser assistida no ônibus, sem os chuviscos típicos da TV analógica.

A interatividade, tema desta parte da nossa conversa, possibilita ao telespectador optar por diferentes conteúdos enquanto assiste a um programa, por exemplo. A portabilidade faz com que a recepção possa dar-se pelo celular ou outro aparelho. O conceito de telespectador deixa de se restringir ao de quem fica parado no sofá da sala, com margem no máximo para vibrar ou reclamar da programação.

No Brasil e em alguns países da América do Sul, a venda de jornais cresce mais do que a média mundial, que é de 2,57%. Esses dados foram divulgados na Suécia, durante o encontro deste ano da WAN, a Associação Mundial de Jornais, que tive a honra de presidir e que aqui represento hoje. No entanto, o percentual brasileiro que se refere aos 88 jornais que são auditados pelo Instituto Verificador de Circulação é bem superior a isso. A Associação Nacional de Jornais estima que, no conjunto, os 555 diários em circulação no Brasil tiveram uma expansão maior ainda, cresceram no ano passado 11,8%.

Os números demonstram que no Brasil os veículos impressos não estão perdendo espaço para as novas mídias, como vem ocorrendo em outros países. Ao contrário, a integração faz com que se fortaleçam. Uma das explicações para o aumento das vendas da mídia impressa no Brasil, em percentuais tão expressivos, é o sucesso dos jornais populares. Dos dez jornais de maior circulação no país, hoje, auditados pelo IVC, cinco podem ser incluídos nessa categoria. O *Super Notícia*, em Belo Horizonte, o *Extra*, no Rio de Janeiro e o *Diário Gaúcho*, no Rio Grande do Sul, são exemplos desses novos sucessos.

Ao contrário do que ocorre em outros países, onde costumam ser associados ao sensacionalismo, no Brasil os jornais populares dão ênfase à prestação de serviços e ao entretenimento, conquistando novas camadas de leitores.

A mesma explicação para o aumento da circulação de veículos impressos dirigidos à classe C ajuda a entender a explosão das vendas de computadores no Brasil. A inclusão digital, com a incorporação da internet por um universo cada vez maior de brasileiros, é conseqüência direta dessa tendência. O resultado é que, contra a maior parte das previsões, muitas delas catastróficas, a integração entre os diferentes geradores de conteúdo favorece o veículo jornal. O que não cabe no papel acaba virando um *link* que remete para a versão *on-line.* Da mesma forma, o que circula na internet frequentemente remete ao jornal. O leitor é quem sai ganhando.

Esta é a posição de circulação dos principais editores de jornais do Brasil em maio de 2008: a *Infoglobo*, jornais das Organizações Globo, lidera em circulação, conforme dados do IVC; o Grupo RBS aparece como segundo no *ranking* brasileiro de jornais. A posição é conseqüência da grande aceitação de seus oito jornais, quatro no Rio Grande do Sul e quatro em Santa Catarina. Fizemos um quadro que se refere apenas às edições em papel. Aos poucos, a circulação de jornais *on-line* e *off-line* começa a ser somada para efeitos de valorização do meio jornal.

Obviamente os avanços assegurados pelas novas tecnologias e as perspectivas particularmente favoráveis para a mídia no Brasil só podem ser aproveitados em todo o seu potencial num ambiente de plena liberdade.

Como definiu o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Ayres Britto, ao se posicionar no início deste ano sobre liberdade de expressão na condição de ministro do Supremo Tribunal Federal, 'imprensa e democracia são irmãs siamesas'. Infelizmente, a liberdade de imprensa continua sendo desrespeitada em boa parte do mundo, inclusive no Brasil, onde a livre expressão é freqüentemente atropelada. Esse mapa mundial das violações é divulgado anualmente pela organização não-governamental Repórteres sem Fronteiras, que tem base na França, mas faz essa coleta de dados com o auxílio de inúmeras entidades do mundo inteiro.

Os países que no quadro aparecem em branco no levantamento podem ser considerados em boa situação sob o ponto de vista do respeito à livre expressão. Nos de cor bege, a situação é satisfatória. A cor vermelha indica um quadro difícil. A preta, situação muito grave. O Brasil se inclui entre os de cor amarela, que define os países com 'problemas consideráveis'. Isso demonstra que apesar dos ganhos registrados desde a redemocratização ainda é preciso avançar muito mais, presidente Maurício Azedo, e preservar as conquistas.

No Brasil, de fato, a imprensa se move entre a exigência crescente da informação, com a multiplicação do acesso às mídias, e as freqüentes restrições à sua liberdade de atuação. A campanha para as eleições municipais deste ano começou sem que houvesse muita clareza sobre o que pode e o que não pode, no caso da cobertura pela mídia. Até mesmo no território teoricamente livre, que é o da internet, há uma série de restrições, nem todas muito explícitas, porque acaba dando margem a punições aleatórias e estimulando algo igualmente perigoso: a autocensura.

Os casos mais rumorosos foram as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral aos jornais *Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo* e edição de São Paulo da revista *Veja*. A alegação foi a de que publicaram entrevistas com postulantes ao cargo de prefeito. Felizmente essas decisões foram revisadas nas instâncias superiores.

Na justificativa para a punição à *Folha,* uma das autoras da ação chegou a alegar que os candidatos tinham liberdade para falar sobre tudo, menos sobre as pretensões para os municípios. Coerência incrível! Sugeriu, inclusive, que os pretendentes à prefeitura da maior cidade do país poderiam manifestar-se sobre suas preferências pessoais, sobre aquilo que gostam, sobre seus cães de estimação, etc.

Justificativas como as usadas para punir veículos de mídia impressa e até mesmo *on-line* fazem lembrar uma tira em que Dilbert discute eleições com seu cão Dogbert. A certa altura, o engenheiro ligado à alta tecnologia - tema do qual falamos tanto nessa primeira parte - se dá conta de que os cachorros não votam, como argumenta Dogbert, conforme ilustração, não votam diretamente. O voto de cada eleitor, de fato, tem influência sobre toda a comunidade. É por isso que a imprensa precisa de liberdade para cumprir o seu papel sempre com isenção e responsabilidade. É por isso que o eleitor precisa do máximo de informação para votar conscientemente.

O antídoto para a censura é exatamente o cidadão bem informado e com acesso aos veículos de divulgação, pois ele se torna um agente da liberdade e da cidadania. Esse novo ambiente tecnológico que diminui as distâncias e acaba com as fronteiras físicas curiosamente também reforça o localismo.

Quanto mais as tecnologias facilitam e barateiam a comunicação a distância, mais a mídia se volta para os interesses das comunidades próximas. No 15º Congresso Mundial de
Editores, realizado este ano em Gotemburgo, na Suécia, chamou a atenção o exemplo do jornal finlandês *Helsingin Sanomat,* que tem uma circulação de 420 mil exemplares. O jornal montou uma espécie de rede de correspondentes em comunidades de população bem pequena. Os colaboradores transmitem informações em *blogs* vinculados ao *site* do jornal que assume a responsabilidade sobre esses *blogs*. Na Suécia, outro jornal. o *Östersunds-Postem (ÖP),* com uma circulação de 28.800 exemplares, tem oito *sites* hiperlocais e mais de 100 *blogs* de leitores.

A cobertura exaustiva da comunidade local é conseqüência da necessidade de parte do público, no Brasil ou em qualquer outro país de exercitar um protagonismo cada vez maior. A sociedade quer participar e a mídia é vista com um instrumento para canalizar esse sentimento. Na maioria das vezes, um semáforo com problemas tem muito mais influência para os moradores das imediações do que fatos ocorridos em Brasília ou em outros lugares.

'Só depois que a tecnologia inventou o telefone, o telégrafo, a televisão, todos os meios de comunicação de longa distância, foi que se descobriu que o problema de comunicação mais sério era o de perto.'Millôr Fernandes

A referência de Millôr Fernandes ao telégrafo já dá uma idéia de que a frase é antiga. Ainda assim, a conclusão continua atual: o problema de comunicação mais sério é o de perto.

A progressiva segmentação do noticiário é hoje uma tendência acentuada. Esse tipo de situação foi definido por Chris Anderson como 'cauda longa'. A tendência inverte a lógica anterior, quando se produzia pouco para muitos. Poucas fontes para muitas pessoas. Cada vez mais se produz muito para poucos, visando à segmentação.

Uma das conseqüências para a mídia é a ênfase em cadernos especiais, em edições diferenciadas para cidades ou regiões e em jornais de bairro, que tendem a conquistar cada vez mais leitura.

Os meios de comunicação vêm abrindo um espaço cada vez maior para manifestações do público. A interação se dá através de telefonemas e *e-mails*, de mensagens por telefone celular, na seção de cartas do leitor, nos conselhos de leitores...

A tecnologia da informação acaba estimulando na prática uma mudança radical de comportamento por parte do público. Uma das razões é que colabora para agregar praticamente todas as mídias, reacomodando-as num universo de informações que se amplia cada vez mais. A outra é que com isso contribui para a qualificação progressiva dos usuários.

A situação tende a se acentuar e a dúvida é como as empresas de comunicação atenderão essa demanda. Ao mesmo tempo em que fascina, o excesso de informação acaba muitas vezes gerando certo desconforto. Em parte do público, surge o temor de ser até mesmo sufocado pela informação.

Nesse quadro, que é quase caótico, as empresas tradicionais de comunicação se firmam como uma instância capaz de organizar o conteúdo, distribuindo-o, depois da devida checagem das informações, de uma forma hierarquizada e que, ao final, faça algum sentido. Essa charge que está na tela está em inglês, mas demonstra basicamente que o público percebe o esforço. Isso ajuda a explicar a expansão de veículos tradicionais, como os jornais, num ambiente de liberdade. Isso coloca em evidência que a função do editor sério e responsável é e será cada vez mais importante.

O bombardeio de informações reforça a importância das marcas, as grifes conhecidas na área de mídia nas quais os usuários aprenderam a acreditar pela credibilidade que elas transmitem. O excesso de conteúdo leva a sociedade a buscar ícones confiáveis para se orientar num mundo vasto demais. Marca confiável é um pressuposto para agradar o público tradicional e o que se prepara para chegar ao mercado. As Gabi's que estão chegando.

Por exigência do público, mas também por compreenderem que a credibilidade é um valor essencial para a sobrevivência da atividade, as empresas de comunicação passaram a edificar suas linhas editoriais sobre os alicerces da ética e da transparência. Esse caminho começou timidamente com os manuais de estilo e redação dos jornais, logo se ampliou para guias de ética e hoje se espraia para uma infinidade de instrumentos que permitem ao público acompanhar, participar e fiscalizar a mídia.

O professor Claude-Jean Bertrand, da universidade de Sorbonne, em Paris, que é autor de vários livros sobre esse assunto, como *A Deontologia das Mídias* e *O Arsenal da Democracia*, listou mais de 60 formas de aferição e acompanhamento da responsabilidade social da mídia. Ele elaborou um sistema de meios capazes de incitar a mídia a cumprir adequadamente o seu papel. Os chamados *MAS* (*Media Accountability Systems*) podem materializar-se pelo *ombudsman*, por um conselho de imprensa, por um código de ética editorial, por pesquisas de opinião, por publicações especializadas sobre a imprensa e por outras tantas formas.

Todos os que estão aqui certamente reconhecem, como já foi dito reiteradas vezes, o papel da imprensa numa democracia. Não preciso estender-me sobre isso, mas gostaria de destacar alguns valores para que a imprensa possa desempenhar esse papel que a sociedade espera dela.

O primeiro deles é certamente a independência. A independência do poder político, do poder econômico e de compromissos ideológicos ou partidários. Só empresas independentes podem exercitar outros valores que fazem do jornalismo um instrumento efetivo da cidadania. Fazer comunicação como a entendemos, com equilíbrio, isenção e responsabilidade social, exige desatrelamento político, exige apuração rigorosa dos fatos, pluralismo de opiniões e busca incessante da verdade. O primeiro compromisso de uma empresa de comunicação é com o seu público, para quem se destinam seus produtos e serviços. Informações, opiniões e as diversas formas de entretenimento que a mídia oferece ao público devem ter tanta qualidade quanto qualquer serviço essencial à vida das pessoas.

A qualidade não é apenas um diferencial no mercado competitivo de mídia, é um direito do consumidor, é um direito do cidadão, é um direito da sociedade. Por isso quem trabalha com informação tem que se guiar pelos mais rígidos princípios do profissionalismo, tem que ser inovador para acompanhar a evolução do mundo, tem que se manter em sintonia permanente com as necessidades e os desejos das pessoas.

Grupos de comunicação, mais do que empresas de outras atividades, precisam entender seus públicos, dar-lhes voz e vez para exprimir suas demandas, operar como porta-vozes das comunidades em que estão inseridos. Isso se chama responsabilidade social. É por causa deste papel que a mídia conquistou credibilidade entre as instituições nacionais. Quando falha o poder público, quando o cidadão se sente desassistido, é comum que recorra aos meios de comunicação como último recurso.

Mas nós rejeitamos o rótulo de quarto poder, que inclusive foi referido hoje, que algumas pessoas tentam impingir à mídia. Queremos, sim, utilizar essa representatividade que o público nos concede com a sua audiência para contribuir com as instituições democráticas, seja fiscalizando o poder público, seja divulgando suas realizações. Isso, no nosso entendimento, também se chama responsabilidade social.

Senhoras e senhores, é um privilégio podermos acompanhar este admirável mundo novo presidido pela tecnologia, que dá mais poder aos cidadãos e acena com possibilidades infinitas para a humanidade. Nesse ambiente, a mídia também precisa redefinir constantemente seu papel. Como dizem os autores americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel, no seu antológico livro *Os Elementos do Jornalismo*, o papel fundamental da imprensa continua sendo o de fornecer aos seus cidadãos as informações de que precisam para se governar. Por isso numa democracia os meios de comunicação devem informar, analisar e formar; devem promover o debate público; devem manter a independência diante do poder público, do poder econômico e dos interesses da própria empresa e de seus profissionais; devem separar claramente opinião de informação; devem ser transparentes e corrigir os erros; devem servir os cidadãos com a verdade; devem oferecer informação e serviço de qualidade.

Eu tenho a honra de ser um dos elaboradores e signatários do relatório da Conferência Hemisférica sobre Valores Jornalísticos para o Século XXI, editado pela SIP, em novembro de 2006, na Costa Rica. No texto a entidade lembra que o maior desafio do jornalismo no século XXI é conviver com as novas plataformas informativas sem perder seus valores éticos e editoriais. O acesso dos cidadãos à informação, facilitado pelas novas tecnologias, impõe aos jornalistas e aos meios a responsabilidade de serem rigorosos na ética, na precisão e na busca da verdade. Os jornalistas podem ter perdido o monopólio do jornalismo, mas não devem perder o monopólio do profissionalismo.

Senhoras e senhores, eu acredito que a imprensa brasileira vem encarando com muita responsabilidade os desafios referidos pela SIP. Agora mesmo estamos novamente em meio a um processo eleitoral que exige muita atenção e cuidado da mídia, para que a disputa seja equilibrada, democrática e republicana, como é moda dizer.

Para contribuirmos efetivamente com o aperfeiçoamento da nossa democracia, temos que continuar enfrentando temas áridos como o combate à corrupção, a questão do tamanho do estado, o debate sobre loteamento de cargos públicos, a reforma política e as demais reformas pendentes, isso sem falar em problemas emergenciais como a insegurança pública, a má qualidade do ensino e outros entraves que impedem o desenvolvimento do país.

Sabemos que há muita coisa para consertar em nosso país, incluindo-se aí as deformações da própria mídia. Mas sabemos também que existe, em todos os setores da vida nacional, um enorme contingente de brasileiros dispostos a lutar por uma sociedade mais digna e justa para todos.

Sr. governador, sr. presidente, autoridades, deputados, jornalistas, querendo ou não somos todos passageiros neste mundo em transformação. A tecnologia abriu tantas janelas novas que às vezes não sabemos bem para onde olhar ou o que devemos ouvir ou ainda qual o botão que devemos apertar. Mas esse turbilhão de informações não pode ser encarado como ameaça e sim como oportunidade. É dentro dele que temos de interagir de maneira inteligente e solidária, para preservarmos a nossa liberdade de escolha.

Por isso, no momento em que esta Casa comemora os 40 anos da Associação Catarinense de Imprensa, uma entidade criada para defender a liberdade de expressão, quero deixar como mensagem final a crença de um homem que passou a sua vida comprometido justamente com este direito, o direito que as pessoas devem ter para escolher seu próprio destino. Tenho convicção de que existe um paralelismo indissolúvel entre liberdade de expressão e democracia, entre imprensa livre e direitos humanos, entre mídia independente e baixa corrupção.

Tive a satisfação, como vice-presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa, de ter participado da redação da Carta de Chapultepec, promulgada em 11 de março de 1994, durante a Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão, que aconteceu nos castelos de Chapultepec, daí o nome da carta. E neste ano em que, além dessas datas maravilhosas que foram referidas, celebramos também os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, eu gostaria de relembrar, ao encerrar, o preâmbulo dessa da Carta de Chapultepec, que contém uma síntese maravilhosa da missão da imprensa em regimes democráticos.

'Somente através de livre expressão e circulação das idéias, da busca e difusão de informações, da possibilidade de indagar e questionar, de expor e reagir, de coincidir e divergir, de dialogar e confrontar, de publicar e transmitir, é possível garantir aos cidadãos e grupos seu direito de receber informação imparcial e oportuna. Somente com a discussão aberta e a informação sem barreiras, será possível buscar respostas para os grandes problemas coletivos, criar consensos, permitir que o desenvolvimento beneficie a todos os setores e exercer a justiça social e prosseguir a obtenção da eqüidade'." [sic]

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta sessão solene abre espaço agora para algumas homenagens.

Convido o jornalista Ademir Arnon para receber, em nome da Associação Catarinense de Imprensa, a homenagem do Poder Legislativo pelos 40 anos de fundação e de busca pela liberdade de expressão e integração dos jornalistas catarinenses.

Para fazer a entrega da homenagem, eu convido os srs. deputados Edison Andrino e Jorginho Mello.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido agora os srs. deputados Reno Caramori e Valdir Cobalchini para fazerem a entrega da homenagem à Associação Brasileira de Imprensa por seu centenário e pela destacada atuação no fortalecimento da democracia do país, dignificando toda a classe jornalística.

Para receber a homenagem, eu convido, em nome da Associação Brasileira de Imprensa, o jornalista Maurício Azedo, que é o presidente.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido os srs. deputados Jean Kuhlmann e Elizeu Mattos para fazerem a entrega do documentário acerca da homenagem que foi feita na noite de hoje ao ex-presidente da Associação Catarinense de Imprensa, jornalista Moacir Pereira.

(Procede-se à entrega do documentário.)

(Palmas)

A Presidência registra, para que não haja estranheza, que o deputado Cesar Souza Júnior não participa desta entrega por impedimento da legislação eleitoral. Certamente gostaria muito de fazê-lo.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos aqueles que nos deram a honra da sua presença, aos palestrantes e ao jornalista Moacir Pereira pelo lançamento de sua obra - mais uma que contribui para a história de Santa Catarina - e convida todos para o coquetel no *hall* deste Poder.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 068ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Carlos Hoegen - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Cobalchini - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Refere-se à decisão do STF de permitir candidatos com processos judiciais.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Critica posição do STF de permitir candidatos com processos judiciais.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Aborda a morosidade nos processos judiciais.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Comenta notícia de que empresários de Balneário Camboriú querem adotar câmeras de vigilância; defende a implantação da rede de fibra óptica e a implantação de câmeras de vigilância em todas as escolas.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Registra a inauguração do trecho da BR-116 ao município de Timbó Grande.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Congratula-se com o deputado Valdir Cobalchini em função da realização da ligação entre Caçador e Timbó Grande.

Partidos Políticos

DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Informa que dará entrada a duas indicações e a um requerimento.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Elogia o deputado Taxista Voltolini.

DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI (pela ordem) - Agradece os elogios do deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à decisão do STF sobre os candidatos com ficha suja; aborda o problema da indústria moveleira do estado; manifesta-se acerca do PL que trata da regulamentação, fiscalização e orientação ambiental.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Concorda com a posição do deputado Silvio Dreveck sobre a decisão do STF.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deseja boa-vindas ao deputado Aparecido Voltolini; aborda a escassez de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença do vereador Lourival Ferreira De Castinho, de São Bento do Sul.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (pela ordem) - Registra a presença do ex-prefeito de Timbó Grande, Arnoldo Ferreira De Castinho.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Comenta inauguração de trecho da BR-116 a Timbó Grande; registra a presença de lideranças de Correia Pinto; aborda o encontro da União de Parlamentares do Mercosul.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Parabeniza o deputado Elizeu Mattos por sua atuação como presidente da UPM.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (pela ordem) - Registra a presença do secretário Regional de Caçador, Newton Marçal Santos, e os investimentos em educação naquele município.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Comenta a decisão dos STF com relação aos candidatos com ficha suja; analisa a necessidade de se avançar na implementação de políticas públicas.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Coloca sua posição quanto à decisão do STF.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Reitera sua posição com relação à decisão do STF; analisa os problemas do ProUni.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Ressalta as conquistas do governo Lula.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Informa que o Enade não desaprovou curso algum de Joinville.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Reporta-se à indicação que pede a realização da Conferência Estadual dos Direitos Humanos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que pede o envio de mensagem ao diretor do Centro Educacional do Oeste da Udesc, parabenizando-o pelo curso de Zootecnia daquela universidade ter atingido o desempenho máximo no Enade de 2007.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Refere-se a requerimento de sua autoria, que pede o envio de mensagem ao diretor do Centro Educacional do Oeste da Udesc, parabenizando-o pelo curso de Zootecnia daquela universidade ter atingido o desempenho máximo no Enade de 2007.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Elogia o espírito público dos parlamentares que cederam espaço para que os suplentes assumissem; elogia a participação dos suplentes; manifesta-se acerca da decisão do STF sobre os candidatos com ficha suja.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN (aparte) - Agradece a oportunidade de assumir uma cadeira no Legislativo.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende o investimento público em Segurança Pública.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se ao bom desempenho do curso de Zootecnia da Udesc de Chapecó no Enade e à importância da universidade pública e gratuita.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Regozija-se com o sucesso da Udesc no Enade.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Comemora nova fase da Casan; elogia obras do governo do estado em Ituporanga.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Enfatiza a competência do ex-deputado Adelor Vieira na busca de recursos para a Casan.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta a insatisfação dos servidores públicos estaduais com a campanha salarial.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Parabeniza o curso de Zootecnia da Udesc de Chapecó; apela ao governo pela negociação com os servidores da Epagri e da Cidasc.

DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Fala da sua origem e de sua família.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Faz a entrega da lei que cria o Dia do Taxista ao deputado Taxista Voltolini.

DEPUTADO CARLOS HOEGEN (pela ordem) - Exorta a democracia que permite a presença no Parlamento de homens como o deputado Taxista Voltolini.

DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI (pela ordem) - Agradece as homenagens dos deputados Carlos Hoegen e Reno Caramori.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência comunica ao Plenário que em decorrência de atos regimentais, convoca os srs. Valdir Vidal Cobalchini, Adherbal Ramos Cabral, Ismael dos Santos e Carlos Hoegen para assumirem o cargo de deputado estadual.

Assim sendo, já que prestaram juramento e cumpriram as demais formalidades, esses deputados estão no pleno exercício do mandato.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero abordar aqui rapidamente dois assuntos que a imprensa de Santa Catarina traz em destaque. O primeiro diz que o Supremo Tribunal Federal permite candidaturas de fichas sujas, dando a impressão de que temos um grande número de candidatos com conduta pública questionável.

No Brasil vamos ter aproximadamente 550 mil candidatos a vereador, a prefeito e a vice, para preencher as vagas em 5.600 municípios do país. Em Santa Catarina, devemos ter 25 mil candidatos. É claro que no meio de um número grande de candidatos pode existir alguém que não tenha uma conduta exemplar, mas a eleição também é uma grande oportunidade para o eleitor, que precisa conhecer em quem vai votar, naturalmente eliminar aquele que tem a conduta questionável.

Agora, essa questão do STF também nos dá a impressão de que a Justiça acaba sendo conivente com aqueles que têm algum processo. Lamentavelmente, e dentro dos direitos de todo o cidadão, qualquer pessoa pode ser processada, e essa pessoa que está sendo processada tem o direito de se defender, e só será considerado culpado depois de terminado o processo em todos os níveis.

Ora! Na verdade ficha suja teria aquele que ao final do processo de fato fosse considerado culpado. Se ele foi condenado, tem a ficha suja, então não pode ser candidato. Por isso é que, no fundo, é questionável a veracidade desta manchete. Ninguém com ficha suja, transitado em julgado, poderá ser candidato! Não é! Esses aqui são aqueles que responderam a algum processo durante a sua vida que ainda não foi concluído.

Também é do conhecimento de toda a nação que infelizmente os processos, muitas vezes, ficam prolongando-se por anos e anos, e muitas vezes essa é forma de absolver alguém.

Mas acho que cabe à Justiça ter mais velocidade e menos morosidade nas análises dos processos, para atender um clamor social que é muito grande. A sociedade acha - apesar de não dizê-lo e ninguém ter coragem de dizer - que a morosidade do processo judicial, a parte burocrática, não por culpa de pessoas, mas por culpa do próprio sistema, acaba criando uma forma de absolver aqueles que poderiam ter uma conduta que não é exemplar.

De forma que eu diria ao eleitor que não é bem verdade essa notícia. Quantas pessoas têm algum processo e que depois se concluiu que não era verdade tudo aquilo?

Essas pessoas quererem condenar alguém previamente, sem antes analisadas todas as variantes, podem acabar cometendo uma injustiça.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Nobre deputado, permita-me discordar de v.exa. Porque vivemos num país democrático, eu quero discordar de v.exa.

A *Folha Online* trouxe ontem uma notícia dizendo o seguinte: "Maluf diz que tem ficha limpa. Quem tem ficha suja é juiz que, ao invés de julgar processo, se mete em política". Esta é a manchete e a reportagem dita pelo Maluf.

Eu quero dizer a v.exa., com toda certeza e com toda convicção, que foi um regresso. A Associação do Ministério Público deste país vem há muitos anos tentando colocar este país nos eixos, e isso está acontecendo graças a Deus. Eu entendo isso como um retrocesso. Nós sabemos que existem muitos políticos que têm ficha extremamente suja mesmo, até políticos matadores e mandantes de assassinatos nós sabemos que há, e a imprensa e a polícia investigaram e é realidade. Está certo que não está concluído, mas ele se coloca na posição de representar a sociedade em nível municipal, estadual e federal, e isso é um absurdo!

Eu não concordo! Lamentavelmente vamos ter, nessas eleições, pelo país afora, pessoas que não são dignas de representar a sociedade e que, por apoio de grandes empresas, por apoio realmente de pessoas com condições financeiras, irão alcançar os seus mandatos e não contribuirão em nada para a sociedade, mancharão mais ainda a vida pública brasileira que muitos, com sacrifício, no passado, resgataram, lutaram para que isso acontecesse. E eu não entendo essa como uma decisão sábia do STF. Essa é a minha posição!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Eu acredito que nessa questão, deputado Serafim Venzon, muito bem trazida nesta manhã à Casa, o grande problema, a grande questão é a morosidade da Justiça. Se nós tivéssemos agilidade e rapidez nos processos, com certeza a sociedade estaria esclarecida com relação a quem tem e quem não tem culpa no cartório.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Ismael dos Santos, eu quero agradecer o aparte do deputado José Natal e também de v.exa.

Certamente que a sua afirmação é perfeita! É claro que existem muitos políticos de ficha suja. A questão é que essa morosidade que acontece dentro da análise do seu processo... Nós não queremos cortar o direito de ele se defender. Agora existe uma conivência, e essa conivência, que ninguém tem coragem de dizer, é que acaba defendendo e absolvendo pessoas pelo tempo.

O que eu quis enfatizar, nobres deputados, é que não é pelo fato de ele ter um processo que deva ser impedido de ser candidato. O que temos que conseguir é mais agilidade, menos morosidade, menos embrulhação por parte da Justiça para analisar aqueles processos. Existem processos de dez, 15 anos. Como é que nós queremos que o povo entenda isso? Ora, vai acabar entendendo muito mais fácil e pensar que todos aqueles que têm qualquer tipo de processo encaminhado não podem ser candidatos.

Eu, particularmente, fui vereador em 1988, depois vice-prefeito de 1992 a 1994, fui dez anos deputado federal e agora sou deputado estadual. Graças a Deus, pela minha conduta, não tenho nenhum processo! É bem verdade que nunca exerci uma função do Executivo em si por longo tempo, mas sei que muitos políticos no cargo de prefeito ou no cargo de governador, de presidente da República ou em outras instâncias do Executivo acabam, dentro dos direitos democráticos, passando por alguns questionamentos que lá adiante geram algum processo. E na sua análise depois conclui-se que aquele cidadão que exercia um cargo executivo não tinha nenhuma culpa e que houve foi um procedimento correto.

Então, quero destacar que, no meio de muita gente que hoje tem um processo na Justiça e que ainda não foi concluído, existem, sim, muitos candidatos bons e que não podem ser colocados como culpados daqueles processos que estão sendo analisados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, toda comunidade que nos acompanha através da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero trazer dois assuntos que já tive a oportunidade, de certa forma, de abordar durante essa semana. Mas quero novamente tratar porque entendo ser algo extremamente importante.

Lendo vários jornais de hoje de Santa Catarina, pude observar uma notícia falando que empresários querem adotar câmeras de vigilância em Balneário Camboriú.

(Passa a ler.)

"Empresários e moradores querem implantar câmeras de segurança com transmissão de imagens via internet para reduzir as ocorrências de roubos e furtos na cidade de Balneário Camboriú, principalmente durante a baixa temporada. A idéia é de que a iniciativa privada compre os equipamentos de vigilância, reforçando o sistema de monitoramento já feito pela Polícia Militar.

A proposta foi enviada ao governo do Estado por representantes do comércio, da construção civil e do turismo e mais 60 entidades. De acordo com levantamento dos Conselhos de Segurança Pública (Consegs) do município, a instalação de 200 câmeras externas, mais simples do que as utilizadas hoje pela PM, seria suficiente para vigiar todos os pontos críticos de Balneário Camboriú. Cada câmera fixa, sem capacidade giratória, custa R$ 6,5 mil.[...]"[sic]

O que eu quero nesta manhã, sr. presidente e srs. parlamentares, justamente lendo esta matéria, é voltar a falar de um assunto que já tive a oportunidade de tratar nesta semana, quando fiz aqui um comparativo e uma analogia, deputado Antônio Aguiar, colocando exatamente o custo que o estado paga a Brasil Telecom na transmissão de dados captados pelas câmeras de vigilância não só em Blumenau, mas em Balneário Camboriú, Joinville e Florianópolis.

Eu trouxe aqui um comparativo. O governo do estado gasta todos os meses, na Segurança Pública, R$ 27 mil, deputado Ismael dos Santos, para fazer a transmissão dos dados captados pelas câmeras de vigilância até a central de monitoramento. Se nós implantarmos a rede de fibra óptica no município de Blumenau e ligarmos as câmeras já instaladas às redes de fibras ópticas, esse custo vai baixar para zero. Ou seja, de R$ 27 mil cai para zero. E para fazer esse investimento, segundo as informações do próprio Ciasc, haveria um custo imediato de R$ 292 mil. Ou seja, deputado Carlão, em 12 meses o governo do estado paga, com investimento, aquilo que é utilizado hoje todo o mês. Então, quer dizer, em 12 meses vai-se fazer um investimento e nunca mais se vai pagar a transmissão de dados. E, automaticamente, depois de 12 meses, tudo o que for economizado poderá ser comprado em câmera e implantado na rede de fibra óptica, porque as novas câmeras não vão mais ter um custo de transmissão; haverá apenas um custo de aquisição e instalação.

Por isso, efetivamente, defendo aqui a implantação da rede de fibra óptica.

E lendo essa notícia dos jornais falando de Balneário Camboriú, vi que é a mesma coisa. Se existem lá 200 câmeras, como é que se vai fazer para transmitir as imagens das 200 câmeras até a central de monitoramento, e poder fazer com que a tecnologia funcione para que, de repente, além de transmitir para a central de monitoramento, permita que um cidadão possa acessar via internet as imagens, se não tem a rede de fibra óptica? É importante essa rede!

Reforço aqui a minha colocação, que é importante não só para Blumenau. É importante em Balneário Camboriú, em Florianópolis e em Joinville. Temos que fazer como é feito, hoje, em Criciúma. Lá não existe custo com a Brasil Telecom na transmissão. Lá é totalmente isento de custo. Por quê? Porque lá as câmeras estão ligadas à rede de fibra óptica. E o dinheiro que não é gasto na transmissão, pode ser gasto todo mês, deputado Sargento Amauri Soares, com equipamentos para a polícia, porque, antes de pagar a Brasil Telecom, eu prefiro dar mais segurança para o policial trabalhar, prefiro colocar mais câmeras de vigilância.

E, automaticamente, a outra vantagem que existe na implantação da rede de fibra óptica é que, além de utilizar a rede, srs. parlamentares, para fazer a transmissão das imagens captadas pelas câmeras de vigilância, a mesma rede pode ser utilizada pelas universidades, pelas instituições do governo do estado, seja Celesc ou Casan, não importa quem, pela prefeitura municipal, pelo governo federal, porque a rede de fibra óptica permite isso.

Além da transmissão das imagens, permite a transmissão de dados e uma utilização da rede até para as escolas municipais, estaduais. Enfim, quem quiser se plugar a essa rede poderá utilizá-la. Então, essa é a tecnologia a serviço do cidadão. Por isso que eu volto a frisar essa necessidade.

E aqui quero agradecer aos srs. parlamentares pela indicação que nós apresentamos e aprovamos nesta Casa, em que pedimos ao secretário da Segurança Pública e ao governador para que realmente se sensibilizem e garantam o recurso para que possamos fazer em Blumenau o que foi feito em Criciúma. Queremos colocar em Blumenau a rede de fibra óptica. E já existe lá, deputado Sargento Amauri Soares, uma boa parte instalada, mas o que falta é ligar a rede de fibra óptica até a câmera, e aí automaticamente reduzindo os custos com a Brasil Telecom.

Então, esse é o apelo que faço nesta Casa, e aí quero realmente pedir o apoio dos srs. parlamentares.

Se nós conseguirmos gastar de forma racional, vamos conseguir economizar, a longo prazo, o recurso público. Quanto mais economizarmos o recurso público, melhor vamos poder investir; e quanto melhor investirmos, melhor será para o cidadão. Assim vamos ter dinheiro para colocar mais câmeras, vamos garantir mais segurança, vamos conseguir instalar uma rede Wi-Fi. Porque 16 quilômetros além de onde está a fibra óptica, pode-se instalar uma rede Wi-Fi que, conseqüentemente, vai até a central de monitoramento. Essa é a tecnologia em favor do cidadão.

O que nós não podemos fazer é continuar gastando, de forma burra e de forma ignorante, o recurso público que poderia ser utilizado em favor do cidadão.

E aí vem a segunda colocação que eu queria trazer: se, além de nós fazermos essa implantação, essa ligação da rede de fibra óptica através do Ciasc, que tem toda a capacidade intelectual e estrutural de fazer isso, nós fizermos também o monitoramento dentro das escolas, poderemos, com certeza, fazer um grande trabalho de vigilância eletrônica neste estado.

Ontem estivemos na reunião da comissão de Educação, com a presença de vários deputados, e discutimos um assunto realmente muito importante que fala sobre a questão da implantação de um sistema integrado de segurança, por circuito fechado de televisão digital, em rede IP dentro das escolas do estado. Se nós fizermos o monitoramento de escolas, vamos garantir, repito aqui nesta tribuna, não só o patrimônio da escola, mas o mais importante de tudo: a segurança da criança que está indo estudar. Isso é o mais importante de tudo.

Por esse motivo, como presidente da comissão de Educação, irei bater nessa tecla e exigir uma posição da secretaria estadual de Educação para que tenhamos realmente um monitoramento nas escolas de forma eficiente para que possamos criar, quem sabe, srs. parlamentares, um *kit* padrão que possa ser adquirido pela secretaria da Educação e fornecido para todas as escolas. Porque todas as escolas do estado têm um computador. Basta você comprar algumas câmeras, ligá-las ao computador, aplicar um *software* e pronto! Daí você terá o quê? A escola monitorada, com as imagens gravadas no computador da secretaria da escola. E se ela estiver plugada à internet, até o pai poderá acessar as imagens de casa.

Então essa é a tecnologia e é isso que temos que fazer: buscar soluções. Não adianta vir aqui só para criticar; não adianta usar esta tribuna só para falar mal dos outros! Temos que utilizá-la para criticar o que está errado, mas também apresentar propostas que possam ser aplicadas, e propostas concretas.

Eu tenho certeza, deputado Serafim Venzon, de que a questão da ligação da fibra óptica com as câmeras de vigilância nas ruas da cidade é algo que pode ser executado, sim, e trará muitos e muitos ganhos para o estado e, principalmente, para o cidadão.

Eu entendo, e irei falar muito sobre isso, que a vigilância eletrônica, dentro das escolas, é fundamental para garantir, acima de tudo, a integridade, a vida e a segurança das crianças que as freqüentam.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito em Breves Comunicações é o eminente deputado Valdir Cobalchini, de Caçador, para o qual concedo o tempo de até dez minutos para a sua fala.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar e srs. deputados, é uma alegria ter aqui o deputado Aparecido Voltolini, da cidade de Benedito Novo. Na época em que assessorava o governador Paulo Afonso, várias vezes estive com v.exa. lá, quando era prefeito daquela cidade.

O que me faz vir à tribuna no dia de hoje, deputado Julio Garcia, como homem público, num dos dias mais radiantes, é para partilhar com os demais deputados desta Casa uma notícia que, para nós do planalto norte e do meio-oeste, é uma das mais alvissareiras dos últimos anos.

Já fiz chegar aos demais gabinetes dos deputados o convite para a inauguração da pavimentação do trecho da BR-116 ao município de Timbó Grande, que vai ocorrer no dia 16 de agosto. Foram praticamente R$ 42 milhões investidos nessa rodovia que tem um significado emblemático para Santa Catarina, tendo em vista que era, deputados Ismael dos Santos e Carlão, o município mais distante que estava separado de uma ligação asfáltica.

São 42 quilômetros, a obra foi iniciada em 2005, tivemos problemas com a primeira empresa que foi a vencedora da licitação. Com a sua desistência, assumiu a empresa Torc. E a obra estará concluída daqui a um ano e meio.

O que parecia um sonho, deputado Sargento Amauri Soares, distante de ser alcançado, hoje é uma realidade.

Eu, como representante daquela região, quero aqui cumprimentar o governador Luiz Henrique pela decisão política de incluir essa obra no programa BID IV e por chegarmos ao final dessa obra que vai representar muito para toda a nossa região, até porque lá, deputado Antônio Aguiar - e v.exa. conhece muito bem aquela região, até porque representa o planalto norte -, estão instaladas empresas de grande porte. E lá também está a matéria-prima de outras tantas empresas sediadas em Canoinhas e Lages e que buscam em Timbó Grande a matéria-prima para as suas indústrias.

Portanto, quero dizer da minha alegria, deputado Pedro Uczai, quando vivenciamos isso em Santa Catarina. Assim como já reconheci aqui os avanços em relação ao governo federal, pelas obras de infra-estrutura que vêm sendo feitas por todo o nosso estado, também quero, no dia de hoje, comemorar a pavimentação do acesso ao município de Timbó Grande.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não, deputado Serafim Venzon, ouço com alegria o aparte de v.exa.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Quero cumprimentar v.exa. por abordar este assunto.

Mas quero, principalmente, saudar v.exa., pois certamente a pavimentação da ligação entre Caçador e Timbó Grande foi uma inspiração sua quando prefeito de Caçador, como membro também do Executivo, um projeto seu, uma intenção de muita gente e a realização do governo do estado. Aliás, o governador tem inaugurado inúmeras obras dessas por todo o estado de Santa Catarina. E essa integração que está promovendo dentro das regiões com certeza é um dos fatores propulsores para o desenvolvimento em todas as regiões.

Parabéns a v.exa. e parabéns ao governo do estado por estar favorecendo o desenvolvimento daquela região também.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Agradeço o aparte de v.exa.

Quero dizer que Timbó Grande até este momento ocupa a incômoda posição de último município em Índice de Desenvolvimento Humano em Santa Catarina: 293. Mas a partir da conclusão dessa obra, certamente as perspectivas desse município se abrirão para o desenvolvimento, pois não tenho dúvida de que é detentor de um grande potencial econômico e brevemente deixará essa incômoda posição.

Quero também, no dia de hoje, deputado Silvio Dreveck e deputado Antônio Aguiar, que fazem parte da nossa região, abordar um assunto extremamente importante e delicado que é a crise sem precedentes que passa a nossa indústria madeireira. Tivemos, deputado Silvio Dreveck, no ano passado, começando pela região de v.exa., São Bento do Sul e Rio Negrinho, inúmeras demissões. Uma das empresas, com 1.200 funcionários, já demitiu mais de mil, restaram apenas 50, que é a empresa Madecal, tradicional empresa de Caçador e da nossa região. Outra empresa, a Frame, com mais de mil funcionários, uma empresa que investiu altamente em tecnologia de ponta, uma das melhores do mundo em fabricação de portas, esta semana, infelizmente, demitiu centenas de colaboradores, de servidores.

Isso nos causa muita preocupação. É necessário que a bancada daquela região se una suprapartidariamente e encaminhe, trate esse assunto com carinho, deputado Pedro Baldissera, v.exa. que também esteve lá há poucos dias, pois o momento merece.

Encaminhei um requerimento ao secretário da Fazenda e ao ministério da Fazenda, solicitando a liberação dos créditos de ICMS derivados da exportação, mas é uma solução paliativa. É necessário que façamos mais para salvar um segmento tão importante que emprega, apenas em Caçador, sete mil pessoas diretamente, pois além dessas pessoas, são milhares de famílias que dependem desse setor.

Portanto, deputado Antônio Aguiar, trago essa preocupação, pois acho necessário que nos unamos em torno do assunto, até porque a situação tende a se agravar ainda mais. Trago esse tema preocupante para esta Casa e tenho certeza de que os deputados daquela região...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - V.Exa. tem mais 30 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Apenas para concluir, deputado Antônio Aguiar, o deputado Renato Hinnig, que é representante da Fazenda, esteve em Caçador na semana passada e pôde também ouvir de todo o segmento empresarial a preocupação que vive o setor madeireiro em função da baixa do dólar, da crise imobiliária nos Estados Unidos e do aumento do custo da produção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Taxista Voltolini, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, venho à tribuna desta Casa, antes de tudo, para agradecer ao nosso presidente Julio Garcia pela acolhida

fraterna que me deu. Gostaria também de agradecer aos meus colegas deputados e deputadas pela atenção e carinho que me dispensaram. Agradeço aos colaboradores, aos funcionários desta Casa, que me receberam e deram-me orientação sobre as normas do Regimento Interno desta Assembléia. Agradeço a atenção dada pela imprensa em geral e à direção do meu partido, o PPS, pelo apoio dado.

Mesmo com pouco tempo para exercer o mandato de deputado, vou aproveitar este momento especial para trabalhar dia e noite pela minha região, que é o médio vale do Itajaí, e por todo o estado.

Hoje estou dando entrada a duas indicações e a um requerimento para os quais peço apoio dos meus colegas.

Muito obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, como deputado de Blumenau, do médio vale, gostaria de parabenizar o nobre deputado Taxista Voltolini por estar nesta Casa, e dizer a v.exa. da minha alegria pela sua presença, até para que o cidadão que nos está acompanhando neste momento também saiba que ele é freqüentador assíduo de todos as sessões, ou seja, chega no horário certo e só sai do plenário quando a sessão termina. Por isso quero parabenizá-lo, porque dentro da sua humildade é uma pessoa que veio para cá e que está cumprindo com o seu dever. Realmente, ele mostra que merece estar aqui e, acima de tudo, merece o respeito dos parlamentares e de todo médio vale do Itajaí.

Parabéns, deputado Taxista Voltolini!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, dentro do horário do PP, o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Taxista Voltolini.

O SR DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Sr. presidente, quero agradecer ao deputado Jean Kuhlmann pelo elogio e pelas palavras de carinho que me dirigiu.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Deputado Silvio Dreveck, v.exa. tem dez minutos para sua fala.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, em primeiro lugar, quero cumprimentar o sr. deputado Serafim Venzon que foi muito feliz na sua colocação em relação à decisão do STF, e dizer ao mesmo tempo que discordo completamente do deputado José Natal, porque ontem não foram julgados o sr. Paulo Maluf e o sr. Eduardo Azeredo, mas foi uma decisão sábia do STF, porque se assim não fosse, quantos e quantos candidatos a candidatos - e houve candidatos - , não poderiam mais concorrer, mesmo que o seu processo ainda não houvesse transitado em julgado. Simplesmente, deputado José Natal, eu poderia, se fosse um homem de má-fé, o que não sou, entrar com uma ação contra v.exa. e no próximo mandato v.exa. não poderia ser candidato, conforme o seu pensamento.

Então, o STF, com inteligência, com sabedoria, decidiu pelo que diz a nossa Constituição, ou seja, se há demora no julgamento é outra questão, é a morosidade do sistema, e o cidadão não tem culpa, qualquer cidadão, não só os candidatos. Mas, neste momento, trata-se de uma decisão sábia e inteligente com amparo constitucional, o que é bom para a democracia.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Silvio Dreveck, quero parabenizar v.exa. pela transparência da sua posição.

Eu subi nessa tribuna e pedi o *impeachment* do ministro Gilmar Mendes, presidente do STF, mas neste momento quero também elogiar a posição dos ministros com relação aos políticos. Não é possível trabalhar a dicotomia entre o bem e o mal. Todos os políticos que têm processos judiciais em andamento são do mal, são do inferno, têm que ser cassados e julgados antes mesmo de serem julgados pela própria Justiça?

Então, quero parabenizar a posição dos ministros, no sentido de que só tem ficha suja quem for julgado e condenado. Inclusive, eu disse na imprensa que é uma insanidade querer punir quem ainda não foi julgado. V.Exa. já foi prefeito e sabe como funciona. Mas eu quero dar um depoimento pessoal muito rapidamente, porque não quero estender o meu aparte.

Fui prefeito em Chapecó e o prefeito atual me denunciou dizendo que eu havia feito uma operação fraudulenta em relação ao ISS de arrendamento mercantil; a imprensa estadual disse que foram R$ 79 milhões de operação fraudulenta. Recebi agora a sentença, em segunda instância, com voto de 23 desembargadores. Foi correta, foi legal, foi moral, foi ética. Por quê? Porque um sucessor nosso queria desqualificar-nos, e agora próprio prefeito recuou e deixou todos os processos que fiz quando prefeito em andamento para cobrar o ISS de arrendamento mercantil.

Estou dando um exemplo pessoal. E se ficha suja fosse empecilho, quem sabe eu não pudesse ser candidato se houvesse colocado o meu nome para prefeito de Chapecó. Então, parabéns a v.exa! A democracia é fundamental! Quem tem que legislar sobre a questão se pode ou não ao ser candidato é o Parlamento e não o Judiciário.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. deputado Pedro Uczai.

Para concluir esse assunto, quero falar - e v.exa. colocou com muita sabedoria - sobre casos práticos que acontecem nos dias de hoje. Para se ter uma idéia, 30% das decisões que chegam ao Supremo Tribunal Federal são reformadas e as pessoas julgadas inocentes, apenas nos últimos dois anos. Isso quer dizer que, no mínimo, 30% já estariam fora de qualquer possibilidade de concorrer às eleições municipais deste ano. Reafirmo, portanto, que o STF de fato soube agir com fundamento e tomou uma decisão sábia.

Por outro lado, evidentemente entendemos que deve haver agilidade nos processos e também entendemos que há aqueles que praticam a imoralidade, a improbidade, mas esses devem ser julgados, condenados e pagar o que devem. Os inocentes, contudo, não têm que pagar antes de ser julgados.

Por outro lado, sr. presidente, deputado Antônio de Aguiar, o deputado Valdir Cobalchini fez aqui uma referência à crise no setor da madeira, no setor moveleiro, que se estende do planalto norte até o meio-oeste e o planalto serrano. Esse fato é verdadeiro, essa crise vem-se arrastando há mais de três anos e até o momento não há uma perspectiva de alternativas viáveis para o problema que hoje está sendo, de certa forma, prejudicial à economia e ao emprego.

V.Exa. citava o exemplo de empresas lá do seu município e da sua região. Lá em São Bento o Sul, Rio Negrinho e em Campo Alegre também não é diferente. E nós já fizemos vários apelos, como v.exa., para agilizarem a liberação dos créditos, tanto no que diz respeito ao ICMS do estado, quanto da União, que também tem um incentivo à exportação. Mas vemos que isso é insuficiente para fazer frente à valorização do real, às altas taxas de juros e, além disso, à nossa elevada carga tributária. Hoje, quem tem condições de exportar com ganhos melhores é quem exporta *commodities*. Mas quem está exportando manufaturados, ou seja, produtos acabados, têm grande dificuldade de competir no mundo internacional dos negócios.

Por isso, sr. deputado, quero fazer aqui a minha manifestação e dizer que devemos, v.exa. e outros colegas deputados, com a participação dos governos federal e estadual, buscar alternativas para toda essa região, que representa muito economicamente e também na geração de empregos, não só para Santa Catarina, mas também para o Brasil.

Sr. presidente, quero falar sobre outro assunto muito importante a respeito do projeto que está tramitando nesta Casa, que trata da regulamentação, da fiscalização e da orientação ambiental. Hoje os recursos arrecadados no que diz respeito à fiscalização e orientação ambiental são recolhidos para a União, ou seja, para o governo federal. E esse projeto, que foi encaminhado a esta Casa pelo governador, vem regulamentar essa questão. É um projeto bom, porque dos recursos que estão na União, 60% vão retornar ao estado de Santa Catarina. Isto é, de cada R$ 100,00, R$ 60,00 retornam aos cofres públicos catarinenses. E o governo do estado encaminhou um projeto de lei para destinar 20%, desses 60%, aos municípios.

Srs. deputados, ontem, na comissão de Finanças e Tributação, sem exceção de partidos ou de deputados, até a pedido da própria Federação Catarinense dos Municípios, a Fecam, decidimos que este percentual de 20% deva ser compartilhado 50% entre o estado e os municípios, desde que os municípios cumpram a lei ambiental. Com isso, ir-se-á colaborar um pouco com os nossos municípios, que têm a responsabilidade da municipalização, da educação, da saúde, da questão ambiental, da agricultura e assim por diante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quero dar boas-vindas também ao deputado Aparecido Voltolini, de Benedito Novo. Seja bem-vindo a esta Casa e sucesso na sua caminhada.

Srs. deputados, há cerca de uma década tive a oportunidade de ser secretário municipal da Criança e do Adolescente em nosso município e naquela época já nos preocupávamos com a qualificação da mão-de-obra e do adolescente. Tínhamos um programa muito interessante, em que 250 adolescentes faziam estágios remunerados em diversas empresas da cidade. Daí veio uma lei federal proibindo o treinamento, a ocupação desses adolescentes. Embora eles cedessem apenas quatro horas por dia do seu tempo, porque tinham que estar vinculados à escola, tivemos que cessar com esse programa de formação profissional aos nossos adolescentes. Somente para adolescentes acima dos 16 anos, deputado presidente.

Eu estou citando esse exemplo porque é apenas um exemplo de minuta, é verdade, no grande mar da economia brasileira, mas são exemplos como esses que nos levaram e nos desembocaram num gargalo que estamos enfrentando hoje no Brasil e em Santa Catarina, que é o tal do apagão da mão-de-obra. O que é o apagão da mão-de-obra? É a escassez de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

Eu escutava uma entrevista do presidente da Petrobras, José Gabrielli, que dizia que o principal problema hoje da maior estatal do país não é, sem dúvida alguma, a matéria-prima, não é a falta de investimentos, o maior problema da Petrobras hoje é a ausência de jovens talentos. No próximo ano, por exemplo, 73 mil vagas serão abertas pela Petrobras e suas parceiras, fornecedoras, e não há perspectiva para serem ocupadas essas vagas. Um exemplo nosso aqui catarinense é a WEG, grande empresa de Jaraguá do Sul, que no ano passado abriu 3.500 vagas, sendo preenchidas 3.000 vagas, restando 500, que não foram preenchidas exatamente por falta de mão-de-obra qualificada. Essas constatações, esses exemplos nos levam a convicção de que é pior do que um apagão elétrico ou um apagão portuário. Estamos à beira de um apagão da mão-de-obra.

Em 2007, por exemplo, segundo o IBGE, 90 mil vagas não foram ocupadas no país por falta de profissionais qualificados. Isso devido à escolaridade baixa, à pouca experiência, sem falar no gargalo da rotatividade. No ano passado, por exemplo, foram 10 milhões de demissões no mercado formal de trabalho e nesse jogo de admite, demite, levamos um prejuízo de R$ 13 bilhões, recursos esses que poderiam ser investidos na qualificação da mão-de-obra. Sem falar no desperdício da questão fiscal ou mesmo de termos que investir R$ 12 bilhões, por exemplo, no seguro-desemprego, questões que poderiam ser evitadas, até mesmo se a estrutura estatal, os planejamentos estatais funcionassem, porque percebemos que o governo tem-se mostrado muito mais preocupado com a transferência de recursos para os desempregados e menos com a sua formação. É a velha história que se acaba dando o peixe e se esquece de ensinar a pescar. Claro que o grande gargalo disso é a educação.

Nós tivemos, na última década, 35 milhões de crianças e adolescentes que passaram pelo ensino elementar, mas nove milhões apenas chegaram ao ensino médio. Onde ficou o restante, ou seja, esses 25 milhões? São os tais analfabetos funcionais, a maioria dependente de programas sociais, como o Bolsa Família, que atende hoje mais de 10 milhões de pessoas.

Na faixa etária entre 15 e 17 anos, 17,5% não estão estudando e aí temos o problema do desemprego: oito milhões de desempregados. Temos a questão do gargalo, com 2,5 milhões de novos ingressos por ano na força de trabalho, levando-nos a quatro trabalhadores disponíveis para cada vaga no mercado nacional de trabalho.

Embora a economia nacional esteja crescendo 5% ao ano, gerando 2,5 milhões de novos empregos, 82% das pessoas que ingressam no mercado de trabalho não atendem as exigências das empresas. É claro que a solução está em qualificar e qualificar um profissional leva tempo e exige investimento.

O ministério da Educação lançou um plano de expansão de escolas federais. Hoje, 160 mil vagas são oferecidas em 140 centros federais de educação tecnológica, mas é muito pouco. Nós precisaríamos pelo menos de 500 mil vagas. Outra solução é aproximar as empresas do centro de informação.

Eu tive a oportunidade de estar na Universidade Federal, deputado Pedro Uczai, durante oito anos, quatro anos no mestrado e quatro anos no doutorado, e uma das questões negativas que eu acompanhava era exatamente essa distância entre o mercado de trabalho e os centros de informação. Ainda estamos no modelo em que a qualificação é feita pela oferta de cursos e não pela demanda das empresas.

Por isso não há tempo a perder. Tanto o setor público quanto o setor privado, deputado Kennedy Nunes, e a sociedade como um todo necessitam priorizar o ensino, para que os estudantes ao saírem da escola tenham uma profissão e um emprego definido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, apenas quero registrar a presença do vereador Lourival Ferreira De Castinho, do município de São Bento do Sul. Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Vereador Lourival Ferreira De Castinho, seja bem-vindo a esta Casa.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Quero registrar a presença, nesta Casa, do ex-prefeito de Timbó Grande, o amigo Arnoldo Ferreira De Castinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência agradece pela sua presença.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, eu acompanhei o pronunciamento do deputado Valdir Cobalchini e agora eu vejo o ex-prefeito Arnoldo, de Timbó Grande, visitando este Parlamento, bem como o secretário Regional de Caçador. Todos estão felizes porque aquela história de Timbó Grande, desde a época de Paulo Afonso, de que havia uns dez sapos enterrados, porque uma empresa pegava, outra tocava, a obra acabava não indo para frente, e Timbó Grande ficava no barro e na poeira...

Entendo que tinha mesmo alguns sapos enterrados, porque com todo o esforço do governador Luiz Henrique da Silveira também houve alguns tropeços e foi mal-entendido aqui por alguns deputados neste plenário que diziam que a obra estava parada, mas não foi isso que ocorreu. A obra não andava porque havia empresa que não queria tocar e ninguém pode ir lá surrar o dono da empresa ou forçá-lo a fazer a obra.

Mas houve um esforço de todos, deputado José Natal, da secretaria Regional, do Deinfra, da secretaria de Infra-Estrutura e, especialmente, do governador Luiz Henrique da Silveira, para que aqueles 42 quilômetros sonhados há muito tempo fossem completamente concluídos agora, no dia 16.

Uma rodovia de qualidade, não é um alimentador, é uma rodovia de ligação, e a população de Timbó Grande já está feliz e vai ser um dia de festa.

Estão de parabéns os visitantes de Timbó Grande, o secretário Regional, o deputado Valdir Cobalchini, que também foi secretário Regional, como também o governo do estado de Santa Catarina, por mais essa conquista para a região que está entre o planalto norte e o planalto sul de Santa Catarina.

Também quero aproveitar a ocasião para registrar a presença, nesta Casa, de vereadores e de companheiros do município de Correia Pinto, que hoje visitam este Parlamento.

Mas assomei à tribuna, deputado Sargento Amauri Soares, para registrar o encontro dos parlamentares da direção da UPM - União de Parlamentares do Mercosul -, na segunda-feira desta semana, na Assembléia Legislativa. Mas que parlamentares são esses? O que é a UPM? A UPM engloba os parlamentares estaduais, no nosso caso aqui e no caso da Argentina provinciais, e regionais no caso de outros países. São os deputados estaduais que fazem parte da UPM. E a UPM é congregada, hoje, por seis países: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Venezuela.

Esta semana estivemos reunidos com a direção do bloco brasileiro da UPM, do qual sou presidente e sou vice-presidente da UPM internacional, que agrega todos esses países, para falar sobre o grande encontro internacional dos deputados regionais que será realizado no final deste ano, nos dias 27, 28 e 29 de novembro, nesta Casa, ocasião em que iremos discutir questões que estão afetando, afligindo e talvez afugentando alguns visitantes e essa interligação e cooperação dos países membros da UPM.

Estaremos em Mendonça, agora, nos dias 28 e 29, discutindo a questão aduaneira que significa muito para o Brasil e para Santa Catarina. E para quem não conhece, deputado Ismael dos Santos, na Cordilheira dos Andes, em Mendonça, passam por mês em direção ao Chile, ao pacífico 10.500 caminhões brasileiros. A tendência é aumentar 15, 20 mil caminhões/mês.

E hoje nós estamos enfrentando dificuldades pela não-unificação da legislação de trânsito dos países membros, que virou uma questão de propina no país vizinho, e nem os caminhoneiros hoje, os nossos profissionais do volante, que transportam cargas, não querem mais viajar e chegar ao Chile, via Argentina, por não terem essa integração da legislação do trânsito.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Elizeu Mattos, quero cumprimentá-lo pelo grande trabalho que v.exa. vem realizando como presidente do bloco brasileiro da UPM.

Eu já acompanho de perto esse trabalho, como v.exa. sabe, desde a época do deputado Milton Sander, depois do deputado Celestino Secco e tantos outros que passaram pela representação do bloco e sempre são os mesmos debates. Confesso que até fiquei um pouco frustrado ao longo desses dez anos, porque não via a conseqüência das ações. E não há como negar que estamos vivendo um momento muito positivo para o encaminhamento desses debates de década. E o governo federal tem demonstrado constantemente a sua preocupação com ações concretas visando à interligação dos dois oceanos.

V.Exa. preside o bloco, acredito, no seu melhor momento. Nós vamos fazer um esforço para também participar dessa reunião em Mendonça, no final do mês, mesmo que o período seja difícil, em função do momento eleitoral, mas quero cumprimentá-lo especialmente pelo evento que a nossa capital vai sediar no final do ano, porque é chegado o momento deste Parlamento debater com profundidade essas questões.

Esse tema interessa muito a Santa Catarina, interessa ao Brasil como um todo, mas especialmente ao nosso estado. E v.exa. está levando muito a sério esse trabalho. Conte conosco e parabéns pela sua dedicação a esta causa.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço, deputado Joares Ponticelli. V.Exa. tem participado e vai participar conosco dessas questões, pois já foi um dos iniciantes nesse processo da UPM.

Quanto a essa questão que vamos discutir aqui, deputado, nós conseguimos, em comum acordo com os países membros, trazer assuntos que já foram acordados, mas certos pontos são incomuns, como a questão da legislação de trânsito. E os nossos irmãos argentinos também nos culpam, deputado Pedro Baldissera, pelas mortes acontecidas no verão aqui, em solo brasileiro, por não haver regras claras, e acabam perdendo a vida.

E nós vamos discutir a questão da parceria no seguro e nos planos de saúde. Não existe essa integração. Estivemos dias atrás na Argentina com a Fetrancesc e um dos nossos colaboradores, o Flávio, ficou doente. Ele tem plano de saúde, mas esse não valia na Argentina, então tivemos que recorrer ao dinheiro porque não tínhamos um plano de saúde que cobrisse esse gasto.

Então, em conjunto com todos os parlamentares, vamos fazer um grande encontro neste final de ano aqui, deputado Serafim Venzon, para que possamos daqui ter a Carta de Santa Catarina, colocando em nível de governo, tanto da Argentina, Paraguai, Venezuela, Uruguai e Chile, os pontos destacados nesse encontro, onde iremos mostrar os gargalos e qual a solução para termos a verdadeira integração dessas questões que estão prejudicando não só o comércio, como o turismo.

Faço este registro do encontro da UPM e da nossa viagem a Mendonça, porque não vamos a passeio, vamos discutir uma pauta bastante grande. Não viajaremos a passeio. Este deputado, os deputados Renato Hinnig, Edison Andrino, Joares Ponticelli, de Santa Catarina, e vários outros parlamentares de outros estados, que fazem parte da UPM, estarão neste final do mês em Mendonça fechando de vez a programação de final de ano desse grande encontro internacional, com o total apoio desta Casa e do presidente Julio Garcia, pois vai ser com certeza o maior encontro do Mercosul realizado em solo brasileiro, que vai debater temas específicos e apresentar soluções.

Mas passo o resto do tempo destinado ao nosso partido ao deputado Valdir Cobalchini, como já foi anteriormente acertado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a inauguração da rodovia de Timbó Grande, realmente v.exa. merece mais tempo.

Com a palavra o deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Sr. presidente, quero fazer o registro, primeiramente, com muita alegria, da presença, nesta Casa, do nosso secretário Regional de Caçador, o amigo e arquiteto Newton Marçal Santos, e dizer que daqui a pouco estaremos com o secretário de Infra-Estrutura Romualdo França.

Quero aqui também comemorar, inspirado pela presença do nosso secretário Regional, os avanços em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação na nossa região. A secretaria Regional de Caçador adotou como norte do seu trabalho investimentos maciços na educação. Uma das nossas primeiras ações foi fazer um levantamento em relação ao Ideb, ao IDH dos nossos municípios.

Construímos 103 salas de aula em cinco anos. Em toda história, deputado Pedro Uczai, v.exa. que é educador - eu tenho acompanhado muito o seu trabalho na comissão de Educação e aqui no plenário - quero lhe dizer que em toda história do estado catarinense tínhamos na nossa região, nos sete municípios, 121 salas de aula construídas, e em cinco anos quase que duplicamos esse número. Sem falar naquelas escolas que mais pareciam ruínas, tal o estado de abandono.

Nós fizemos esses investimentos projetando um futuro para as nossas crianças, e para a nossa alegria no último censo já sentimos uma diferença muito grande, deputado Antônio Aguiar. Estamos atendendo quase a totalidade das crianças e avançamos consideravelmente no ensino médio, que era um problema seriíssimo. Nós tínhamos um número que nos alarmava: 54% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam fora da sala de aula. Nós fomos buscá-los em casa, fizemos um grande mutirão em toda nossa região para trazê-los de volta para a sala de aula. Alguns foram para a escola de jovens e adultos, e muitos para o ensino regular. E hoje felizmente avançamos, mudamos a cara da nossa região.

Além dos investimentos - aqui já em inúmeras oportunidades tive a condição de me reportar aos investimentos em infra-estrutura - tínhamos, dos sete municípios da nossa região, cinco sem acesso pavimentado, e a primeira providência foi levar o acesso, levar o asfalto à sede de cada um dos municípios, e concomitantemente levar a educação. Vislumbramos, sem dúvida alguma, um futuro muito melhor para as atuais e futuras gerações daqueles municípios.

Deputado Elizeu Mattos, v.exa. que é da região serrana, que é muito parecida com a nossa, a do meio-oeste, também estamos trabalhando, porque lembro-me do meu primeiro pronunciamento quando assumi, em que o senhor me aparteou, deputado Serafim Venzon, com relação à mudança de critérios para distribuição dos recursos do ICMS, para que possamos contemplar os municípios mais pobres, para que possamos aquinhoá-los, de forma que eles possam desenvolver-se mais rapidamente.

Mas quero também falar aqui, deputado Antônio Aguiar, sobre o trabalho que estamos desenvolvendo para levar o ensino superior gratuito a nossa região. Já foi anunciada aqui a decisão do governo federal de instalar universidades em Chapecó, em Joinville, em Curitibanos e os Cefets, que estão sendo espalhados por toda Santa Catarina.

Eu quero, ao concluir, solicitar aos deputados o apoio a uma causa importante para a nossa região, que é a instalação da Udesc em Caçador, que vai servir como mola propulsora do desenvolvimento educacional, econômico e cultural, não de apenas Caçador, mas de todo o meio oeste catarinense...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, nós vivenciamos nestes últimos dias vários acontecimentos importantes em nível de país e de estado e estamos acompanhando atentamente o que se passa na grande imprensa em nível nacional. Deparamo-nos agora com a decisão do STF com relação à chamada lista suja, que remete, dentro da classe política, a reflexões e mais reflexões, porque entendo eu que nem tudo aquilo que aparece é toda a verdade. Nós acompanhamos inúmeras situações e inúmeros casos em que atrás das aparências existe muita coisa escondida. Portanto, a compreensão, o entendimento, vai muito além daquilo que é colocado ao nosso alcance.

Passei pelo do poder público e tenho que dizer: você é ou não é, porque os papéis que são apresentados não dizem toda a verdade. Ou você é honesto e trata a coisa pública com honestidade e seriedade ou você não é. Não dá para, às vezes, ficar nas aparências. Existem muitas armações dentro do processo político também, muitas, para tentar desqualificar esse ou aquele e colocá-lo numa pior situação, e por aí afora.

Então, temos que ter clareza, temos que ter consciência e fazer da política um instrumento para dignificar e qualificar a vida do nosso povo, porque esta é a grande e principal razão da existência do poder público, que é ser o suporte para aqueles que não tiveram oportunidade, que não tiveram opção na vida, na sua caminhada. O poder público tem que ser esse instrumento.

E nesse sentido, deputado Pedro Uczai, quero reconhecer que ao longo desses praticamente seis anos do governo do presidente Lula temos apontado, através de inúmeras ações, a melhoria da vida do nosso povo. A vida do cidadão, da cidadã, do ser humano tem sido mais valorizada, mais dignificada. E fica aqui o nosso grande reconhecimento às diferentes políticas públicas que o presidente vem implementando, mas mesmo assim é muito criticado.

Portanto, vejo nessa direção a essência e a razão da existência do poder público. Para que ele veio? Para que ele existe? Para que serve? E o nosso presidente faz isso com muita propriedade, com uma grandeza e com um sentimento humano enorme e consegue contagiar e transformar a realidade através das diferentes políticas implementadas.

O Sr. Deputado Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Pedro Baldissera, esse viés que v.exa. traz também nós estamos discutindo e questionando, ou seja, não deve ter ficha suja quem ainda não foi julgado. Por outro lado, nós temos que dizer que não pode haver corrupção, que não pode haver desvio de dinheiro público, porque quem não rouba faz muito mais para o povo, principalmente para os mais pobres. Acho que essa é a essência do poder público, e v.exa. a traz aqui.

Por isso, quem é corrupto, o Judiciário tem que acelerar os processos para colocá-lo na cadeia. Como agora, quando se põe a elite na cadeia, muitos setores começam a dizer que não pode pôr algemas, não pode algemar o corrupto, o bandido, porque ele é rico, ele é banqueiro. Não! O Judiciário tem que os colocar na cadeia urgentemente, rapidamente, para sobrar dinheiro para fazer política para o povo.

Parabéns por esse viés, porque nós não podemos ser coniventes aqui. Quero dizer que para ter a ficha suja tem que ser julgado, mas, por outro lado, quem tem ficha suja, foi julgado e é corrupto, tem que ir para a cadeia.

Parabéns por sua posição.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Pedro Uczai, líder da nossa bancada. Eu acho que é essa a direção, o que nos faz repensar, e muito, a nossa postura como agentes políticos.

Eu dizia, no dia de ontem, que nós poderíamos avançar, e muito, em diferentes políticas que poderiam ser implementadas por todos os nossos governos. Melhorará significativamente a vida do nosso povo se nós tivermos a ousadia e a coragem de aqui fazer um enfrentamento profundo do sistema que vivemos no país, um sistema que exclui, que concentra, no qual uma pequena minoria se apropria da riqueza e dos meios de produção em detrimento da grande maioria.

O setor público pode avançar muito, mas é preciso que se tenha mais ousadia no enfrentamento do capitalismo que aí está.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. deputadas, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, eu consegui, nesta manhã, provocar nesta Casa diversas manifestações como conseqüência do meu posicionamento contrário à decisão do STF, de viabilizar candidaturas de políticos que tenham ficha suja neste país. Não retiro nada do que disse e ainda digo o seguinte: se tivéssemos no Brasil transparência total por parte dos políticos, talvez o Ministério Público tivesse mais condições de analisar rapidamente todos os possíveis processos antes das campanhas eleitorais. Mas como o número de corruptos à frente do Executivo e também do Legislativo é demasiadamente grande, acho que o Ministério Público e a Justiça não têm condições de analisar as demandas na sua totalidade.

Isso é um retrocesso, sim, porque sabemos, muitos aqui desta Casa sabem e a sociedade também sabe - a imprensa publica quase que diariamente as ações do Ministério Público -, o que venho dizendo há bastante tempo: que este país perdeu o norte realmente em todos os níveis.

Essa juventude corajosa apostou que, ao ingressar na carreira, iria realmente fazer a diferença em todos os níveis. Escancarou os problemas para a sociedade brasileira e devemos realmente apoiar.

Sabemos que a nossa Constituição é ampla no direito de defesa, mas nós sabemos efetivamente que há um grande número de políticos no Brasil que têm a ficha eminentemente suja e que vai galgar novamente um cargo, seja no Legislativo ou no Executivo.

Por isso é que nós e parte da sociedade já vimos comentando que a campanha eleitoral está morna demais. Ninguém quer saber de campanha, ninguém quer saber de política! Essa também é mais uma das razões de a sociedade brasileira não estar entusiasmada com a campanha eleitoral. Mas reitero aqui que nos devemos incorporar a ela, porque com certeza absoluta só assim continuaremos mantendo a democracia, que no meu entendimento ainda é plena neste país.

Então, não retiro o que disse. Discordo plenamente da decisão do STF na noite de ontem porque ela veio em desfavor dos que exercem com dignidade a vida pública; veio em desfavor da sociedade brasileira que estava esperançosa, realmente, de banir desta campanha eleitoral os maus políticos, aqueles que se dizem representantes da sociedade e que norteiam as vidas das pessoas. Porque a política norteia as nossas vidas em tudo, em tudo! É triste, realmente!

Mas, srs. deputados e catarinenses, eu penso que há menos de 40 dias subi a esta tribuna e falei que faltavam dois ou três dias para a inscrição dos estudantes brasileiros no ProUni. Estava-se esgotando o prazo e havia um número muito grande ainda de vagas que não haviam sido preenchidas ou faltavam realmente pretendentes.

A *Folha de S.Paulo*, na sua edição do dia 30 de junho, trouxe a seguinte manchete - e gostaria de ler aqui para todos os srs. deputados e para os catarinenses.

(Passa a ler.)

"ProUni tem mais de 46 mil bolsas ociosas - 39% das bolsas para o próximo semestre não foram preenchidas no processo seletivo; nota mínima e renda limitam acesso dessas pessoas.

Número de bolsas ociosas deve crescer mais, pois alunos ainda têm de provar renda familiar *per capita* menor do que três salários.

Uma das principais vitrines da política educacional do governo Lula, o ProUni (Programa Universidade para Todos) amarga uma sobra de 46.623 bolsas oferecidas, o correspondente a 39,2% do total.[...]"[sic]

Aí disserta a reportagem sobre "n" questões do ProUni.

Não quero fazer aqui uma crítica ao governo Lula. Gostaria de pedir a todos os deputados federais que representam este país para, com a ajuda de todos os deputados desta Casa Legislativa, quem sabe, tomarem uma posição e pedirem ao ministro da Educação, Fernando Haddad, que vem provando, no meu entendimento, que é o homem certo no lugar certo - ele demonstra conhecimento, é um homem inteligente e tem tentando revolucionar a educação brasileira -, que se arrume uma solução para a questão da renda *per capita* no acesso ao ProUni.

Muitos e muitos jovens brasileiros, cuja família é grande e cuja renda per capita ultrapassa o estipulado, não conseguem acessar o ProUni para realizar o sonho de cursar o nível superior, já que o mercado de trabalho exige tal curso, uma especialização em alguma área. É lamentável, pois o governo oferece a oportunidade, mas, ao mesmo tempo, a política do governo não permite, por uma questão burocrática, que as pessoas que têm efetivamente necessidade consigam acessar o ProUni.

Então, eu gostaria de, desta tribuna, ser a voz para que o governo federal mude a questão da renda *per capita* do acesso ao ProUni para os alunos carentes de nosso país.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Irei conceder o aparte ao deputado Pedro Uczai que é da área, é conhecedor. E quem sabe ele possa dar-me um suporte e orientar-me para uma solução.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Farei três considerações, além de parabenizá-lo por esse pronunciamento. A primeira é sobre o reconhecimento da capacidade do ministro Fernando Haddad.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sem sombra de dúvida, na minha linha de raciocínio.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Penso que é uma das figuras emblemáticas do nosso governo federal.

Em segundo lugar, o reconhecimento que está fazendo aqui, deputado Silvio Dreveck, um deputado do PSDB de que a renda *per capita* do brasileiro cresceu! E como cresceu, os alunos não conseguem preencher os critérios do ProUni. Olhem a conquista que este Brasil está fazendo! Porque antes havia excesso de pobres, e agora, como eles estão ascendendo à classe C, conseqüentemente não preenchem os requisitos para participar do ProUni. Essa é a segunda consideração.

Mas a terceira, deputado José Natal - e justamente por isso eu concordo com v.exa. -, é sobre a necessidade de mudar os critérios do acesso ao ProUni. É preciso incluir esses setores da classe C - porque a partir de R$ 1.060,00 já entra na classe média - na renda *per capita* superior para que também sejam contemplados no ProUni.

Por isso quero dar razão a v.exa. no elogio à economia, à geração de emprego e à massa salarial. Crescendo a renda no país, eles não preenchem os critérios.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Não é bem assim, deputado, calma!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Claro que é! Por isso que nós queremos aperfeiçoar a lei para mais jovens terem acesso ao ensino superior.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Com certeza absoluta, deputado Pedro Uczai, acho que esse meu pensamento é o de todos aqueles que pretendem acessar o ProUni e não conseguem porque a lei oferece de um lado e tira do outro.

Que realmente a condição de vida do brasileiro melhorou é inquestionável, mas só que para acessar a universidade, o presidente Lula ainda não pensou diferente. Então, ele tem que pensar diferente e dar realmente mais condições para aumentar a renda *per capita* da família, a fim de que as pessoas possam ter acesso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson

Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero apenas para citar um fato que me deixou bastante alegre em relação a Joinville e à minha região. O Enade, que acaba de ser publicado na imprensa nacional, citou que Santa Catarina tem 20 cursos com conceitos um e dois, o que é considerado ruim. E são 30 cursos citados, 20 cursos com conceito um e dois e dez cursos sem avaliação.

Gostaria de parabenizar Joinville porque não há nenhum curso do nosso município citado desabonadoramente; todos os cursos foram praticamente aprovados pela Enade e dão a Joinville a certeza de que o nosso ensino é de qualidade, sr. presidente.

Por isso quero parabenizar todos os professores e mestres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0294/2008, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0295/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0297/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0298/2008 e 0299/2008, de autoria do deputado Taxista Voltolini; e 0300/2008, de autoria do deputado Pedro Uczai, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, cabe ao Executivo convocar a conferência estadual. Se ele não a convocar até o dia 15 de agosto, aí, sim, as entidades que representam a sociedade poderão fazê-lo.

Portanto, é um apelo que faço ao governo do estado, porque Santa Catarina e Sergipe são os únicos dois estados em que os governos estaduais não estão convocando a Conferência Estadual dos Direitos Humanos, e a Conferência Nacional acontece em dezembro deste ano e o prazo é 15 de agosto.

Por isso, quero agradecer a v.exa. pela sensibilidade de colocar na Ordem do Dia, hoje, essa indicação, porque queremos fazer um apelo, em nome das entidades, em nome do Parlamento catarinense, no sentido de que o governo do estado convoque, até o dia 15 de agosto, a Conferência Estadual dos Direitos Humanos, até porque este deputado, com a licença da deputada Ada de Luca, assumiu novamente a presidência da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Requerimento de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Centro Educacional do Oeste da Udesc, parabenizando a direção, professores, servidores técnico-administrativos e os estudantes do curso de Zootecnia daquela universidade por ter atingido o desempenho máximo no Enade de 2007.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero solicitar a v.exa. e a este plenário, já tendo conversado com o deputado Pedro Uczai autor deste requerimento, permissão para subscrever, junto com ele, no sentido de parabenizar pela iniciativa, de parabenizar pelo trabalho e reforçar e registrar a importância da educação pública, inclusive de nível superior.

Nós temos aí as universidades que estão mais à frente em termos de qualidade do ensino, qualidade da produção, que são justamente as universidades públicas, o que reforça aquela tese de que é preciso que o estado invista cada vez mais na educação e, inclusive, na educação de nível superior.

Então, peço permissão para subscrever o requerimento do deputado Pedro Uczai.

Muito obrigado, sr. presidente!

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a aquiescência do sr. deputado, v.exa. subscreve também o requerimento.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu só quero manifestar a minha alegria. Deve ser alegria para os deputados estaduais, e certamente não só para os deputados da Oposição, mas também da base do governo, porque essa universidade é estadual. A Udesc teve nota máxima no Brasil de melhor curso, de melhor avaliação dos alunos. Teve nota cinco, nota máxima de todos os cursos do Brasil: Educação Física, da Universidade Federal de Brasília, e Zootecnia em Chapecó.

E a minha alegria é de ter sido prefeito de Chapecó e feito a luta junto com toda a comunidade regional e local para implantar o curso de Zootecnia naquela cidade. E hoje vem o reconhecimento.

Por isso queremos parabenizar os professores, a equipe técnica, a direção da Udesc e os próprios alunos, que são os protagonistas principais dessa vitória. Essa vitória é deles, é de Santa Catarina, é da universidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Requerimento de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de: Painel, Nova Trento, Ipira, Peritiba, Patrolândia, Luzerna, Joaçaba, Chapecó, Navegantes, Imaruí e Guaramirim, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Joaçaba, Chapecó e Ipira, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica a Francisco Hoeltgebaum, de Blumenau, cumprimentando-o pela inauguração da segunda etapa do Centro Comercial Fortaleza.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Florianópolis, solicitando a revisão e melhoria da iluminação do Parque da Luz.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do jornal *O Atlântico,* de Itapema, cumprimentando-a pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres, solicitando a construção de passarelas para pedestres e ciclistas ao longo da BR-116, no município de Santa Cecília.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres, solicitando a iluminação do trevo de acesso ao município de Timbó Grande, na rodovia BR-116.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres, solicitando a construção de rotatória de acesso ao município de Caçador, na rodovia BR-116.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Brasil Telecom, solicitando disponibilizar linhas telefônicas convencionais na localidade de Teresópolis, no município de Águas Mornas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Brasil Telecom, solicitando a instalação de telefones públicos no Centro de Treinamento Missionário Vida, no bairro Belchior Alto, no município de Gaspar.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da bancada do DEM, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidente da Fundação Catarinense de Cultura, cumprimentando-a pela iniciativa de realizar a 1ª Edição da Oficina de Integrações Plásticas.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada à ministra-chefe da Casa Civil e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, manifestando apoio às reivindicações das lideranças empresariais e dos segmentos organizados da sociedade, visando ao desenvolvimento dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários nos municípios de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado de Lages, Elizeu Mattos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, a partir de amanhã iniciaremos um período de calendário especial e estaremos aqui somente no início de setembro. Mas isso não quer dizer que nós não estaremos trabalhando. E acho que durante esse período pré-eleitoral nós iremos trabalhar muito mais do que antes, porque vamos aproveitar esse momento para fazer visitas de acompanhamento às nossas regiões. Enfim, há todo um processo e nós vamos estar na estrada e também cuidando das nossas coisas na Assembléia Legislativa, do nosso dia-a-dia, dos projetos já iniciados.

Quero deixar bem claro à nossa população, a quem nos assiste pela TVAL, àqueles quem nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, nobre deputado Silvio Dreveck, que a vida parlamentar não é somente no plenário desta Casa. A nossa vida é cuidar da nossa região, fomos eleitos e estamos representando um povo, uma gente, uma região. E é isso que faremos nesse período, além de outros afazeres, como já frisei, que são os nossos projetos.

Mas eu quero aqui, hoje, registrar a volta e a permanência dos nossos deputados por mais 60 dias: Carlos Hoegen, Ismael dos Santos, Carlos Cobalchini e Adherbal Deba Cabral. Continuaremos com a companhia desses grandes parlamentares e representantes das suas regiões, representantes da nossa Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, eu quero, deputado Carlos Hoegen, registrar o espírito de companheirismo do deputado Carlos Chiodini. Dentro de toda uma postura, de um acerto, daquilo que foi assumido, nós, do PMDB - e falo em nome da bancada do PMDB, da qual sou vice-líder, em nome também do nosso líder do governo, deputado Herneus de Nadal -, queremos reconhecer o companheirismo do deputado Carlos Chiodini nesse processo de estarmos todos aqui. Num segundo momento o deputado Carlos Chiodini também vai estar aqui, num compromisso nosso de permanecer mais 60 dias.

Então, nós fazemos, em nome da nossa bancada, esse reconhecimento - e faço questão de fazê-lo desta tribuna - do companheirismo e partidarismo do deputado Carlos Chiodini.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Deputado Elizeu Mattos, quero cumprimentá-lo pela liderança que v.exa. exerce dentro do seu partido e nesta Casa, ao instante em que também cumprimento, em nome do Democratas, os nossos deputados Cesar Souza Júnior e Darci de Matos, que cumprem uma missão eleitoral de defender o partido na disputa eleitoral em Joinville e Florianópolis e que nos permitiram estar nesta Casa. Mas, de maneira especial, deputado Elizeu Mattos, quero cumprimentá-lo pelo esforço que fez para que pudesse ser cumprido o acordo inicial entre o Democratas e o PMDB, a fim de que pudéssemos continuar nesta Casa. E v.exa., como grande líder que é, trabalhou incessantemente para que neste segundo momento nós pudéssemos também estar aqui representando e falando em nome da nossa região.

Parabéns pela sua atuação como líder, como parlamentar e como cidadão de bem que é.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu que agradeço, deputado Carlos Hoegen, pela companhia e pela amizade que fizemos, assim como ao deputado Ismael dos Santos, a quem eu conhecia muito pouco, mas fizemos e reafirmamos a amizade neste Parlamento.

Mas quero enaltecer também o espírito de companheirismo do deputado Edson Dias (Piriquito), que teve a grandeza de ser um grande companheiro neste momento, assim como a deputada Ada De Luca, que também tem sido uma grande companheira neste processo de acertarmos e estarmos juntos, harmonicamente, nesta Casa.

Mas eu quero aqui, deputado José Natal, referir-me ao pronunciamento de v.exa. e ao de outros deputados sobre a - e hoje o deputado Pedro Uczai também se manifestou - decisão do STF. A manchete diz o seguinte: "Deputado com ficha suja vai poder concorrer."

Eu acho que a manchete do jornal não está clara, porque só tem ficha suja quando a pessoa é julgada em todas as instâncias. Até terminar o julgamento ninguém pode ter ficha suja, porque não houve julgamento. E ninguém vai poder, em outro tribunal, prejulgar um cidadão; se a pessoa for prejulgada não existe por que dar continuidade ao julgamento.

Srs. deputados, num processo de julgamento, a pessoa só é considerada criminosa - e nós temos que cobrar maior agilidade da Justiça - após passar por todas as instâncias possíveis, porque não existe uma legislação pela qual a pessoa possa ser prejulgada. Ou mudamos a lei, tiramos as instâncias, ou mantemos a lei vigente, que diz que a pessoa só pode ser condenada após julgamento num tribunal em última instância, caso contrário, enquanto não houver condenação, ninguém é culpado. A pessoa pode ser indiciada, deputado Joares Ponticelli, mas não culpada.

Eu vou dar um exemplo aqui para v.exas. de como isso poderia dar uma verdadeira confusão. Quem foi administrador público, quem passou pelo Executivo mais recentemente, sabe que nós temos algumas questões no Tribunal de Contas, deputado Ismael dos Santos, sobre os entendimentos do TCE com relação a alguns atos administrativos nossos. A nossa assessoria jurídica, dentro da lei, acha e dá um parecer de que aquilo que nós estamos fazendo é legal - e isso aconteceu comigo quando fui secretário regional. Sobre essa mesma interpretação que nós demos como Executivo, os técnicos do Tribunal de Contas discordam, porque a lei não é clara e propicia várias interpretações, deputado José Natal. Isso aconteceu comigo e com várias pessoas, pois segundo a nossa assessoria, o que era legal, quando o assunto chegava aqui no TCE, deputado Carlos Hoegen, não era considerado legal. O que é que acontece num caso desses? Não houve dolo, o erário público não foi prejudicado. E o que faz o TCE? Para acertarmos um processo com essa característica, que foi de interpretação, nunca de má-fé e que não feriu o erário público, o tribunal aplica uma multa para encerrar e o processo morre. É uma penalidade para erros de interpretação da lei e não de má-fé: aplica-se uma multa. O que acontece com a multa, por exemplo, de R$ 400,00? O que o cidadão faz? Ele vai recorrer porque acha que está certo? Não. Não recorre porque são R$ 400,00 e vai acabar gastando R$ 2 mil com advogado. Então, paga porque encerra o processo.

Esse caso de aplicação da multa, no qual o cidadão não foi condenado, pode ficar estampado no *site* da Transparência Brasil como uma irregularidade do político. Não houve irregularidade, mas, sim, uma duplicidade de interpretação. No entanto, a multa liquida o assunto e o processo morre ali. Isso não é um julgamento, mas se fosse interpretado como condenação, daqui a pouco uma penalidade por interpretação poderia cassar o registro da candidatura de um cidadão que não foi julgado e nem condenado. Então, acho que devemos ter um pouco de cautela com relação a isso.

Estive conversando sobre o assunto com o presidente do Tribunal de Contas, José Carlos Pacheco, e com o conselheiro Wilson Wan-Dall, porque quem foi administrador público, ordenador primário de despesa, está no *site* da Transparência Brasil como irregular, como se tivesse cometido algum crime, e isso não aconteceu. Nós pagamos uma penalidade por dupla interpretação jurídica.

Dessa forma, temos que ter cautela, pois até que se mude a lei o cidadão só é culpado depois de condenado em última instância. Por isso, concordo com a decisão do Supremo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, já estamos no segundo semestre de 2008, portanto, caminhamos para o fim da primeira metade do nosso mandato de deputado estadual, do atual mandato. No meu caso, cheguei aqui no começo do ano passado.

Srs. deputados, da mesma forma, o segundo mandato do governador Luiz Henrique caminha para o fim da primeira metade. Alguns compromissos que deveriam ter sido cumpridos no primeiro mandato não o foram e ficaram para o início do segundo mandato. E como nós já estamos indo para a metade do segundo mandato do governador Luiz Henrique, perguntamo-nos até quando vamos ter que esperar por aqueles compromissos assumidos, reiterados lá atrás, ainda em 2003, 2004, 2005 e 2006.

Srs. deputados, um exemplo é a negociação da Lei n. 254. O compromisso era pagar integralmente até dezembro de 2006. Depois ficou para negociar nos primeiros meses de 2007, tão logo voltasse para o governo. E nós já estamos indo para a metade de mais um governo e não houve negociação efetiva da Lei n. 254 no atual mandato do governador. Aliás, no domingo agora, no Dia dos Pais, dia 10 de agosto, estaremos completando dois anos e dez meses sem negociação salarial com os servidores da Segurança. Nós estamos indo para três anos sem negociação salarial com os servidores da Segurança. A última vez que negociamos salário efetivamente com o governo do estado foi no dia 10 de outubro de 2005.

Estamos pagando esse alto preço, por termos apoiado Luiz Henrique no segundo turno, ou talvez porque aquele apoio já se entendeu como adesão automática ao governo? O nosso mandato foi construído pela nossa categoria e por outras pessoas que não têm relação orgânica com o mandato do governador Luiz Henrique. O nosso mandato não foi encontrado em qualquer lugar para estar em negociação. O nosso mandato é a vontade soberana de 40.108 catarinenses.

Essa situação incomoda porque trava a possibilidade de novos avanços, inclusive do bom diálogo, com relação a questões importantes junto ao governo do estado. E quando falo aqui no esvaziamento do serviço público, quero deixar bem claro que nós não queremos colocar a responsabilidade inteira no governo Luiz Henrique da Silveira. E se não colocamos no governo Luiz Henrique da Silveira, por que colocaríamos no governador, pessoalmente?

Na questão de estrutura da Segurança Pública houve, sim, avanços no primeiro mandato do governador Luiz Henrique da Silveira, inclusive na questão da carreira, da promoção, da contratação de efetivo; em termos salariais, a metade do que era para sair saiu, a outra metade estamos até hoje esperando.

Quando eu falo aqui, critico o enfraquecimento do serviço público. Não existe interesse em criticar este ou aquele governo em particular, mas criticar, sim, a lógica, a ideologia do estado de precarização do serviço público, do atendimento básico à maioria da população na área da Saúde, da Educação e Segurança Pública. Embora faça essa ressalva, não dá para fechar os olhos para situações de absoluta impossibilidade e deixar como está. Não há como deixarmos passar sem dizer as coisas e as dificuldades desse momento.

Voltando, por exemplo, à situação do sistema prisional, que nas questões de Segurança Pública tem sido bastante debatido e tem vindo com bastante recorrência a esta tribuna, talvez não seja a questão mais importante da Segurança Pública, até porque começamos a fazer Segurança Pública pela educação, mas o sistema prisional talvez seja a área em que a coisa esteja mais explosiva neste momento.

Eu fiz um levantamento, deputado Reno Caramori, de ontem para hoje, em apenas três estabelecimentos penais do nosso estado: na penitenciária de São Pedro de Alcântara, que eles querem que se chame de penitenciária da Grande Florianópolis; no complexo penal da Trindade, na capital, e no presídio de Balneário Camboriú. Em São Pedro de Alcântara temos, neste momento, 1.131 presos e 17 policiais militares de serviço, o que dá um policial militar para cada 66 presos. No complexo penal da Trindade - e não consegui ver o número exato porque temos cinco instituições lá dentro -, temos, entre presos sentenciados, presas sentenciadas e internos no manicômio, mais de 1.300 pessoas. No entanto, para dar conta da guarda externa do estabelecimento, temos 11 policiais militares naquele favelão que é o complexo penal da Trindade, o que representa um policial militar para cada 118 presos. No presídio de Balneário Camboriú - e se formos ver os presídios de outras cidades como Itajaí, Criciúma, Biguaçu, a coisa é mais ou menos parecida -, temos 333 presos e dois policiais militares de serviço, quer dizer, um policial militar para 166 presos. E aí a sociedade se assusta quando os presos fogem; as autoridades procuram justificar fazendo sindicâncias, inquéritos e a coisa não muda. No dia-a-dia são uns poucos policiais militares e agentes prisionais que seguram nas costas o sistema prisional em Santa Catarina, assim como são poucos policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e agentes prisionais que seguram o sistema da Segurança Pública, mesmo com o risco da própria vida e muitas vezes perdendo a própria vida.

Sr. presidente e srs. deputados, são heróis do cotidiano, anônimos, não os conhecemos. E está lá um policial militar para uma galeria, um paredão, uma penitenciária inteira para olhar e segurar. Só o que segura essa massa humana de presos - e são 12 mil no estado de Santa Catarina - é o olhar vigilante de um policial militar mal armado, mal pago, não reconhecido como deveria pelas autoridades. Não estou dizendo isso para criticar especificamente esse ou aquele governo, porque essa história vem ao longo de décadas, o esvaziamento do serviço público já tem 20 anos. Portanto, tivemos três governos que não contrataram praticamente ninguém para o serviço público de Santa Catarina, que foram os governos de Vilson Kleinübing, Paulo Afonso e Esperidião Amin.

É preciso investir mais, mudar a lógica, entender a sociedade, a maioria da população como um contingente humano que não sobrevive, não se organiza, não trabalha, não produz se não tiver atendimento básico em Educação, Saúde e Segurança. São questões importantes e não podem ser relegadas a gastos com serviço público. Isso é investimento na sociedade. É desta forma que temos que voltar a pensar no serviço público: como investimento para a sociedade poder desenvolver-se, evoluir, inclusive como espécie humana e não continuar caindo na barbárie cada vez mais como está.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, manifestamos nossa alegria - e tivemos o apoio dos deputados e foi deferido pelo presidente - através de requerimento que elaboramos parabenizando a universidade pública estadual de Santa Catarina, a Udesc, particularmente o curso de Zootecnia, de Chapecó. Até uma rede de televisão nacional, ontem, reconheceu que além do curso de Educação Física da Universidade de Brasília, o segundo melhor curso de destaque nacional é o de Zootecnia da Udesc, implantado em Chapecó. O curso de Engenharia de Alimentos, em Pinhalzinho, e o de Enfermagem, em Palmitos, também tiveram uma boa avaliação através do Enade do ministério da Educação. Entretanto, o de Zootecnia é destaque nacional, tendo os melhores alunos, os melhores equipamentos e profissionais.

Quando fui prefeito de Chapecó, uma comissão constituída dentro da Udesc dizia que deveria realizar e implantar cursos no oeste onde não havia ensino superior, ou seja, em municípios que não tivessem a Unoesc, a UnoChapecó ou outra universidade particular. Eu defendia outra tese, tanto é que nenhuma audiência pública realizada no oeste foi em Chapecó. Defendia a tese de que Chapecó deveria ser não só a sede da Udesc, mas deveria ter a implantação de cursos, porque garantiria, acadêmica e administrativamente, qualidade para o próprio curso, na medida em que mestres e doutores teriam facilidade de deslocamento de outras regiões do país ou da capital do estado para Chapecó, por acesso aéreo ou rodoviário.

Em segundo lugar, haveria melhores condições de infra-estrutura, de laboratórios, de bibliotecas, de equipamentos e de opções para o próprio professor não morar num outro município, mas ter uma estrutura em Chapecó para acolhê-lo.

Então, não era contra o município, até porque, deputado Ismael dos Santos, os alunos não serão necessariamente da cidade se for implantando um curso lá em Timbó Grande. Como no caso do curso de Enfermagem, em Palmitos, onde, pelo que eu conheço, salvo algum engano, no último vestibular dois alunos eram da própria cidade e os demais alunos vinham de outras regiões do estado ou de outras regiões do país. Mas, por isonomia, por direito, todos puderam participar do vestibular. E tem que ser assim pelo direito universal de participar do vestibular.

Somos vitoriosos por ter implantado o curso de Zootecnia em Chapecó nessas condições. Como o ex-reitor José Carlos Cechinel compreendeu a nossa tese, compreendeu os nossos argumentos, acabaram alterando a decisão interna da Udesc para que Chapecó pudesse abrigar o curso de Zootecnia, fazendo com que aquele município pudesse ser a sede do *campus* do oeste.

E a tese que eu defendi, na época, como prefeito de que Chapecó, no sentido de que deveria haver uma universidade estatal pública e gratuita para garantir qualidade, vem agora à confirmação. Por isso eu quero parabenizar o diretor Antônio, os profissionais, os professores, os pesquisadores e os estudantes, além dos técnicos do *campus* do oeste, com sede em Chapecó.

É uma alegria enorme porque eu trabalho na universidade há mais de 20 anos; sou professor de uma universidade comunitária, nunca fui professor de uma universidade pública, sou hoje professor licenciado da UnoChapecó, onde atuo principalmente em cursos de pós-graduação, porque estou com poucas condições de atuar em cursos regulares de graduação.

Então, quero comemorar a vitória de uma tese que era a tese da qualidade, a qual defendi naquela região, sendo que muitos prefeitos me criticaram, muitas lideranças de outros municípios me criticaram pelo fato de ter sido feita naquele município, mas eu disse que se fosse implantada lá, os filhos da região, os jovens da região teriam qualidade no ensino. Eu fiz esse enfrentamento e hoje comemoro junto com a comunidade acadêmica e com a Udesc, que é uma universidade estadual.

Estamos aqui nesta tribuna na condição de deputado da Oposição, pois assim a democracia catarinense nos colocou. Mas não podemos deixar de reconhecer a importância de a Udesc expandir-se e por isso aprovamos aqui, com sensibilidade, srs. deputados, o art. 171. Propusemos que 10% dos recursos provenientes dos incentivos fiscais das empresas privadas que recebem hoje incentivos do governo do estado fossem destinados para expandir a Udesc.

Com essa vitória anunciada no dia de ontem, espero que esses recursos que quase chegam a R$ 5 milhões por ano possam destinar-se a expandir a Udesc no interior do estado de Santa Catarina. É o melhor investimento que um governo pode fazer: garantir aos jovens o direito de cursar uma universidade pública, gratuita e de qualidade. É a herança que podemos deixar para os filhos desta terra, para os filhos do povo catarinense.

É isso que comemoramos no dia de hoje. E eu, na condição de educador, professor e agora de deputado estadual, não posso deixar de fazer este registro nesta manhã.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. sabe da admiração que tenho pelo senhor e com certeza absoluta a qualidade de ensino da nossa Udesc é inegável. Na época do vestibular, nós podemos constatar o grande número de alunos que querem estudar na Udesc pelos cursos que tem e pelo que representa para Santa Catarina. Tudo isso é uma soma de esforços de muito tempo, e v.exa. acabou realmente de dar uma contribuição a essa universidade com o art. 171.

Quero dizer a v.exa. que o dr. José Carlos Cechinel é da minha terra, é de São José, tem muito tempo de Udesc e está lutando há muito tempo pela qualidade de ensino em Santa Catarina.

Quero congratular-me com v.exa. e com aquela entidade que bem representa. Por isso digo, e já disse muitas vezes desta tribuna, que Santa Catarina, em muitas situações, é referência no cenário nacional e nós nos orgulhamos disso. Eu, como deputado nesta Casa, junto com v.exa. e tantos outros deputados, cada vez que assomo a essa tribuna é para apresentar um projeto em favor de Santa Catarina e também do Brasil.

Eu critico o governo Lula, mas reconheço que ele tem méritos em muitas ações realizadas pelo seu governo. O que tem que fazer o próximo? É ser mais competente do que ele, para cada vez mais nós virmos a essa tribuna, v.exas. e os próximos que aqui passarão, elogiar os avanços que estão sendo feitos.

Mas eu me somo a v.exa., que é um educador apaixonado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, deputado José Natal, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero dizer ainda que das 48 universidades melhor avaliadas no país, 47 são públicas, estaduais ou federais. É uma alegria! Isso mostra que o dinheiro público investido em universidade pública e gratuita dá resultado, tem qualidade e põe o Brasil cada vez mais num cenário de desenvolvimento para transformá-lo numa grande nação.

Parabéns também ao ministério da Educação, que tem investido em processo de avaliação, o qual vai colaborar para que tenhamos, num futuro próximo, mais qualidade nas universidades públicas, como também nas universidades particulares, porque, segundo avaliação, elas carecem de mais investimento em qualificação profissional, em valorização da pesquisa, da extensão e do ensino, para que possam dar também, junto com as públicas, melhor qualidade para a juventude brasileira.

Por isso quero terminar o meu pronunciamento elogiando novamente a equipe dirigente da Udesc, do *campus* do oeste, o professor Antônio e toda a sua equipe, os professores que, no dia-a-dia, nos laboratórios e nas salas de aula constroem efetivamente o conhecimento e a qualidade de ensino. E aos alunos da Udesc do oeste, principalmente do curso de Zootecnia, os meus parabéns!

Essa conquista eu comemoro como ex-prefeito, pois, como disse o diretor Antônio, eu também faço parte dessa história. Por isso comemoro junto essa conquista e essa vitória.

Parabéns à Zootecnia da Udesc de Chapecó!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Carlos Hoegen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Quero cumprimentar o sr. presidente, grande líder do nosso planalto norte catarinense, deputado Antônio Aguiar, os demais deputados presentes, as senhoras e os senhores, os telespectadores da TVAL e os radiouvintes da Rádio Alesc Digital.

É bom poder estar nesta Casa acompanhando depoimentos otimistas, com notícias alvissareiras, notícias positivas, como essa registrada pelo deputado Pedro Uczai agora há pouco e outras que nós podemos acompanhar, ao longo dos debates nesta Casa Legislativa, neste Parlamento. É sempre bom termos fatos como esse para que comemoremos cada vez mais a felicidade e a alegria de morar num estado como este, num estado de futuro, de progresso, de homens e mulheres de bem, que se esforçam, que lutam para que possamos ter cada vez mais a felicidade e a alegria de dizer que somos barrigas-verdes, que somos catarinenses, pois o esforço é de por todos.

Mais uma notícia alvissareira estampa os jornais, ocupa espaço nos *sites*, alegra e traz felicidade a uma grande parcela dos catarinenses. Falo da notícia que a Casan divulga de que confirmado está, pelo governo japonês, pelo governo brasileiro e pelo presidente da Casan, Walmor De Luca, de que será investido no estado, ainda este ano, o dinheiro que virá do Japão, do banco JBIC. Um valor de US$ 216 milhões será investido total e integralmente na melhoria do sistema de esgoto, tratamento e destino final do esgoto dos catarinenses.

Santa Catarina, como todos sabem, apesar de ser um estado extremamente desenvolvido, tem no tratamento e destino final do esgoto uma das suas tristes histórias. Números que não chegam a 13% de cobertura, um dos piores registrado em todo o país.

Mas, deputado Ismael dos Santos, a partir da assunção ao cargo de presidente da Casan, convocado que foi pelo governador Luiz Henrique da Silveira, Walmor De Luca buscou, desde o princípio, recuperar o crédito. Vendo que não havia recursos financeiros disponíveis para investimentos nessa área, foi buscar parcerias, recuperar a credibilidade da empresa, para que pudesse então, com esses recursos, mudar essa triste realidade.

E nós temos que comemorar o trabalho da diretoria da Casan, através do diretor de projetos especiais, Valmir Piacentini, e do nosso presidente, porque com o crédito recuperado conseguiram o aval, a assinatura do convênio ainda este ano, no valor de US$ 216 milhões, numa primeira etapa, e numa segunda etapa mais US$ 174 milhões, perfazendo um total de US$ 390 milhões, que serão investidos no esgotamento sanitário.

Nesse primeiro projeto, os municípios de Penha, Barra do Sul, Barra Velha, Piçarras, Porto Belo, Bombinhas, Florianópolis, Laguna e Imbituba serão contemplados. Numa segunda etapa, outras cidades poderão comemorar essa alvissareira notícia.

Além disso, com essas cidades tendo o seu esgoto tratado, nós temos certeza de que esses investimentos serão ressarcidos pelo fluxo cada vez maior de turistas que, estando nessas belezas que Deus criou, cuidadas pelos catarinenses, voltarão felizes e retornarão sempre para deixar aqui dólares e reais importantes para continuar o nosso desenvolvimento.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Carlos Hoegen, quero parabenizá-lo pela intervenção e também pelos trabalhos da Casan. Mas quero destacar aqui também o trabalho de um dos diretores, que foi um parlamentar brilhante nesta Casa, que tem sido peça chave na busca de recursos para a Casan, que é o ex-deputado Adelor Vieira. E quero parabenizá-lo, inclusive, pela sua atuação.

O seu discurso leva-me a refletir sobre uma velha convicção de que há dois males que precisam ser definitivamente evitados na vida pública: um deles é a presunção e o outro é o pessimismo. A presunção, deputado Carlos Hoegen, leva-nos a achar que podemos resolver tudo e isso não é verdade. Por outro lado, o oposto, o pessimismo nos leva a achar que não podemos fazer nada. Então, é preciso encontrar o ponto de equilíbrio para o sucesso e o desenvolvimento da nossa cidade, do nosso estado e do nosso país.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Obrigado, deputado Ismael dos Santos, esse otimismo e essa credibilidade recuperada possibilitaram, deputado presidente Antônio Aguiar, que nos últimos meses a Casan pudesse assinar 18 convênios com novos municípios, firmando compromissos que agora, com a nova legislação do saneamento do país, necessária e obrigatoriamente terão que ser cumpridos.

Obviamente este é um governador passageiro, mas o estado vai permanecer e aqueles compromissos assinados deverão ser honrados por quem quer que esteja conduzindo aquela empresa ou o governo do estado. Portanto, é um fato muito importante.

Outra notícia vinda dessa importante empresa catarinense é o instituto de previdência Casanprev, que recupera o orgulho, garante o futuro dos seus funcionários, dos seus colaboradores, que são aqueles que efetivamente fazem a diferença para que a empresa possa recuperar-se. Não adianta ter um timoneiro se não há uma grande equipe conduzindo esse barco, conduzindo essa nau, para que possa navegar em oceanos mais tranqüilos e dar a certeza aos catarinenses, deputado Taxista Voltolini, daquela bela cidade de Benedito Novo, de que terão dias melhores.

Além disso, quero também, neste momento, registrar aqui importantes obras que estão acontecendo em nosso município graças à participação do governo do estado dos catarinenses.

Ituporanga está recebendo, nos últimos meses, obras importantes, fundamentais para o seu desenvolvimento. E aqui quero registrar o trabalho dos deputados Peninha e João Matos, o empenho deste parlamentar, do prefeito e de todas as lideranças políticas, mas, de maneira especial, de um governador que não olha partido, de um governador que sabe que governa para os catarinenses e não para essa ou aquela sigla e efetivamente tem dado condições e recursos para que Ituporanga possa estar vivendo este momento alvissareiro, este momento positivo.

A capital nacional da cebola, que é destaque na produção agrícola e que começa a deslanchar no campo dos serviços e na indústria, merecia, carecia desses investimentos. Um município com parcos recursos, que vive da produção agrícola, da economia primária, que não gera ICMS e que, portanto, tem pouca receita, uma receita que não atende todas as necessidades, precisa ter parceiros. E o governador Luiz Henrique cumpre sua missão de esparramar solidariedade, novos dias, novos horizontes, fazendo com que Ituporanga também receba uma parcela de recursos do governo do estado para executar obras tão importantes.

Portanto, preciso fazer este registro, este agradecimento em nome de todos os ituporanguenses, em nome da gente daquela cidade importante para a região do alto vale do Itajaí, para Santa Catarina, a maior produtora de cebola.

Falando nisso, nós estamos vendo que a maioria absoluta dos seus produtores está empolgada, entusiasmada com o resultado da última safra e empreende nova luta, caminha para uma ótima produtividade, resultado de um trabalho caprichoso, de um trabalho aplicado da gente daquela terra.

Para finalizar, volto a agradecer aos nossos deputados Darci de Matos e Cesar Souza Júnior pela oportunidade que dão a mim e ao deputado Ismael dos Santos, não esquecendo, naturalmente, os líderes do PMDB e do Democratas, porque também havia necessidade desse entendimento para que pudéssemos continuar nesta Casa.

Vamos continuar aqui, deputado Ismael dos Santos, por certo contribuindo com Santa Catarina, dando a nossa modesta, mas sincera parcela de contribuição, para que possamos ter neste Parlamento, nesta Casa de Leis, debates saudáveis, debates produtivos, debates otimistas, ajudando, com isso, a termos um estado cada vez maior e melhor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Ismael dos Santos, deputado Reno Caramori, deputado Carlão, deputado Taxista Voltolini, servidores da nossa Assembléia, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, esta é, deputado Reno Caramori, a nossa última sessão deste mês de agosto, em virtude do calendário especial que desde maio foi montado por esta Casa em função da campanha eleitoral, sem nenhuma perda para a Assembléia, porque compensamos todas as sessões. Conforme definido, voltaremos na primeira semana do mês de setembro.

Desta forma, os dez deputados que são candidatos não vão ver prejudicadas as suas atividades aqui e os outros que também têm que se envolver no processo democrático poderão fazer o trabalho junto às bases, sem comprometer o seu papel e o seu trabalho como legisladores.

Quero fazer esta última manifestação nesse período porque depois só voltaremos em setembro, deixando aqui algumas preocupações sobre as quais espero que o governo faça uma reflexão, porque do contrário viveremos dias difíceis na administração dos servidores públicos estaduais.

Li, na coluna do articulista Cláudio Prisco Paraíso, a nota intitulada "Indiferença", que retrata a situação de insatisfação generalizada dos funcionários da secretaria da Agricultura, especialmente os funcionários da Epagri e da Cidasc, que há 90 dias tentam encaminhar a sua campanha salarial 2008/2009, mas não conseguem, deputado Ismael dos Santos, sensibilizar o governo. Lamentavelmente, segundo a nota, o nosso colega, deputado Antônio Ceron, foi desautorizado pelo governo, por alguns integrantes certamente da área que cuida das questões salariais, de encaminhar a campanha salarial dos servidores da Agricultura.

A insatisfação generalizada desses servidores vai produzir ruídos na qualidade do serviço, eu não tenho nenhuma dúvida disso. As perdas dos servidores da Agricultura, deputado Antônio Aguiar, já ultrapassam a casa dos 30% e a inflação, nós sabemos, está muito próxima de dois dígitos.

Então, diante da situação financeira favorável que o Brasil e o nosso estado vivem - a arrecadação continua batendo recorde todos os meses -, não dá para compreender, deputado Reno Caramori, o porquê da omissão do governo em encaminhar a campanha salarial dos servidores da Agricultura.

A mesma insatisfação ficou demonstrada hoje, deputado Carlão, com o anúncio da paralisação de 24 horas dos servidores da Celesc. Deputado Reno Caramori, mais de três mil servidores da Celesc estão paralisados, deputado Taxista Voltolini, durante o dia de hoje. Apenas os serviços emergenciais estão sendo mantidos, deputado Valmir Comin. Apenas os serviços emergenciais!

Não eram essas as notícias que o presidente, sempre candidato e bem aposentado, Eduardo Moreira vinha divulgando. Não era isso que o todo-poderoso presidente cantava e contava em todos os cantos de Santa Catarina sobre a satisfação dos servidores. Eu fui surpreendido hoje com a notícia de que mais de três mil funcionários da Celesc estão fazendo uma paralisação de 24 horas por conta do não-encaminhamento da campanha salarial.

Os servidores da Saúde da mesma forma demonstraram, nesta semana, o quanto estão insatisfeitos. Lotaram as galerias da Assembléia Legislativa nesta semana, demonstrando que estão muito insatisfeitos com o tratamento que o governo vem dispensando às questões salariais.

Quanto aos servidores da Educação, não preciso repetir. Temos vários exemplos aqui, neste ano, em que o próprio sindicato - e as colunas do Sinte semanalmente retratam isso e a imprensa também - fala da insatisfação generalizada que há no Magistério por conta das questões salariais.

Sobre os servidores da Segurança Pública, deputado Kennedy Nunes, o deputado Sargento Amauri Soares e tantos outros de nós estamos, no dia a dia aqui, trazendo notícias da insatisfação plena.

O que se percebe, deputado Reno Caramori, é que há um quadro de insatisfação generalizada do servidor público catarinense! E, eu repito, não dá para compreender, porque a arrecadação nunca esteve tão bem quanto agora. São recordes mensais! A cada mês a arrecadação bate um novo recorde!

As obras estão num ritmo muito lento. Novas obras não acontecem. O BID V é um programa rodoviário pelo qual se espera há algum tempo, pois afinal de contas foi ainda o governo Amin que contratou o BID IV e já lá se vão oito anos. O BID V agora que chegou aqui e nesta semana, por conta de alguns desconfortos na base governista, não conseguiu sair da comissão de Constituição e Justiça.

O que está acontecendo, então, com Santa Catarina?!

Eu sei que o governador - e estamos lendo isso diariamente - está pressionado, acuado, encolhido, constrangido por conta dos desentendimentos da Tríplice Aliança por toda Santa Catarina. O que se percebe é que há um clima de desentendimento generalizado na Tríplice Aliança por conta da eleição municipal. O PMDB reclama que o governador não vai ao palanque "a", "b" ou "c"; os aliados reclamam que não vai aos palanques "d", "e" e "f"; outros reclamam que não tem que ir a nenhum e alguns dizem que tem que ir a todos. Era previsível que isso acontecesse.

Mas ele não pode esquecer que ainda é o governador do estado, pelo menos até o TSE terminar o julgamento, que me parece voltou a caminhar. Então, ele tem que aproveitar esse tempo que resta, porque não se sabe quanto tempo terá na cadeira de governador. Sabemos que na hora que o TSE terminar o julgamento, ele terá que voltar para as suas atividades normais e deixar a excepcionalidade de um mandato ilegítimo como tem, uma vez que foi conquistado na base da corrupção eleitoral já comprovada fartamente e não contestada até agora no mérito. Mas nesse tempo que resta de mandato ao governador Luiz Henrique antes que o Tribunal Superior Eleitoral termine o julgamento e mande-o para casa, é preciso que ele cumpra, no mínimo, os compromissos legais, constitucionais, e aquilo que a legislação salarial concede de benefícios, de direitos, como a revisão anual de salários.

Deputado Ismael dos Santos, nesses quase seis anos de mandato de Luiz Henrique da Silveira não foi feita nenhuma revisão anual de salários conforme determina a Constituição Federal. O que se viu foi a implantação de uma política de abonos, que não dá nenhuma segurança e nenhuma garantia para o servidor público.

Eu espero que neste período tão conturbado em que o governador tem sido tão cobrado pela presença ou ausência em palanque ele tire um tempinho, talvez o pouco tempo que lhe resta como governador, para encaminhar a questão salarial dos servidores porque a insatisfação já é generalizada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, até para dar continuidade ao assunto dos deputados que nos antecederam, quero parabenizar a Udesc de Chapecó, especialmente aquele curso pelo qual nós tanto brigamos, sr. presidente, para que realmente fosse lá instalado. Comumente costumamos dizer que até arrumamos uma pequena encrenca com a Udesc de Lages, que de todas as formas queria que o curso de Zootecnia fosse instalado lá. Mas nós conseguimos provar que a região que realmente merecia, na época, o curso de Zootecnia era Chapecó. Hoje os maiores plantéis de bovinos, de suínos, de aves, de caprinos, de ovinos e de eqüinos estão na região oeste. Comprovamos, através de estatísticas, através dos órgãos competentes, que aquele era o município que deveria abrigar o curso de Zootecnia.

O professor Antônio, que é reitor, não se cansa de nos fornecer as informações, porque ele lutou conosco para que lá fosse instalado o curso de Zootecnia. Por isso quero parabenizar os alunos, com os quais já mantive inúmeros contatos para ver o andamento do curso, os professores e a direção do curso de Zootecnia da Udesc de Chapecó. Parabéns! E parabéns a toda a região que vai receber neste ano a primeira turma de formandos, de técnicos, de acadêmicos, de zootecnistas, que, sem a menor sombra de dúvida, farão com que os plantéis na área da pecuária daquela região recebam um tratamento quer no desenvolvimento das raças, quer no sistema de alimentação, porque essa é uma exigência dos nossos compradores no mundo inteiro.

Por outro lado, no dia 5 de julho fiz um pronunciamento lamentando a situação da Epagri e da Cidasc. Logo em seguida, o meu grande amigo, dr. Murilo Flores, defendeu aquelas empresas, dizendo que estão vivendo um momento de transformação positiva, e destacou o projeto Microbacias II, que atende 138 mil famílias. Eu o cumprimento realmente, porque o senhor, dr. Murilo Flores, tem dado continuidade ao programa cujos convênios foram assinados no governo de Esperidião Amin e que está beneficiando as pequenas propriedades do estado de Santa Catarina.

Mas o que nos entristeceu hoje, deputado Taxista Voltolini, foi quando recebemos aqui algumas correspondências e matérias de jornais, por exemplo, que dizem o seguinte:

(Passa a ler.)

"Descaso na Cidasc

Na Cidasc a situação é de descaso total. Além de não ter mais nenhuma sinalização de avanço ou negociações, nem o acordo coletivo 2007/2008 está sendo cumprido, já que o PDA continua engavetado e ninguém assume nenhuma responsabilidade. Não é do interesse dos funcionários, mas parece que será necessária uma greve geral e a abertura das barreiras sanitárias para que a secretaria de Agricultura e o governo do estado assumam seus compromissos."

Isso é lamentável, srs. deputados! O secretário Antônio Ceron não consegue fazer a sua parte por determinação do governo, conforme a imprensa registra. Tenho certeza de que o secretário Antônio Ceron, a quem eu conheço muito bem, tem todo o interesse de solucionar o problema, porque ele entende também o quão importante é o trabalho da Epagri e da Cidasc, mas está de mãos amarradas, conforme a imprensa tem divulgado.

Faço um apelo aqui aos homens do governo que têm a responsabilidade de administrar este estado: assumam a responsabilidade. Aqui está! Não é ameaça, é a condição *sine qua non* do pessoal da Cidasc, porque desde o início do ano as negociações foram paralisadas. Não recebem os sindicatos, não recebem os representantes, não procuram conversar num banco de negociações até encontrar uma solução, que poderia até não ser o aumento de salário, mas condições de trabalho dos técnicos que honram Santa Catarina pelo trabalho correto e digno que prestam aos catarinenses.

As barreiras sanitárias são uma exigência dos países que compram nossos produtos, a fim de que não haja a invasão de qualquer tipo de enfermidade no nosso rebanho, seja suíno, bovino ou de aves. Esses técnicos são de grande responsabilidade! Eles é que mantêm as barreiras em todas as divisas: por água, como no porto de Goio-En, e nas pequenas rodovias vicinais do interior do estado, que permitem o acesso Rio Grande do Sul/Santa Catarina e Paraná/Santa Catarina. Enfim, eles estão cuidando dos nossos rebanhos. Esse pessoal tem que receber um tratamento digno da atividade que exerce.

Por isso volto a fazer um apelo ao governo para que, pelo menos, sente e converse com esses servidores para que eles mantenham a sua atividade, principalmente na área da fiscalização sanitária. O governo que encontre o caminho para que esses cidadãos catarinenses continuem exercendo a sua atividade em benefício do estado, dos nossos exportadores, dos nossos produtores, que sofrerão, sem a menor sombra de dúvida, os maiores prejuízos.

Nós já tivemos o problema do embargo principalmente da Rússia. A imprensa mostrou que houve até um pequeno desleixo do governo. Mas deixa pra lá, isso já foi sanado. Agora, nós não podemos correr o risco de mais uma vez, pela falta de atenção dos governos, sofrer uma sanção daqueles que compram o nosso produto para fora do Brasil.

Por isso faço um apelo para que os responsáveis entendam que governar não é adentrar num palácio, não é adentrar num departamento que presta serviço público e não assumir o compromisso real de administrar em benefício dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Taxista Voltolini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, como líder do PPS participei da reunião da comissão de Educação, ontem, dia 6 de agosto.

Nasci em Timbó, em Travessão dos Tiroleses, trabalhei na agricultura durante alguns anos da minha vida. Sou de família grande, sete filhos, e com 20 anos eu e minha família chegamos ao município vizinho, Benedito Novo. Sou um lutador e um vencedor nesta minha vida de taxista com mais de 30 anos de trabalho, tristeza e alegrias. Faria tudo novamente com muito amor e carinho.

Gostaria de agradecer aos meus colegas de trabalho. Muito obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, com a sua benevolência, gostaria de estender por mais um minutinho a nossa sessão para fazer a entrega ao nosso amigo, deputado Taxista Voltolini, da lei que é de nossa autoria, que institui como Dia do Taxista o dia 19 de novembro.

Alguém me perguntou, deputado Taxista Voltolini, por que dia 19 de novembro. Aí me surgiu: dia 19 de novembro é o Dia da Bandeira e o táxi tem bandeira um e bandeira dois, mas foi mera coincidência.

O dia 19 de novembro foi a data sugerida pelo Sindicato dos Taxistas de Florianópolis, porque naquele dia houve o assassinato de um taxista, não sei em que ano. Dessa forma, eles respeitam o dia 19 como um dia de luta de um defensor da classe pela vida, infelizmente os bandidos a levaram, por isso o dia 19 é o dia do taxista!

Eu quero entregar-lhe uma cópia da lei, deputado Taxista Voltolini, e dizer-lhe da importância que tem o taxista. O taxista não é um motorista como o de caminhão, como o de ônibus ou como o de automóvel. O taxista é o receptor. O passageiro, quando desembarca do ônibus, é recebido pelo taxista. Nas horas mais incertas, quando alguém chama por um socorro, é o taxista que vai. Não há chuva, não há sol, não há geada, não há dia e não há noite, o taxista está sempre alerta, sr. presidente. Ele é o homem que orienta quem usa o seu táxi. Chega um matuto do lugar mais longínquo do estado, pega um táxi dizendo que precisa chegar num determinado endereço, mal sabe ele onde é. Mas o taxista honesto, correto, diz que vai levá-lo ao referido endereço, procurando, é claro, o caminho mais curto para chegar ao destino. E no caminho, sabemos disso, o taxista vai orientando, vai conversando, vai familiarizando o passageiro com a nova cidade em que ele chega. Por isso, quero entregar-lhe a cópia dessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Parabéns, deputado Reno Caramori, pela homenagem que faz aos taxistas neste momento.

O Sr. Deputado Carlos Hoegen - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Hoegen.

O SR. DEPUTADO CARLOS HOEGEN - Sr. presidente, gostaria de exaltar a nossa democracia. Que coisa linda poder estar neste Parlamento acompanhando um momento ímpar como este, em que é permitido que um cidadão de bem, um homem humilde, vindo de um pedaço distante de Santa Catarina, entre matas, montes e montanhas, a nossa Benedito Novo, venha aqui representar o seu povo com a sua humildade, com o seu jeito carinhoso de tratar todos.

Deputado, essa é uma das felicidades que por certo vou guardar para sempre nessa minha rápida passagem por aqui, tão rápida quanto a sua. Parabéns, deputado Reno Caramori, por essa homenagem que v.exa. faz a uma categoria de muito respeito, que é a dos taxistas.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Taxista Voltolini.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Sr. presidente, fico um pouco emocionado em receber essa homenagem, porque tenho 37 anos de profissão, sempre lutando dia e noite. Receber essa homenagem é muito bom, é muita alegria.

Quero agradecer aos deputados Reno Caramori e Carlos Hoegen pelas suas palavras. Agradeço de coração a todos e estendo o agradecimento a todos desta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Parabéns, deputado Taxista Voltolini, por ter recebido esta lei em homenagem a todos os taxistas.

A Presidência gostaria de fazer uma saudação a todos os pais do estado de Santa Catarina, que são o sustentáculo das famílias. Fica aqui a nossa homenagem pelos esforços realizados junto à família e que neste Dia dos Pais as bênçãos de Deus estejam presentes em seus lares.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira, às 18 horas.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 036ª SESSÃO SOLENE DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA
HOMENAGEM AO TENISTA GUSTAVO GUGA KUERTEN
PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO EDISON ANDRINO
SUMÁRIO

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Discorre sobre a trajetória de Guga Kuerten no tênis profissional, ressaltando suas qualidades técnicas e humanas.

TENISTA GUSTAVO KUERTEN - Agradece a homenagem, afirma sentir-se muito à vontade na Casa do Povo e enaltece as qualidades do estado e de seu povo.

GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Destaca o DNA vencedor do homenageado e anuncia a criação do Troféu de Excelência Esportiva Guga Kuerten.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Jorginho Mello e Gelson Merísio para conduzirem à mesa as autoridades que serão nominadas para compô-la.

Excelentíssimo senhor Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Rubens Carlos Pereira Filho, prefeito municipal de Florianópolis, em exercício;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual, ex-presidente desta Casa, secretário de estado do Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Paulo Afonso Evangelista Vieira, ex-governador de Santa Catarina;

(Palmas)

Chamamos para completar a nossa mesa de honra o deputado Edison Andrino, autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, e o nosso homenageado, querido manezinho, o catarinense Gustavo Guga Kuerten.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhores deputados, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada a requerimento do deputado Edison Andrino e mereceu a aprovação unânime de todos os deputados que compõem esta Casa.

A seguir, teremos a execução do Hino Nacional pelo Quinteto de Sopro da Escola Municipal de Músicos de Biguaçu, sob a coordenação de Jairo Fernandes.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Convidamos ainda para compor a mesa o sr. João Ghizzoni, representando neste ato o ministro dos Esportes, Orlando Silva.

A Presidência registra com satisfação a presença da sra. Alice Kuerten, presidente do Instituto Guga Kuerten e mãe do nosso homenageado, e da sra. Ivete Appel da Silveira, presidente da Fundação Nova Vida.

Registramos ainda a presença honrosa das seguintes autoridades:

Professor Dalton Barreto, representando neste ato o magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Álvaro Prata;

Conselheiro Otávio Gilson dos Santos, ex-deputado e ex-presidente deste Poder;

Conselheiro Wilson Wan-Dall, também ex-deputado;

Secretário de estado da Fazenda, Sérgio Alves;

Secretário de estado da Administração, Antônio Gavazzoni;

Secretário de estado da Infra-Estrutura, Romualdo França;

Coronel José Cordeiro Neto, sub-comandante-geral do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, neste ato representando o coronel Álvaro Maus, comandante-geral;

Senhor Luciano Ramos de Faveri, que neste ato representa a OAB/SC;

Senhor Vilson Rosalino da Silveira, superintendente da Fundação Franklin Cascaes;

Professor Marino Tessari, presidente do Conselho Regional de Educação Física;

Tenente Karina Ouriques, que representa o comandante da Base Aérea de Florianópolis;

Senhora Arlete das Graças Torri, presidente da Apae de Florianópolis;

Jornalista Moacir Pereira, ex-presidente da ACI;

Vereadora Ângela Albino, de Florianópolis;

Vereador Xandi Fontes, de Florianópolis;

Deputados Antônio Aguiar, Gelson Merísio, Edison Andrino, Ismael dos Santos, Jorginho Mello, Professor Grando e deputado licenciado Cesar Souza Júnior.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o deputado Edison Andrino, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Cumprimento o senhor deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Cumprimento o nosso governador, Luiz Henrique da Silveira;

Cumprimento o senhor Rubens Carlos Pereira Filho, prefeito municipal de Florianópolis, o nosso Bita;

Cumprimento o deputado Gilmar Knaesel, secretário de estado do Turismo, Cultura e Esporte;

Cumprimento o ex-governador Paulo Afonso Evangelista Vieira;

Cumprimento o João Ghizzoni, que representa nesta solenidade o ministro dos Esportes;

Cumprimento o Guga, nosso homenageado;

Cumprimento todos os deputados estaduais aqui presentes e outras autoridades já citadas;

Cumprimento os vereadores;

Cumprimento as mulheres na pessoa da Alice Kuerten, presidente do Instituto Guga Kuerten, e também na pessoa da primeira-dama do estado, dona Ivete Appel da Silveira;

Meus senhores e minhas senhoras;

(Passa a ler.)

"Representando meus colegas nesta Casa, como deputado estadual e particular admirador do teu trabalho e também do Gustavo Kuerten cidadão, posso dizer que ao ver o mundo despedir-se de ti, nessa última turnê, sentimos a obrigação, quase um dever formal, de homenagear-te também nesta Assembléia Legislativa, instituição que tem, entre outros, o dever de tomar a frente de discussões de interesse da população. Ao ver-te 'sair de cena' não era a obrigação oficial de te prestigiar que falava mais alto, mas um real desejo de agradecer.

Poderíamos limitar esta solenidade a enumerar as muitas conquistas e alegrias que tu, Guga, nos proporcionaste, pois foram muitos momentos inesquecíveis.

No Aberto da França, em 1997, apresentaste a milhões de brasileiros o glorioso mundo de Roland Garros, onde foste mais duas vezes campeão e te consagraste, em Paris, como herói nacional."

É bem verdade, Guga, que naquela oportunidade fazias-te acompanhar de um talismã, de um manezinho da ilha que disse que era o teu maior torcedor, quem sabe o único manezinho presente naquela oportunidade que não tinha nada a ver com o esporte. Ele te deu uma sorte danada e está aqui presente hoje: o nosso amigo Pitanga.

É impossível não lembrar do coração que desenhaste na quadra! Quem sabe, talvez, a imagem mais marcante da tua carreira.

(Continua lendo.)

"Venceste os quatro principais torneios disputados no saibro, teu piso preferido. Os três já citados, em Paris, mais dois títulos em Monte Carlo, um em Roma e outro em Hamburgo, na Alemanha. Entretanto, nenhuma vitória foi tão marcante quanto a Copa do Mundo de Tênis, o Master Cup de Lisboa, em 2000. Num torneio que reunia os oito melhores tenistas da temporada, tu e a tua esquerda paralela desbancaram o consagrado André Agassi, e ali te tornaste o número 1 do *ranking*, posto em que permaneceste por 43 semanas. E foram apenas dez tenistas em toda a história que conseguiram um feito dessa grandeza!

Não há dúvida de que, como brasileiro, somos imensamente gratos por tudo isso! Mas esta Casa que hoje te homenageia é composta de alguns manezinhos da ilha e são todos os manezinhos da tua ilha que hoje aqui também representamos.

Se o teu uniforme nas suas cores azul e amarelo era inegavelmente brasileiro e os teus troféus oficialmente nacionais, o filho da Alice e do Aldo, neto de dona Olga, irmão do Guilherme e do Rafael, discípulo e escudeiro do Larri, avaiano roxo, fã do Jacaré, garotão pagodeiro, surfista despojado, tranqüilo tocador de violão, esse é ilhéu."

Quem não se lembra do episódio marcante quando, numa partida memorável, o Guga ganhou do tenista russo Yevgeny Kafelnikov? Perguntaram ao russo o que ele havia achado da vitória do Guga e da sua derrota. Ele respondeu que o Guga havia jogado como o mestre Picasso. Logo após, perguntaram ao Guga se ele tinha um Picasso e ele respondeu: "Não, eu tenho um Miltinho". O Miltinho era um pintor nosso, famoso, que pintava as nossas belezas naturais e o casario da Ilha de Santa Catarina. Sobre esse episódio, eu consegui uma matéria do *Diário Catarinense*, do jornalista Maurício Frighetto, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Miltinho, artista valorizado

Milton Pereira, de 74 anos, o Miltinho, é um artista plástico que representa as belezas de Florianópolis. Certo dia recebeu um pedido de Guga: pintar a Ponte Hercílio Luz na parede do quarto do tenista. E ouviu uma frase que não esqueceria: 'Miltinho, quando eu voltar das minhas conquistas, quero dormir embaixo da Ponte Hercílio Luz'."[sic]

E nesse dia também, Alice - e você estava presente -, perguntaram ao Guga qual era o seu grande ídolo. E o Guga, avaiano roxo, respondeu que o seu grande ídolo era o Jacaré. Como dizem os manezinhos, logo depois o Jacaré "acabou nas Europas". É bem verdade que ficou pouco tempo porque na realidade o Jacaré não era "o bicho", mas o Guga deu um empurrão e colocou o Jacaré jogando em Portugal.

(Continua lendo.)

"É pela imagem, Guga, que construíste lá fora que hoje, humildemente, já que estamos falando de ti, agradecemos. Provaste que para ser um vencedor não é preciso perder a simplicidade. Em uma década de tênis conquistaste algumas das maiores vitórias do esporte brasileiro. E a imprensa, que clama por um campeão, ficou tentada a te equiparar a grandes nomes. Ao responsabilizar-te por uma paixão, foste comparado a Ayrton Senna.

As dores no quadril direito, as seqüentes cirurgias e fisioterapias que te impediram de continuar brilhando fizeram lembrar o drama físico de Ronaldo, o também fenômeno, ele do mais popular esporte nacional.

Em retribuição social às notórias ações do Instituto Guga Kuerten, recebeste, da Associação de Tenistas Profissionais, da qual és presidente das ações de caridade, o Prêmio Arthur Ashe, e vimos teu nome colocado ao lado da figura memorável de Nelson Mandela, ganhador do mesmo prêmio dez anos antes.

Senna, Ronaldo e Mandela... três justas associações.

Mas tinha mais! O campeão Gustavo Kuerten não era apenas um tenista fora dos padrões, mas alguém que pareceu nunca se render ao *glamour* que o título de número 1 do mundo parece convocar. Apesar de todo o reconhecimento e fama, foste para nós, nos tempos de glória e também nos momentos de superação, a identificação de um auto-retrato da gente humilde e batalhadora desta ilha quando estavas lá no topo do pódio.

Representamos aqui também a tua torcida e em nome dela podemos dizer que as lágrimas constantes nesse último torneio de despedida nada tinham a ver com as derrotas, mesmo porque diante de tanta gratidão não pudemos fazer nada para te ajudar. Então... lotamos os estádios. Não mais para te ver ganhar, mas como quem tenta dizer: tudo bem, Guga. Valeu! Tu já ganhaste tudo o que tinhas para ganhar. Nós acompanhamos a tua luta. E enquanto lamentávamos a tua dor, vimos que até diante de um adversário imbatível a tua humildade falou mais alto ao reconhecer que era hora de parar.

Há alguns meses, Alice Kuerten presenciou o concerto do pianista João Carlos Martins, em Curitiba. João Carlos, pianista famoso, perdeu o movimento das mãos e hoje toca habilmente com apenas três dedos. Na ocasião, Alice, tu disseste para o maestro, segundo ele, que a apresentação servia de inspiração para o teu filho, Guga. Depois, o maestro, ao escrever o artigo intitulado 'Guga e a superação', para o jornal *Folha de S.Paulo*, fez referência às palavras de dona Alice, falou de sua admiração pessoal pelo atleta e disse que Gustavo significava também um exemplo de 'determinação, superação e dignidade'. No teu caso, Gustavo, de dimensões que apenas ídolos podem alcançar.

Se por um lado, Guga, não somos capazes de proporcionar o sentimento que só o tênis te fazia sentir: a ansiedade do antes, a adrenalina do durante, a consagração do depois, mas, se servir de consolo, vamos sempre lembrar que o país do futebol desconhecia o prazer do tênis, revelado a nós por ti, e dizer que desse amor, Guga, recém descoberto, ninguém nos separa jamais.

A tua personalidade informal, típica de um querido manezinho, é-nos tão familiar que nos consideramos teus amigos, quase parentes! E é por essa intimidade que, hoje, de braços abertos sentimos o direito de dizer: volta para casa, Guga! Fizeste muito por nós, deixa que esta bela ilha - a tua aldeia, que é o teu lugar - faça um pouco por ti."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem ao tenista Gustavo Kuerten, Guga, por sua destacada projeção como esportista profissional, projetando o estado de Santa Catarina no cenário nacional e o Brasil no cenário mundial.

Convido para fazer a entrega de placa o autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene, deputado Edison Andrino, que pediu para se fazer acompanhar de outro manezinho, não menos manezinho, Vilmar Pitanga Pacheco. Os dois farão a entrega da homenagem que o Poder Legislativo presta ao Guga nesta noite.

(Procede-se à entrega da placa e à execução do hino do Avaí Esporte Clube.)

(Palmas)

O Guga havia solicitado que nós permanecêssemos tocando o hino do Avaí até amanhã depois da vitória sobre o Corinthians, mas não foi possível atendê-lo. Pedimos escusas ao Guga.

Neste momento, vamos ouvi-lo. Tem a palavra Gustavo Kuerten.

O TENISTA GUSTAVO KUERTEN - Em primeiro lugar, quero agradecer a todas as autoridades presentes. Por incrível que pareça, hoje, aqui, apesar de ser um lugar tão diferente, sinto-me à vontade recebendo esta homenagem. Acho que nada é mais gratificante e que nada combina mais comigo do que uma homenagem como esta. Sinto-me até arrepiado.

Queria lembrar de agradecer, é claro, à minha família, que sempre esteve ao meu lado; quero citar também a família da minha mãe, o pessoal de Brusque, uma parte do estado que sempre foi muito importante; quero lembrar a família do meu pai, que me incentivou muito - inclusive, muitos estão hoje aqui -, pois o meu pai também foi um grande incentivador, já que sempre esteve vinculado ao esporte. Eu acho que essas pessoas estiveram sempre presentes e acompanhando-me o tempo inteiro.

Mas, na realidade, o que eu vejo de mais interessante e o que mais me chamou a atenção nesta homenagem foi o significado real dela, ou seja, a homenagem do povo catarinense. Houve quem estivesse mais tempo comigo, houve quem eu nem conhecesse, mas de certa forma todos me inspiraram.

Então, eu me sinto muito honrado de poder receber uma homenagem de pessoas que eu vejo que, em Concórdia, em Chapecó, me apoiaram. Eu morei em Blumenau, comecei a treinar lá; morei sozinho durante alguns meses, minha avó teve que ir lá correndo me pegar porque eu não agüentava mais morar sozinho, estava com muita saudade; morei em Balneário Camboriú; a família do meu pai é de Braço do Norte.

Então, eu acho que eu tenho uma história com o estado muito marcante e isso para mim sempre foi motivo de orgulho, sempre gostei de citar e continuo citando porque eu acho que, realmente, o povo catarinense é um povo diferenciado, é um povo acolhedor, muito respeitador. O povo catarinense tem uma qualidade que, hoje em dia, é bastante rara, que é torcer pelo próximo. Acho que não existe a palavra inveja em Santa Catarina. Eu sou avaiano e o torcedor do Figueirense torce por mim. Então, é um estado que sempre serviu de exemplo para mim. Eu ia para outros lugares, havia situações fora do comum, situações irreais em lugares maravilhosos, mas voltava para cá e sabia que aqui é que estava a minha história, aqui era o meu mundo, aqui era o lugar que me fazia sentir um cidadão, uma pessoa melhor.

Assim, só tenho que agradecer a todos vocês que estão presentes aqui hoje, aos catarinenses. Para mim é uma sorte e motivo de orgulho ter nascido aqui. Hoje eu saí da Joaquina e vim para cá. Então, não tenho do que reclamar. Floripa, a Oktoberfest cada vez crescendo mais, o turismo na serra e no litoral, belezas naturais maravilhosas, mas o melhor de tudo é o povo catarinense. Assim como o povo catarinense me homenageou, eu dedico esta homenagem a ele. E não vou esquecer-me de lembrar vocês que também representam o povo. Tomara que se inspirem bastante no povo catarinense e exerçam bem o seu papel que é proporcionar a todos um estado cada vez melhor.

Valeu! Obrigado por tudo!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste momento, ouviremos o pronunciamento de sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique das Silveira.

O SR. GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - Excelentíssimo senhor deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Rubens Carlos Bita Pereira Filho, prefeito municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor deputado Gilmar Knaesel, secretário de estado do Turismo, Cultura e Esporte;

Excelentíssimo senhor Paulo Afonso Evangelista Vieira, ex-governador de Santa Catarina;

Excelentíssimos senhores deputados estaduais, a quem quero saudar na pessoa do propositor desta homenagem, deputado Edison Andrino;

Excelentíssimo senhor João Ghizzoni, que representa neste ato o ministro Orlando Silva, dos Esportes;

Minha cara dona Alice, meu caro Rafael, meu caro Guga;

Uma das saudades que tenho é dos tempos em que eu era atleta do Clube Doze de Agosto juntamente com Aldinho Kuerten. O Aldinho, para quem não o acompanhou, era um atleta extraordinário; era um jogador de basquete de uma precisão e garra fantásticas. Naquela época não havia cesta de três pontos. Se houvesse, ele teria sido um recordista, tal a perícia dos seus arremessos.

E começo o meu pronunciamento, Alice, lembrando do Aldinho para, em primeiro lugar, evocar com saudade o grande atleta que ele foi, extraordinário atleta, de uma geração incomum de grandes jogadores de basquete, e para ressaltar, dentro do ensinamento de Santo Agostinho, que a natureza não dá saltos, que o Guga herdou o DNA de um grande atleta. De um grande atleta local, regional, que poderia ter-se feito nacional e internacional, se na época isso fosse permitido.

Eu disse há pouco para um repórter que o Guga representa a personalidade, a característica, a razão de ser do catarinense: a competência, a capacidade, a eficiência, a humildade, a lealdade do catarinense.

O deputado Edison Andrino expressou com muita felicidade tudo aquilo que poderíamos dizer a respeito da trajetória deste grande catarinense. Por esta razão, nós, através de um decreto, criamos o Troféu de Excelência Esportiva Guga Kuerten. Esse troféu só vai premiar cinco personalidades do esporte por ano: o melhor atleta, o atleta revelação, a melhor entidade esportiva, o melhor técnico e a melhor equipe. A escolha será feita em duas etapas. A primeira etapa, ampla, popular, ocorrerá através de votação via internet. O processo de abertura de votação terá início no dia 1º de setembro. Depois de colhida a preferência popular, o Conselho Estadual de Esporte se reunirá e, dentre aqueles ungidos pela opinião do povo, escolherá os cinco melhores do ano a serem premiados. E nós queremos, Guga, contar contigo no fim do ano para fazer a premiação.

Parabéns à Assembléia Legislativa por esse reconhecimento! Parabéns, Edison Andrino, pela propositura e pelo discurso! Parabéns, Guga! Parabéns, dona Alice! Parabéns, Rafael! Santa Catarina deve muito a vocês.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa, das demais autoridades, das srs. parlamentares; agradece de modo muito especial à família do Guga e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão, cumprimos o dever regimental de convocar outra sessão solene, para o próximo dia 20, às 19h.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 065 -DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Joares Ponticelli para ausentar-se do País, no período de 28 a 31 de agosto do corrente ano, a fim de participar da Reunião Ordinária da União de Parlamentares do MERCOSUL - UPM, em Mendoza, República Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de agosto de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA N. 066-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Elizeu Mattos, membro da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul, para ausentar-se do País no dia 18 de agosto do corrente ano, a fim de acompanhar o Senhor Governador, à cidade de Posadas, Província de Misiones, na Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de agosto de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA N. 067-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Elizeu Mattos para ausentar-se do País, no período de 28 a 31 de agosto do corrente ano, a fim de participar da Reunião da União dos Parlamentos do Mercosul - UPM, em Mendoza, na Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de agosto de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 171, de 29/08/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **MARIA LUIZA DA SILVA DALBOSCO**, matrícula nº 1572, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Diretor Administrativo e de Tecnologia, código PL/DAS-7, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, servidor JERONIMO LOPES, que se encontra em fruição de férias no período compreendido entre 1º e 30 de setembro de 2008 (Diretoria Administrativa e de Tecnologia).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 172, de 29/08/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **CÉLIO CÉSAR DA SILVA**, matrícula nº 0844, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Processamento do Sistema de Pessoal, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, servidor ALTEMIR BEZ, que se encontra em fruição de férias no período compreendido entre 1º e 30 de setembro de 2008 (DRH - Coordenadoria de Processamento do Sistema de Pessoal).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 173, de 29/08/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **SANDRA MARA COELHO**, matrícula nº 1749, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Taquigrafia das Comissoes, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, servidora IONE TEREZINHA REIS DE MELO, que se encontra em licença prorrogada para tratamento de saúde, no período compreendido entre 02 e 31 de agosto de 2008 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissoes).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 174, de 29/08/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **VANIA ELIZABETH S. DE TOLEDO**, matrícula nº 0647, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Controle da Documentação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, servidora SIRLENE MICHELS ZUNINO, que se encontra em licença para tratamento de saúde, no período compreendido entre 1º de agosto e 31 de outubro de 2008 (DAT - Coordenadoria de Informações).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 175, de 29/08/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR a pedido a servidora **IWANA LUCIA LENTZ**, matrícula nº 1437, da função de Assessoria de Apoio Tecnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 10 de agosto de 2008 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissoes).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 176, de 29/08/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR a servidora **DULCE MARIA DA COSTA**, matrícula nº 1914, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria de Apoio Técnico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 10 de agosto de 2008 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 177, de 29/08/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 08088/03-8, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando cooperação técnico-profissional recíproca de servidores,*

CONSIDERAR PRORROGADO até 31 de janeiro de 2009, os efeitos do Ato da Mesa nº 062, de 15 de março de 2007, que colocou à disposição da Secretaria de Estado do Planejamento, o servidor **EDUARDO BALDUINO MACHRY**, matrícula nº 0840.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATA

Ata nº 26

Termo de eliminação dos papéis para a reciclagem, atendendo o que determina a Tabela de Temporalidade (TT), em vigor, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Registram-se aqui os documentos já avaliados pela Coordenadoria de Documentação, respeitadas as determinações legais: LISTA DE PRESENÇA DE DEPUTADOS E JUSTIFICATIVAS DE FALTAS, período 1992 a 1998, oriundos da Diretoria Legislativa; PROJETO DE LEI, ano de 1997, procedentes da Diretoria Legislativa; e 04 LIVROS DE PROTOCOLO da Diretoria Legislativa, referentes aos anos de 1981 a 1995. A contagem dos papéis resultou, aproximadamente, em 10 (dez) mil folhas, que serão encaminhadas a entidades filantrópicas para a efetiva eliminação no prazo de 30 dias a contar da data de publicação no Diário da Assembléia (DA). Florianópolis, 26 de agosto de 2008.

Tulia de Freitas Ribeiro
Coordenadora, e.e.

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1657ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1657ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento ao Colegiado dos assuntos originários da Procuradoria tratados na reunião da Mesa do dia 06/08/08. 1) Em regime de vista: Processo nº 1275/08, de José Paulo Rebelo, retirado de pauta pelo Dr. José Carlos da Silveira. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1343/08, de Adriana Helena de Souza Gezak; Processo nº 1387/08, de Juci Mara Santos Tomais; Processo nº 1299/08, de Valéria Maria Buss e Processo nº 1300/08, de Osvino Koch. 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1338/08, de Isabela Vieira Schumacker; Processo nº 1363/08, de Luiz Alberto Metzger Jacobus, este com aditamento do Dr. José Carlos da Silveira e Ofício nº 086/08 de 14/07/08, Interessado: Procuradoria de Finanças "solicita manifestação em atenção ao Ofício TC/SEG nº 9.195/08, Decisão nº 1992/2008 e Relatório de Reinstrução DCE/Insp.4/Div.10 nº 369/2008 do TC/SC". A relatora apresentou extra pauta Ofício DIR nº 395/08 de 04/08/08, Interessado: Diretora de Comunicação Social da ALESC "parecer sobre veiculação programa eleitoral gratuito nas TVs". Continuando, a relatora deu conhecimento ao Of. nº 083/08 de 09/07/08, Interessado: Procuradoria de Finanças "Of. TCE/SEG nº 8.891/08 TCE/SC, aposentadoria de Maria Helena Bargellini". 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1337/08, de Reinhard Richter; Consulta Of. CL nº 304/08 de 01/08/08, Interessado: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Edital de Pregão - aquisição forno industrial para o Restaurante da ALESC"; Comunicação Interna nº 0141/08/DG de 17/07/08, Interessado: Diretor Geral da ALESC "consulta procedimentos para realização de concurso público". E a Consulta de 23/07/08, Interessados: Departamento Parlamentar/Divisão de Expediente "representação contra a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação". 5)Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1335/08, de Gilson Luiz Borges; Processo nº 1341/08, de César Luiz Belloni Faria, abstendo-se de votar neste o Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior e Comunicação Interna nº 0140/08/DG de 17/07/08, Interessado: Diretor Geral da ALESC "análise minuta Ato da Mesa - contratação de estagiários". 6)Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1274/08, de Zélia Cecília Duarte Hoffmann; Consulta Of. CL nº 293/08 de 21/07/08, Interessado: Coordenadoria de Licitações "Minuta de Edital de Pregão - aquisição de mobiliários diversos para ALESC"; Consulta Of. CL nº 299/08 de 29/07/08, Interessado: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato celebrado com a Empresa Progetto Arquitetura Engenharia e Construção Ltda. (elaboração dos Projetos do Anexo Sul" e Of. GABS/SPG - de 10/12/07, Interessado: Altair Guidi - Secretário de Estado do Planejamento "solicita prorrogação da disposição do funcionário Eduardo Balduíno Machry". O Processo nº 1162/08, de Marcelo Quirino Goulart, foi retirado de pauta pelo relator. 7) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1329/08, de Hugo Greghi. 8) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1336/08, de Antonio Carlos Vieira Júnior; Consulta Of. CL nº 305/08 de 01/08/08, Interessado: Coordenadoria de Licitações "Inexigibilidade ACAERT - aquisição de cota de espaço físico para a ALESC participar do 13º Congresso Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão"; Consulta Of. CL nº 308/08 de 04/08/08, Interessado: Coordenadoria de Licitações "Minuta do 1º Termo Aditivo Contrato com a BROADCAST Produção e Locação Ltda.; Of. nº 76/DAT/08 de 28/07/08, Interessado: Diretor Administrativo e de Tecnologia da ALESC "destino final de materiais sucatados"; Consulta do Chefe de Gabinete da Presidência da ALESC de 14/09/07, interessada: Regina Maria Gonzaga de Sampaio "revisão de pensão". Continuando, o relator apresentou extra pauta o Processo nº 1385/08, de Ione Terezinha Reis de Melo, parecer aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia treze (13) de agosto. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 06 de agosto de 2008.

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 1554/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 032/2008, referente à aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem no local, obteve o seguinte resultado:

Lote 1 -Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem no local.
Vencedora: INFOHAR COM. VAREJISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA.
Valor do Último Lance: R$ 44.841,00

Lote 2 -Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem no local.
Vencedora: FORMA & ARTE MOVEIS LTDA ME
Valor do Último Lance: R$ 20.450,00

Lote 3 -Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem no local.
Vencedora: ERGO-MOBILI - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA
Valor do Último Lance: R$ 27.666,60

Lote 4 -Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem no local.
Restou deserto.

Lote 5 -Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem no local.
Vencedora: DESIGN MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA - EPP
Valor do Último Lance: R$ 13.400,00

Lote 6 -Aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem no local.
Vencedora: DESIGN MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA - EPP
Valor do Último Lance: R$ 2.500,00

Florianópolis, 25 de agosto de 2008.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE
PREGOEIRA

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2008.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS COM INSTALAÇÃO E MONTAGEM NO LOCAL PARA O ESTÚDIO DA TVAL.**

DATA: 02/09/2008 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 02 de setembro de 2008. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 21 de agosto de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2008.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PAPÉIS DE DIVERSOS TIPOS PARA A COORDENADORIA DE DIVULGAÇÃO E SERVIÇOS GRÁFICOS.**

DATA: 03/09/2008 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 03 de setembro de 2008. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 21 de agosto de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2008.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA ALESC.**

DATA: 10/09/2008 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 10 de setembro de 2008. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 28 de agosto de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO 111/2008

REFERÊNCIA: **ATA DE REGISTRO-SRP-PR 014/2008**

DATA REALIZAÇÃO CERTAME: 12 de maio de 2008
OBJETO: Fornecimento De Material De Expediente
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano, até 20 de agosto de 2009
FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei n.º10.520/2002, Ato da Mesa n.º 214/2007, subsidiariamente pelo Decreto n.º 3.931/2001, Pregão Presencial nº 014/2008.

Lote 18

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Vl. Unit.
1	CARTUCHO DE TONER 3960-A PRETO (original) PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q Com durabilidade de impressão mínima para 5.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca HP 2840-Q. Ref C3960-A	Unid	22	R$ 205,34
2	CARTUCHO DE TONER 3961-A CIANO (original) PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q Possuir durabilidade de impressão mínima para 4.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca HP 2840-Q. Ref C3961-A	Unid	22	R$ 257,68
3	CARTUCHO DE TONER 3962-A AMARELO (original) PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q Possuir durabilidade de impressão mínima para 4.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca HP 2840-Q. Ref C3962-A	Unid	22	R$ 256,39
4	CARTUCHO DE TONER 3963-A MAGENTA (original) PARA MULTIFUNCIONAL HP 2840-Q Possuir durabilidade de impressão mínima para 4.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca HP 2840-Q. Ref C3963-A	Unid	22	R$ 256,59
5	CARTUCHO DE TONER C3903-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA HP LASER JET Possuir durabilidade de impressão mínima para 4.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca Print-tec HP Laser Jet. Ref C3903-A	Unid	17	R$ 43,59
6	CARTUCHO DE TONER C4096-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA HP LASER JET 2100N. Possuir durabilidade de impressão mínima para 5.000 páginas em 5% de área de cobertura. Marca Print-tec HP Laser Jet 2100N. Ref: C4096-A	Unid	46	R$ 71,13
7	CARTUCHO DE TONER C4127-X (original ou compatível) PARA IMPRESSORA HP LASER JET 4000/4050 (original ou compatível) Possuir durabilidade de impressão mínima para 10.000 páginas em 5% de área de cobertura; Marca Printet-tec. Ref C4127-X	Unid	54	R$ 76,64
8	CARTUCHO DE TONER Q2612-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA HP LASER JET M1005 Possuir durabilidade de impressão mínima para 2.000 páginas em 5% de área de cobertura; Marca Print-tec. Ref Q2612-A	Unid	32	R$ 38,62
9	CARTUCHO DE TINTA PRETA 6615 (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 3820. Marca Print-tec. Ref C6615-A	Unid	32	R$ 20,70
10	CARTUCHO DE TINTA PRETA 6614 (45) (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 930/1220. Marca Print-tec. Ref 51645 A.	Unid	728	R$ 18,51
11	CARTUCHO DE TINTA COR 6578-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 930/1220/3820. Marca Print-tec.Ref C6578-A	Unid	754	R$ 19,84
12	CARTUCHO DE TINTA 6657-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 5550/5650 - 17ML. Marca Print-tec. Ref. C6657-A.	Unid	892	R$ 20,31
13	CARTUCHO DE TINTA PRETA 6656-A (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 5550/5650 - 19ML. Marca Print-tec. Ref C6656-A	Unid	508	R$ 15,48
14	CARTUCHO DE TINTA COR C8766 (95) (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 5940. Marca Print-tec. Raf C8766-W	Unid	240	R$ 24,40
15	CARTUCHO DE TINTA PRETA C8767 (96) (original ou compatível) PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA HP 5940. Marca Print-tec. Ref C8767-W	Unid	240	R$ 21,28

3ª REGISTRADA: **MR Santos Informática**
Endereço: Rua Santos Dumond, nº 3.472, sala 601, Zona 01, Maringá/PR
CEP 87.013-050
Fone/fax (44) 3266-7309
E-mail printtec@mrsantosinformatica.com
CNPJ: 07.581.102/0001-97
4ª REGISTRADA: **Elmo Papelaria Ltda**
5ª REGISTRADA: **Escrimate Com. Repr. Material De Escritório Informática Ltda**

	LOTE 19	MARCA	UNID	QTDE	VLR UNIT
1	CARTUCHO DE TONER 8405 12A (original ou compatível) P/ IMPRESSORA LEXMARK E-330 Possui durabilidade de impressão mínima p/ 6.000 páginas em 5% área de cobertura	PS3	UNID.	18	R$ 112,80
2	CARTUCHO DE TONER 7415 12 A (original ou compatível) P/ IMPRESSORA LEXMARK T420 Possui durabilidade de impressão mínima p/ 10.000 páginas em 5% área de cobertura	PS3	UNID.	34	R$ 402,00
3	CARTUCHO DE TONER 64418XL (original ou compatível) P/IMPRESSORA LEXMARK T644 Possui durabilidade de impressão mínima p/ 32.000 páginas em 5% área de cobertura	PS3	UNID.	34	R$ 420,00
4	CARTUCHO DE TONER 17GO154 (original ou compatível) P/ IMPRESSORA LEXMARK OPTRA M410-M412 Possui durabilidade de impressão mínima p/ 15.000 páginas em 5% de área de cobertura	LEXMARK	UNID.	18	R$ 784,80
5	CARTUCHO DE TINTA COR 18L0042 (83) (original ou compatível) P/ IMPRESSORA JATO DE TINTA LEXMARK Z55	LEXMARK	UNID.	280	R$ 85,09
6	CARTUCHO DE TINTA PRETA 18L0032 (82) (original ou compatível) P/ IMPRESSORA JATO DE TINTA LEXMARK Z55	LEXMARK	UNID.	460	R$ 72,20

3ª REGISTRADA: **Escrimate Com. Repr. Material De Escritório Informática Ltda**
Endereço: Rua Desembargador Gil Costa, nº 422, Estreito Florianópolis/SC
CEP 88.070-450
Fone/fax (48) 3357-5779
E-mail: escrimate@escrimate.com.br
CNPJ: 00.748.569/0001-30,
4ª REGISTRADA: MR Santos Informática
5ª REGISTRADA: **Aquimpel Suprimentos para Informática e Escritório Repres. Com.Ltda.**

Florianópolis, 20 de agosto de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 112/2008

REFERÊNCIA: **ATA DE REGISTRO-SRP-PR 014/2008**
DATA REALIZAÇÃO CERTAME: 12 de maio de 2008
OBJETO: Fornecimento De Material De Expediente
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano, até 12 de maio de 2009
FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei n.º10.520/2002, Ato da Mesa n.º 214/2007, subsidiariamente pelo Decreto n.º 3.931/2001, Pregão Presencial nº 014/2008.

Lote 17

ITENS	QTDE.	UNID	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	PREÇO UNIT.

01	440	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8820D, REF: TN-560, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 6.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura; MARCA PRINT-TEC	R$ 93,90
02	70	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8840D, REF: TN-570, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 6.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura; MARCA PRINT-TEC	R$ 94,50
03	280	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8860D, REF: TN-580, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 6.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura;MARCA PRINT-TEC	R$ 119,00
04	10	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 7420, REF: TN-350, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 2.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura; MARCA PRINT-TEC	R$ 74,90

1ª REGISTRADA: **MR Santos Informática**
Endereço: Rua Santos Dumond, nº 3.472, sala 601, Zona 01, Maringá/PR
CEP: 87.013-050
Fone/fax: (44) 3266-7309
E-mail: printtec@mrsantosinformatica.com
CNPJ: 07.581.102/0001-97
2ª REGISTRADA: **Aquimpel Suprimentos para Informática e Escritório Repres. Com.Ltda.**
3ª REGISTRADA: **Vantuta Prestação de Serviços Ltda**

Lote 20

ITENS	QTDE.	UNID	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	PREÇO UNIT.
01	800	UNID	CILINDRO DR-510 (COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8820D E 8840D; MARCA PRINT-TEC	R$ 45,00
02	232	UNID	CILINDRO DR-520 (COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8860D; MARCA PRINT-TEC	R$ 45,00
03	14	UNID	CILINDRO DR-350 (COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 7420; MARCA PRINT-TEC	R$ 45,00

1ª REGISTRADA: **MR Santos Informática**
Endereço: Rua Santos Dumond, nº 3.472, sala 601, Zona 01, Maringá/PR
CEP: 87.013-050
Fone/fax: (44) 3266-7309
E-mail: printtec@mrsantosinformatica.com
CNPJ: 07.581.102/0001-97
2ª REGISTRADA: **Vantuta Prestação de Serviços Ltda**
3ª REGISTRADA: **Escrimate Com. Repres. Material Escrt. E Informática Ltda.**
Florianópolis, 12 de maio de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 113/2008

REFERÊNCIA: **2ª PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO-SRP-PR 014/2008**
DATA REALIZAÇÃO CERTAME: 12 de maio de 2008
OBJETO: Fornecimento De Material De Expediente
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano, até 12 de maio de 2009
FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei n.º10.520/2002, Ato da Mesa n.º 214/2007, subsidiariamente pelo Decreto n.º 3.931/2001, Pregão Presencial nº 014/2008.

Lote 17

ITENS	QTDE.	UNID	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	PREÇO UNIT.
01	440	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8820D, REF: TN-560, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 6.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura; MARCA PRINT-TEC	R$ 93,90
02	70	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8840D, REF: TN-570, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 6.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura; MARCA PRINT-TEC	R$ 94,50
03	280	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8860D, REF: TN-580, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 6.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura;MARCA PRINT-TEC	R$ 119,00
04	10	UNID	CARTUCHO DE TONER PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 7420, REF: TN-350, (original ou compatível), Possuir durabilidade de impressão mínima para 2.500 páginas em 5% (cinco por cento) de área de cobertura; MARCA PRINT-TEC	R$ 74,90

1ª REGISTRADA: **MR Santos Informática**
Endereço: Rua Santos Dumond, nº 3.472, sala 601, Zona 01, Maringá/PR
CEP: 87.013-050
Fone/fax: (44) 3266-7309
E-mail: printtec@mrsantosinformatica.com
CNPJ: 07.581.102/0001-97
2ª REGISTRADA: **Aquimpel Suprimentos para Informática e Escritório Repres. Com.Ltda.**
3ª REGISTRADA: **Vantuta Prestação de Serviços Ltda**

Lote 20

ITENS	QTDE.	UNID	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	PREÇO UNIT.
01	800	UNID	CILINDRO DR-510 (COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8820D E 8840D; MARCA PRINT-TEC	R$ 45,00
02	232	UNID	CILINDRO DR-520 (COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 8860D; MARCA PRINT-TEC	R$ 45,00
03	14	UNID	CILINDRO DR-350 (COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA BROTHER MFC 7420; MARCA PRINT-TEC	R$ 45,00

1ª REGISTRADA: **MR Santos Informática**
Endereço: Rua Santos Dumond, nº 3.472, sala 601, Zona 01, Maringá/PR
CEP: 87.013-050
Fone/fax: (44) 3266-7309
E-mail: printtec@mrsantosinformatica.com
CNPJ: 07.581.102/0001-97
2ª REGISTRADA: **Vantuta Prestação de Serviços Ltda**
3ª REGISTRADA: **Escrimate Com. Repres. Material Escrt. E Informática Ltda.**
Florianópolis, 12 de agosto de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

Extrato N.º 114/2008

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato CL n.º 042/2008, celebrado em 16/07/2008.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: São Vicente Empreendimentos Imobiliários Ltda.
OBJETO: Retificar o valor mensal da locação de R$ 8.272,00 (oito mil duzentos e setenta e dois reais) para R$ 8.965,18 (oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais, dezoito centavos), desde o início da sua vigência; ratificar as demais cláusulas nos termos inicialmente estabelecidos; fazer constar, como anuente, o proprietário do imóvel Sr. Walter Francisco da Silva REFERENTE ao contrato de locação dos 1º e 3º pavimentos do prédio situado à Rua Silva Jardim, n.º 319, nesta Capital, com metragem individual de 275,00 m², totalizando 550,00 m².
VALOR MENSAL: O valor mensal do presente contrato passa de R$ 4.136,00 para R$ 4.482,59.
FUNDAMENTO LEGAL: art. 58, I e IV e §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93 e Autorização Administrativa.
Florianópolis, 20 de agosto de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Walter Francisco da Silva - São Vicente Empreendimentos Imobiliários Ltda

*** X X X ***

Extrato N.º 115/2008

REFERENTE: 04º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 027/2005, celebrado em 22/06/2005.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Dilion Comércio De Terraplanagem Construtora E Incorporadora De Imóveis Ltda.
OBJETO: Reajustar o valor do Contrato aplicando-se o índice de 18,88% (dezoito vírgula oitenta e oito por cento) relativo ao IGPM/FGV acumulado no período compreendido entre 1º de julho de 2005 a 30 de junho de 2008, inclusive, passando o valor mensal da locação de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para R$ 2.972,00 (dois mil

novecentos e setenta e dois reais); Efetuar o pagamento retroativo do reflexo mencionado no item anterior no valor de R$ 2.171,08 (dois mil cento e setenta e um reais e oito centavos), relativo ao período de julho de 2006 a julho de 2008.
FUNDAMENTO LEGAL: arts. 58, § 2º e 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; item 5 da Cláusula Terceira do Contrato original e, autorização administrativa.
Florianópolis, 21 de agosto de 2008.
Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Zulmar João Elias - Dilion Comércio De Terraplanagem Construtora E Incorporadora De Imóveis Ltda.

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 702/08

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Tramita nesse egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei nº 0222.2/2008, de origem governamental, encaminhado pela Mensagem nº 668, de 23 de julho de 2008, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Investimentos na Implantação e Pavimentação de Rodovias Estaduais e no Fortalecimento do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do referido projeto de lei nessa Casa Legislativa.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 06/08/08

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1583, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 033.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leria	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	
0947	Valter Euclides Damansco	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1584, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 034/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Guarberto	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
1332	Helio Estefano Becker Filho	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1585, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 035/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1998	Bernadete Albani Leiria	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1586, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **VANILSA BECKER,** matrícula nº 4380, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1587, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **LAINE MARIA NADAL,** matrícula nº 2597, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de setembro de 2008 (Deputado Herneus de Nadal).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1588, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora THAIS CAROLINE ROTAVA**,** matrícula nº 5819, nomeado pela Portaria nº 1317, de 08/07/08, fazendo constar como sendo **THAIS CAROLINI ROTAVA**.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1589, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MARIA NEUZA MARCELINO,** matrícula nº 1360, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-61, Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do MERCOSUL.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1590, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Jean Kuhlmann **FERNANDO GUILHERME DE BRITO RAMOS,** Advogado, matrícula nº 356.663-3-2, servidor do Poder Executivo - Procuradoria Geral do Estado, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 1481, de 12 de agosto de 2008, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1591, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na Diretoria Administrativa e de Tecnologia **ROBERTO LUIZ SALUM,** Comissário de Polícia servidor do Poder Executivo - SSP, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 1436, de 04/08/2008, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1592, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1513/2008,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **JOYCE DOS SANTOS ALVES**, matrícula nº 1178, por 30 (trinta) dias, a contar de 14/08/2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1593, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1499/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **MARIA APARECIDA ROSA ECKERT**, matrícula nº 2191, por 25 (vinte e cinco) dias, a contar de 02 de agosto de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1594, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63,* caput*, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1440	Maria do Carmo Lemos Kravchychyn	30	31/07/08	1491/08
4405	Eduardo Delvalhas dos Santos	15	05/08/08	1494/08
1503	Cristina L. Pinto Weschenfelder	30	11/08/08	1489/08
1555	Ana Maria Alves	15	14/08/08	1495/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1595, de 29/08/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1848	Ivan Althoff de Medeiros	30	04/08/08	1496/08
1369	Marilea Marcon Correa	180	07/08/08	1493/08
1884	Antonio Orlando	60	15/08/08	1492/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0640.5/2007

Fica acrescido o art. 3º, renumerando os demais.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 06/08/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 640/07

Declara de utilidade pública o Coral Encantos, no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Coral Encantos, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de agosto de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 087/08

Autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa "Santa Catarina Agradece".

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, a criar o Programa "Santa Catarina Agradece", que tem por objetivo reservar 3% (três por cento) das moradias populares entregues pelo Governo do Estado de Santa Catarina, para empregadas domésticas que, comprovem o exercício da referida função, por pelo menos cinco anos.

Parágrafo único. A beneficiária do Programa, a que se refere o *caput*, não poderá ser proprietária de outro imóvel no Estado.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º A presente Lei deverá ser regulamentada noventa dias após sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de agosto de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 176/08

Declara de utilidade pública a Associação Vida Nueva, com sede no Município de Palhoça.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Vida Nueva, com sede no Município de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de agosto de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA A REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 187/2008

Acrescente-se o art. 3º ao Projeto de Lei nº 187/2008 e renumere-se o artigo subseqüente.

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil".

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a adequação do refrido projeto de Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de agosto de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 187/08

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Céu Azul, do Município de Porto União.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Céu Azul, com sede no Município de Porto União.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de agosto de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 188/08

Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Sand&Snow Board, do Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Sand&Snow Board, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de agosto de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 192/08

Altera o art. 1º da Lei nº 9.765, de 1994, que denomina a Rodovia SC-478.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.765, de 12 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Rodovia SC-478 fica denominada Rodovia Moisés Dias, no trecho que liga o Município de Timbó Grande à divisa com o Município de Santa Cecília, e Rodovia Nelson Bonet, no trecho entre a divisa do Município de Santa Cecília e a BR-116." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de agosto de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 200/08

Declara de utilidade pública o Caçador Atlético Clube, com sede no Município de Caçador.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Caçador Atlético Clube, com sede no Município de Caçador.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de agosto de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 203/08

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Freunde Kreis, com sede no Município de Blumenau.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Freunde Kreis, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de agosto de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA Nº /2008

Dá nova redação ao art. 3º do PLC 0001.8/2008:

Art. 1º O art. 3º do projeto passa a tramitar com a seguinte redação:

Art. 3º Para a implementação de ações e programas de habitação e interesse social, fica criado o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB, gerido por um Conselho Gestor, composto de forma paritária por membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 2008.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por escopo a adequação do PLC 0001.8/2008 com o que dispõe a Lei Federal 11.124, de 16.06.2005, que regula o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHINS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui Conselho Gestor.

A uniformização e adequação da legislação vigente atende aos reclames dos seus operadores e intérpretes e facilita a sua compreensão e cumprimento.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 05/08/08
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 06/08/08

EMENDA MODIFICATIVA Nº /2008

Dá nova redação ao inciso V do art. 4º do PLC 0001.8/2008:

Art. 1º O inciso V do art. 4º do projeto passa a tramitar com a seguinte redação:

V - quatro representantes da sociedade civil vinculados a área de habitação devendo ser garantida um quarto das vagas do conselho a representantes de movimentos populares.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2008.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por escopo a adequação do PLC 0001.8/2008 com o que dispõe a Lei Federal 11.124, de 16.06.2005, que regula o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHINS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui Conselho Gestor.

A uniformização e adequação da legislação vigente atende aos reclames dos seus operadores e intérpretes e facilita a sua compreensão e cumprimento, bem como permite ao Estado de Santa Catarina receber diretamente recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 05/08/08
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 06/08/08

EMENDA MODIFICATIVA Nº /2008

Dá nova redação ao parágrafo segundo do art. 4º do PLC 0001.8/2008:

Art. 1º O parágrafo segundo do art. 4º do projeto passa a tramitar com a seguinte redação:

§ 2º Os membros representantes da sociedade civil organizada, especificados no inciso V serão escolhidos pelas entidades ligadas a área de habitação, que deverão indicar seus representantes ao Chefe do Poder Executivo para nomeação.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2008.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por escopo a observância aos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal 11.124, de 16.06.2005, que regula o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHINS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui Conselho Gestor.

A adequação e harmonização ao que estabelece SNHINS, permitirá ao Estado de Santa Catarina receber e aplicar diretamente recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 05/08/08
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 06/08/08

EMENDA MODIFICATIVA Nº /2008

Enumera o inciso XI do art. 2º, que equivocadamente esta numerado como inciso IX.

Art. 1º - Fica enumerado o inciso IX do art. 2º que equivocadamente esta numerado como inciso IX renumerando-se a (s) seguinte (s).

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2008.

JUSTIFICATIVA

Objetiva a presente emenda adequar a numeração do referido artigo a melhor técnica legislativa.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 05/08/08
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 06/08/08

EMENDA ADITIVA Nº /2008

Acrescenta parágrafo 4º e incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII no art. 6º do PLC 0001.8/2008:

Art. 6º (...)

§ 4º Os recursos do FUNDHAB também poderão, na forma do regulamento, ser aplicados por meio de repasse a entidades privadas sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com os do Fundo, observados os seguintes parâmetros:

I - a definição de valor-limite de aplicação por projeto e por entidade;

II - o objeto social da entidade ser compatível com o projeto a ser implementado com os recursos repassados;

III - o funcionamento regular da entidade por no mínimo 3 (três) anos;

IV - a vedação de repasse a entidade que tenha como dirigentes membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do tribunal de Contas da Estado, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, ou servidor público vinculado ao Conselho Gestor do FUNDHAB ou a Secretaria de Planejamento, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

V - o repasse de recursos do Fundo será precedido por chamada pública às entidades sem fins lucrativos, para seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto da aplicação;

VI - a utilização de normas contábeis aplicáveis para os registros a serem realizados na escrita contábil em relação aos recursos repassados pelo FUNDHAB;

VII - a aquisição de produtos e a contratação de serviços com recursos da União e do Estado transferidos a entidades deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do contrato, para efeito do disposto no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VIII - o atendimento às demais normas aplicáveis às transferências de recursos pelo Estado a entidades privadas.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2008.

JUSTIFICATIVA

Objetiva a presente emenda adequar e atualizar o presente PLC 0001.8/2008 as inovações inseridas na Lei Federal 11.124, de 16.06.2005, que regula o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHINS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui Conselho Gestor, feitas pela Lei 11.578/07.

A uniformização e adequação da legislação vigente atende aos reclames dos seus operadores e intérpretes e facilita a sua compreensão e cumprimento.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 05/08/08
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 06/08/08

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0001.8/2007

Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 0001.8/08.

"Art. 2º (...)

§ 1º Os recursos destinados as ações de que tratam os incisos I, II deste artigo, serão aplicados prioritariamente nos projetos que prevêem a utilização de tijolos ecológicos.

§ 2º Para os feitos desta Lei, considera-se tijolo ecológico o produzido por meio da mistura de pó-de-pedra, cimento e cal, e que concomitantemente dispensa o aquecimento no processo de endurecimento."

Sala das Comissão, em
Deputado Kennedy Nunes

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda prevê a utilização de tijolos ecológicos, mais simples de serem produzidos e de custo mais barato, sem perda de qualidade, nas construções e obras dos projetos habitacionais do Estado. Além disso, os tijolos ecológicos são de fácil encaixe, já possuindo furos para as instalações elétricas e hidráulicas. A sua produção pode ser efetuada pelas associações de moradores das comunidades beneficiadas pelos projetos, gerando emprego e renda.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 05/08/08
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 06/08/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 001/2008

Institui o Programa de Habitação Popular - NOVA CASA, cria o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Habitação Popular - NOVA CASA, no Estado de Santa Catarina, com o objetivo de promover atendimento na área habitacional, desenvolvendo ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, objetivando a melhoria substantiva da qualidade de vida da população catarinense.

Parágrafo único. Cabe à Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC a coordenação das ações de planejamento e execução do Programa de Habitação Popular - NOVA CASA.

Art. 2º O Programa de Habitação Popular - NOVA CASA atenderá a famílias cuja renda não exceda a doze salários mínimos mensais, priorizando aquelas com rendimento máximo de três salários mínimos e seus recursos serão aplicados nas seguintes ações:

I - construção, aquisição, ampliação, reforma, recuperação, locação social e arrendamento de unidades habitacionais isoladas ou de conjuntos habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II - obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários, associados à melhoria das condições de habitabilidade na área rural e urbana;

III - aquisição de terrenos destinados à construção de moradias;

IV - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

V - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

VI - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VII - pesquisa, estudos e elaboração de projetos habitacionais;

VIII - assistência técnica a órgãos e entidades do poder público e sociedade civil, nos assuntos afetos à área habitacional;

IX - promoção e realização de seminários, treinamentos e capacitação de técnicos de órgãos e entidades do poder público e da sociedade civil e promoção e realização de eventos específicos da área da habitação;

X - monitoramento e avaliação sistemática das ações e projetos implantados, com todos os parceiros envolvidos, institucionais e comunitários;

XI - custeio e reaparelhamento da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC; e

XII - outros programas de intervenção na forma aprovada pelo Conselho Gestor do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Os recursos destinados às ações de que tratam os incisos I e II deste artigo, serão aplicados prioritariamente nos projetos que prevêem a utilização de tijolos ecológicos.

§ 2º Para efeitos desta Lei Complementar, considera-se tijolo ecológico o produzido por meio da mistura de pó-de-pedra, cimento e cal, e que concomitantemente dispensa o aquecimento no processo de endurecimento.

Art. 3º Para a implementação de ações e programas de habitação e interesse social, fica criado o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB, gerido por um Conselho Gestor, composto de forma paritária por membros do poder público e da sociedade civil.

Art. 4º O Conselho Gestor do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - CGFUNDHAB é órgão de caráter deliberativo, composto por oito membros e respectivos suplentes, e constituído da seguinte forma:

I - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;

II - um representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação;

III - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento;

IV - o Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC; e

V - quatro representantes da sociedade civil vinculados a área de habitação devendo ser garantida um quarto das vagas do Conselho a representantes de movimentos populares.

§ 1º Os membros efetivos e os suplentes dos órgãos citados nos incisos I a III serão indicados pelos Secretários de Estado das respectivas Pastas.

§ 2º Os membros representantes da sociedade civil organizada, especificados no inciso V serão escolhidos pelas entidades ligadas a área de habitação, que deverão indicar seus representantes ao Chefe do Poder Executivo para nomeação.

§ 3º A Presidência do Conselho Gestor será exercida pelo Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC.

§ 4º Os representantes da sociedade civil possuirão mandato de dois anos, permitida sua recondução para um mandato sucessivo.

§ 5º O Conselho Gestor reunir-se-á por convocação exclusiva de seu Presidente, efetuada com antecedência mínima de quinze dias.

§ 6º O Conselho Gestor reunir-se-á, no mínimo, uma vez a cada seis meses.

§ 7º As decisões do Conselho Gestor serão tomadas por maioria simples, com a presença de no mínimo, quatro de seus membros.

§ 8º A participação no Conselho Gestor será considerada como de relevante interesse público, vedada aos órgãos e entidades que o compõe e aos seus membros titulares e suplentes qualquer tipo de ressarcimento de despesas e remuneração.

Art. 5º As receitas do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB poderão ser constituídas por:

I - dotações orçamentárias próprias;

II - dotações do Orçamento Geral do Estado, classificadas na função de habitação;

III - subvenções, auxílios e contribuições oriundas de convênios com entidades públicas e privadas;

IV - doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais e legados;

V - rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos destinados ao Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina;

VI - receitas oriundas da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, FUNDOSOCIAL, e de outros fundos ou programas, cujos recursos possam ter destinação habitacional;

VII - receitas provenientes da alienação de bens imóveis do Governo do Estado de Santa Catarina;

VIII - parcela da arrecadação do Governo do Estado;

IX - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

X - parcela do ICMS de exportação;

XI - recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - FADESC; e

XII - outros recursos que legalmente lhe forem atribuídos.

Art. 6º A aplicação dos recursos do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB será feita, para cada projeto, em modalidade única ou simultaneamente nas modalidades de empréstimo, de participação de capital, subsídio ou a título não oneroso aos mutuários.

§ 1º Os subsídios serão concedidos através da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC, mediante transferências de recursos cuja aplicação beneficie projetos subsidiados com retorno parcial ou sem retorno do capital investido.

§ 2º Os empréstimos a pessoas físicas ou jurídicas, deverão ser revestidos de garantias apropriadas e terão como mutuários quando pessoas jurídicas, instituições públicas ou empresas sob o controle do Estado ou Municípios.

§ 3º A Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC será o agente operador e financeiro do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina.

§ 4º Os recursos do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina também poderão, na forma do regulamento, ser aplicados por meio de repasse a entidades privadas sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com os do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina, observados os seguintes parâmetros:

I - a definição de valor-limite de aplicação por projeto e por entidade;

II - o objeto social da entidade ser compatível com o projeto a ser implementado com os recursos repassados;

III - o funcionamento regular da entidade por no mínimo três anos;

IV - a vedação de repasse a entidade que tenha como dirigentes membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, ou servidor público vinculado ao Conselho Gestor do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina ou à Secretaria de Estado do Planejamento, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;

V - o repasse de recursos do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina será precedido por chamada pública às entidades sem fins lucrativos, para seleção de projetos ou entidades que tornem mais eficaz o objeto da aplicação;

VI - a utilização de normas contábeis aplicáveis para os registros a serem realizados na escrita contábil em relação aos recursos repassados pelo Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina;

VII - a aquisição de produtos e a contratação de serviços, com recursos da União e do Estado transferidos a entidades, deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do contrato, para efeito do disposto no art. 116 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

VIII - o atendimento às demais normas aplicáveis às transferências de recursos pelo Estado a entidades privadas.

Art. 7º Compete ao Conselho Gestor do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - CGFUNDHAB, aprovar:

I - as normas, os créditos e as condições financeiras e econômicas que regerão a aplicação dos recursos do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina;

II - os projetos que atendam os objetivos da presente Lei Complementar e a respectiva alocação dos recursos; e

III - o seu regimento interno.

Parágrafo único. As demais competências do Conselho Gestor serão fixadas em regulamento próprio.

Art. 8º Para a consecução dos objetivos do Programa de Habitação Popular - NOVA CASA, o Governo do Estado, através do Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB, poderá subscrever e integralizar o capital social da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC.

Art. 9º Para o exercício financeiro de 2008, fica transposto ao Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB o orçamento do Fundo Estadual de Habitação Popular - FEHAP.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações orçamentárias necessárias para abertura de crédito especial no montante de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC para integralização no Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB, a serem utilizados para dar início à construção de moradias.

Art. 11. Fica extinto o Fundo Estadual de Habitação Popular - FEHAP, criado pela Lei Complementar nº 140, de 19 de julho de 1995, destinando-se o seu patrimônio a integralizar o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina - FUNDHAB, criado pela presente Lei Complementar.

Art. 12. Ficam extintos os débitos existentes da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC com o Fundo Estadual de Habitação Popular - FEHAP.

Art. 13. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei Complementar no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Fica revogada a Lei Complementar nº 140, de 19 de julho de 1995.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 06 de agosto de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***